

No 65.º aniversário do «Avante!»

Sérgio Vilarigues em entrevista



Responsável pelo «Avante!» durante década e meia, confessa sem pejo que não gosta de escrever...

Centrais

Décadas



O órgão central do PCP através dos 65 anos que completa. Desde a sua fundação em 1931 até hoje.

Págs. 24 e 25

Internet

No momento em que comemora o seu aniversário, o nosso jornal prepara-se para aderir às novas tecnologias da informação, contando ter em breve disponível na rede Internet uma edição electrónica semanal.

Pág. 12

EM FOCO



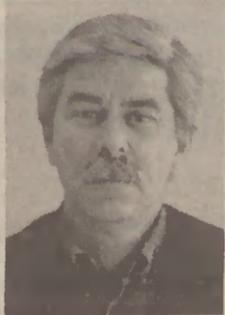
A palha e o grão

Vítor Dias

«Não deixa de assumir certo significado que de algumas personalidades geralmente consideradas mais à esquerda dentro do PS (...) tenham partido declarações mais críticas (...) em relação ao posicionamento do PCP face ao novo Governo do PS.

Pág. 19

Faleceu Manuel Sobral



O dirigente comunista Manuel Sobral faleceu na passada segunda-feira, na sequência de prologanda doença. O funeral realizou-se ontem, em Setúbal.

Pág. 32

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1159 • Director: Carlos Brito

Octávio Teixeira critica Orçamento

A mesma política!

«Profunda crítica, discordância e oposição», e não apenas reservas, é o que merece o Orçamento de Estado recentemente entregue na Assembleia da República e que Octávio Teixeira comenta em entrevista ao nosso jornal. O Presidente



do Grupo Parlamentar Comunista afirma que se trata de um Orçamento de «evolução na continuidade... relativamente aos Orçamentos

do PSD» e que é «a expressão de uma política neoliberal enfeudada a Maastricht, que institui a 'moderação' salarial e a 'liberalização' das relações de trabalho como variável fulcral da competitividade e que não refuta a presença do Sector Público

na economia porque isso contraria os interesses egoístas dos grupos económicos capitalistas».

Pág. 5



EUA dominam TV europeia

Num momento em que a produção americana domina de forma esmagadora a programação das televisões europeias, com todas as suas consequências económicas, sociais e culturais, o que está em causa é saber se existe na União Europeia vontade política bastante para impor uma directiva que não se fique pelas meras declarações de intenção, antes crie as condições para que a produção europeia ocupe o espaço que lhe é devido enquanto factor essencial na formação dos cidadãos.

Págs. 20/21

Editorial Voz ímpar e insubstituível

EDITORIAL

Voz ímpar e indispensável

«Avante!» comemora hoje os seus 65 anos e está naturalmente orgulhoso de um passado tão invulgar de resistência e luta.

Do passado, tomam os exemplos do devotamento sem limites aos interesses do nosso povo e do nosso país, da valentia e da determinação dos que asseguraram a publicação e a distribuição ininterrupta do nosso jornal durante a ditadura fascista, nas condições da mais rigorosa clandestinidade e com o risco da liberdade e da vida.

Do passado mais recente, posterior ao 25 de Abril, tomam também a intervenção empenhada, entusiástica e influente com que o nosso jornal participou no desenvolvimento do processo revolucionário e a firmeza, a coerência e a lucidez com que empunhou a bandeira da resistência quando o processo contra-revolucionário se iniciou.

O «Avante!» nasceu para «denunciar ao povo todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente», como diziam os seus fundadores no número inaugural de 15 de Fevereiro de 1931.

O nosso jornal nasceu, ao mesmo tempo, como um organizador e mobilizador da luta popular.

Logo no seu primeiro número, asseveraram igualmente os fundadores: «O «Avante!», que é o eco dos clamores internos dos que sofrem, contra o estado político, económico e social em que desgraçadamente se debate Portugal, será o órgão condutor das forças dispersas, ansiosas de justiça.»

Assim tem sido, como exuberantemente demonstram as páginas do nosso jornal e os acontecimentos da vida do país, ao longo de 65 anos.

Reassumindo este compromisso, o primeiro «Avante!» legal, publicado a seguir ao 25 de Abril, em 17 de Maio de 1974, afirmava no seu editorial: «O «Avante!» surge legal para continuar o combate em novas condições. Portador de um nome glorioso, órgão central do Partido Comunista Português, o «Avante!» continua ao serviço da classe operária e restantes trabalhadores, reflectirá os seus anseios e reivindicações, pugnará pelos seus interesses, apoiará permanentemente a sua luta.»

Mobilizador e organizador da luta pela liberdade e a democracia e por reivindicações e objectivos concretos nos planos social e económico, o «Avante!» sempre combinou este papel com combate mais fundo ao sistema capitalista, pondo em evidência o seu carácter intrinsecamente cruel e injusto e a imprescindibilidade da luta pelo socialismo e o comunismo.

É geralmente reconhecido que o «Avante!» chegou a ser toda a imprensa livre do país e a única voz oposicionista capaz de romper o silêncio imposto pela ditadura fascista.

A verdade é que o «Avante!» continua a ser hoje, nas presentes vicissitudes da nossa democracia, uma voz ímpar e indispensável para salvaguardar os interesses e conquistas populares, a soberania do país e o próprio regime nascido com o 25 de Abril.

O afastamento da direita do poder a seguir às derrotas que sofreu, especialmente, nas legislativas de 1 de Outubro e nas

presidenciais de 14 de Janeiro, não pôs termo à política da direita. Ela continua a ser seguida em questões essenciais pelo governo do PS.

Reveste um carácter especialmente grave, na conjuntura presente, a nova ofensiva do grande capital, apadrinhado pelo Governo, contra os interesses e os direitos dos trabalhadores.

O chamado «acordo de concertação social» recentemente firmado pelo Governo, as confederações patronais e a UGT, agravado pelo propósito governamental de o transformar em lei, constitui um dos golpes mais violentos contra conquistas históricas do mundo do trabalho, que se verifica no nosso país desde o 25 de Abril.

A apresentação do Orçamento de Estado (que em pouco ou nada se distingue dos orçamentos de Cavaco Silva) e do programa de privatizações (ainda mais amplo e célere do que o previsto pelo PSD), confirmam a política de continuidade e a efectiva adesão do governo de António Guterres às doutrinas neoliberais seguidas pelo governo anterior.

Alguns raminhos de salsa de «preocupações sociais», quase não têm expressão orçamental.

Em matéria de integração europeia, prossegue a obediência aos ruinosos critérios da Maastricht e às imposições de Bruxelas, não passando das palavras algumas atitudes de resistência, a princípio esboçadas.

Há razões para recear os compromissos que, em relação à revisão da Constituição e das leis eleitorais, o Governo venha a assumir com os partidos da direita, nomeadamente com o PP, para obter a aprovação do Orçamento.

Ao mesmo tempo que tudo isto acontece, nada parece alterar-se também em relação à situação na comunicação social e há até indícios de agravamento. O largo sector dominado pelo grande capital, com poucas excepções, mantém o Governo nas suas boas graças (o que não espanta, pelo que dissemos atrás) e a governação PS, em relação ao sector público, parece querer repetir os erros de sectarismo e facciosismo, que já praticou

no passado, e que tanto criticava ao executivo que substituiu.

Numa tal situação, o papel do «Avante!» avulta necessariamente.

Correspondendo à posição do PCP, o seu órgão de imprensa, o «Avante!», é o único jornal de expansão nacional que faz oposição de esquerda à política governamental.

Isto amplia naturalmente o espaço potencial para a sua difusão, mas comporta também maiores exigências.

Nos últimos anos, o «Avante!» empreendeu algumas reestruturações de grafismo e de temática procurando ir ao encontro das novas exigências suscitadas pela situação no país e no mundo e tornar mais sugestiva a sua leitura.

De novo, neste número de aniversário, o «Avante!» aparece graficamente remoçado, com novas secções e novos colaboradores.

É um esforço para continuar, mas que só por si não chega para corresponder às potencialidades e às exigências.

É indispensável que este esforço se repercuta na difusão.

Num dia que lhe é especialmente caro, o «Avante!», salientando esta necessidade, saúda cordialmente os camaradas difusores de todas as organizações do Partido e todos os outros amigos e leitores, com quem conta firmemente para progredir na batalha da difusão.



Encontro de quadros do PCP no distrito de Seixal

RESUMO

7
Quarta-feira

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, denuncia, em encontro de sindicalistas no Porto, «cedência do poder político ao poder económico» ■ O III Congresso Português de Sociologia junta centenas de sociólogos na Fundação Gulbenkian ■ Conselho Directivo da Faculdade de Arquitectura de Lisboa promete 15 novos docentes para o próximo semestre ■ Toma posse o novo presidente do Haiti, René Préval ■ Violentas manifestações de croatas de Mostar contra a reunificação da cidade ■ Formado novo governo polaco, dirigido por Włodzimierz Cimoszewicz ■ Dois mil manifestantes, concentrados no centro de Grozny pelo quarto dia consecutivo, exigem retirada das tropas russas.

8
Quinta-feira

Na data-limite da primeira fase de aquartelamento das tropas em Angola, a UNITA apenas aquartelou dez mil efectivos, contra os prometidos 16.500 ■ O Instituto Nacional de Estatística (INE) prevê aumento do desemprego ■ Guterres desloca-se, pela primeira vez, à Assembleia da República, para os previstos debates mensais ■ Serviços da Bósnia decidem cortar quaisquer contactos com as forças da NATO ■ As duas principais forças da direita israelita assinam acordo de fusão com vista às eleições gerais ■ Professores belgas fazem greve contra medidas económicas do governo, que pretende reduzir o número de docentes no ensino secundário.

9
Sexta-feira

Sousa Franco anuncia programa de privatizações, com venda de 20 empresas ao longo de dois anos ■ Assembleia da República aprova requerimento do PCP pedindo a presença do Governo em São Bento para debater acordo comercial com Marrocos ■ Bomba explode em Londres, logo após divulgação de um comunicado, em nome do IRA, a anunciar o fim do cessar-fogo ■ Ministro de Defesa russo propõe criação de novo pacto militar na Europa ■ Estados Unidos decidem enviar o emissário especial Richard Holbrooke à ex-Jugoslávia, para tentar salvar acordos de Dayton.

10
Sábado

Duas crianças morrem numa vala cheia de água, pertencente às obras da nova ponte sobre o Tejo ■ Conselho de Ministros aprova o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano ■ A II Conferência Europeia de Intervenientes em Toxicomania debate, em Paris, «Libertar-se da droga e/ou liberali-

zar a droga?» ■ Violentos confrontos no Bangladesh ■ Um jornalista argelino, que exercia a sua actividade no semanário da central sindical UGTA, é assassinado a tiro ■ Vinte pessoas, que viajavam num autocarro, ficam soterradas num túnel, no Japão.

11
Domingo

Conselho de Segurança da ONU exprime desagrado pela lentidão do processo de paz angolano e em particular do aquartelamento das tropas da UNITA ■ Comissão Intergovernamental avalia em 20 milhões de contos os prejuízos provocados pelas chuvas em Portugal ■ Álvaro Cunhal denuncia, num encontro distrital de quadros no Seixal, «operação de falsificação da história» ■ Confrontos em Grozny, na Tchetchénia, provocam dez mortos e 18 feridos em estado grave ■ Atentado contra a Casa de Imprensa em Argel mata 18 pessoas e faz 87 feridos ■ Nazis profanaram cemitério de vítimas do nazismo em Schweirin, na ex-RDA.

12
Segunda-feira

A Comissão Executiva da CGTP-IN afirma que o OE proposto pelo Governo, embora responda a uma ou outra reivindicação ou aspiração dos trabalhadores, mantém uma situação de profunda injustiça social e não vem resolver as grandes questões económicas e sociais ■ Jaime Gama inicia visita de três dias à China ■ O patronato do Norte pede aos partidos para que deixem passar o Orçamento ■ Pela primeira vez bispos franceses reconhecem a necessidade do recurso ao preservativo para evitar a sida ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Belfast pela paz no Ulster ■ Yasser Arafat toma posse como primeiro presidente palestino ■ Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, encontra-se com Jiang Zemin, secretário-geral do PC Chinês e presidente da República ■ O secretário-geral da NATO, Javier Solana, desloca-se a Mostar, que continua a ser uma cidade dividida.

13
Terça-feira

Na AR, o Procurador-Geral da República afirma a capacidade da Justiça para resolver o caso das FP-25, mas admite que uma amnistia política não irá susceptibilizar os poderes judiciais ■ Narciso Miranda, dirigente distrital do PS/Porto, manifesta publicamente o seu descontentamento por não ser ouvido nas nomeações feitas pelo Governo para cargos públicos ■ Falha, após dez dias de negociações, mais uma tentativa para formar um novo governo em Itália ■ Regista forte adesão, sobretudo na capital, a greve geral de dois dias hoje iniciada pelos sindicatos da UGTA.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL

Continente e Regiões Autónomas

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

EUROPA

50 números: 24 750\$00

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Má consciência... social

O lema «rigor com consciência social», escolhido pelo Governo para apresentar o Orçamento de Estado, julgo que trai a má consciência governamental em matéria social.

O pior é se nem isso acontece, depois das esfuziantes promessas eleitorais feitas em nome da «nova maioria» e da votação esperançosa que foi dada ao PS em 1 de Outubro.

Muito poucos casos se contarão, desde o 25 de Abril, em que um governo da República tenha sido tão facciosamente favorável aos grandes patrões e desfavorável aos trabalhadores, como no chamado «acordo de concertação social» firmado pelo Governo, as confederações patronais e a UGT e que o Governo pretende agora transformar em lei.

Não admira por isso, que Nogueira Simões, vice-presidente da CIP, trate o Governo por «nosso amigo» e se vanglorie: «o Governo aceitou as nossas condições».

Não é menos escandaloso o «programa de privatizações para o biénio 1996-1997», anunciado pelo Governo três dias depois da divulgação do Orçamento.

A primeira interrogação que sugere é rela-

tiva, precisamente, a esta quase simultaneidade que nada obrigava.

«Acordo de concertação social», Orçamento, «programa de privatizações» - dir-se-ia que estamos a assistir ao pagamento de uma factura.

E que factura!!!

Diz o ministro, «sem ser optimista»: 380 milhões de contos. Sabe-se lá quanto será...

Com razão já se lhe chamou a «delapidação das melhores jóias da coroa».

São, de facto, as melhores empresas industriais e de serviços que o Governo quer transferir e depressa para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro, incluindo por negociação directa com os interessados.

O Governo diz que quer «ser pragmático». Adopta de facto o neoliberalismo. Vai ser bonito!

É a completa rendição ao império de «mercado» e confessadamente um grande empurrão à «reestruturação dos grupos económicos».

Se o poder económico já manda como manda no poder político, o que será amanhã engrossado desta maneira?! O que restará aos órgãos ditos de soberania e aos órgãos de

poder político emanados do sufrágio popular?!

Mas há mais. O Orçamento promete uma nova avaliação das indemnizações pela reforma agrária. É evidentemente uma nova maneira de meter mais uns milhões de contos nos bolsos dos grandes agrários.

Ao mesmo tempo, o Orçamento garante ao capital (isto é que é rigor!) todas as isenções e bonificações fiscais do tempo de Cavaco.

O que fica então para a consciência social? Teoricamente, umas poucas décimas a favor da função social relativamente às outras funções do Estado (sendo que apesar disso a função social não cresce mais do que no último orçamento do PSD) e uma simbólica dotação para o rendimento mínimo garantido.

Muito pouco, para tanto apelo ao social. Mas razões de sobra para que o Governo tenha a consciência bem pesada.

O que espanta é que outros que não estão no governo, em vez de olharem criticamente para a forma perigosa como governa, queiram antes suportar-lhe a carga.

■ Carlos Brito

O pão e o joio

O preço do pão aumentou 7%: o dobro da taxa de inflação prevista.

Seria impossível que num jornal como o «Avante!» se deixasse passar este aumento sem se lhe referir criticamente. Assim, fazendo-o aqui, o «Avante!» faz o que tem a fazer, o que deve fazer.

A quase totalidade dos outros jornais fez também o que tinha a fazer: ignorou completamente este aumento.

Quer isto dizer que cada um nasce para o que nasce e vive para o que vive.

E que, se o «Avante!» nasceu para defender o pão para toda a gente, não foi para isso, antes pelo contrário, que nasceram os outros referidos jornais. E ainda que, se o «Avante!» vive a defender o pão para todos, vivem os outros a (e de) defender o pão só para alguns. Há-de haver sempre um pão que cai do céu para quem dele carece, não é verdade?... E, se não cair, lá estará o diabo, que não se cansa de amassar todo o pão de que os carentes necessitam.

Imaginemo-los na azáfama da selecção, diária ou semanal, dos acontecimentos colunáveis: «Talvez uma "breve", não?», — arrisca alguém timidamente. «Nem penses: risca! Qual é o problema? O pão aumentou, e depois? O que é que custa pagar mais 7% por uma insignificante carcaça ou por um ridículo saloio? Deixa-te de miserabilismos.» E, perante tão poderosos e acutilantes argumentos, que outra coisa pode fazer o leitor que não seja considerar-se informado, concluir que vive no melhor dos mundos, que o oásis continua; e que, se Aníbal nos atafulhou de carne e peixe e maris-

co e emprego e salário e direitos e felicidade e modernidade — António redev-nos tudo isso e empanturrou-nos com mais o diálogo, a solidariedade, o padre Melícias, o dr. Pina Moura, o ministro Vitorino e várias outras guloseimas. E, à sua maneira solidária e pia, aumentou o pão-nosso-de-cada-dia, assim como quem diz: tomai este pão e comei-o... e pagai-o bem caro.

Critica, então, o «Avante!» o aumento do pão. Não se lhe referem os outros. Porque, repito: cada um nasce para o que nasce e vive para o que vive.

O «Avante!» faz hoje 65 anos. Os outros não sei que idade têm e admito até que, alguns deles, possam ter a mesma ou mais idade.

Mas o «Avante!» foi, durante o fascismo, a única voz livre, a única voz a defender o pão para toda a gente. Nessa altura, para que o «Avante!» saísse com regularidade e chegasse onde era necessário (possível) chegar, muitos homens, mulheres, jovens deram o máximo do seu esforço e da sua coragem — alguns houve que deram a própria vida. E para que o «Avante!» exista hoje e continue a falar de pão... outros homens, mulheres, jovens (que podiam ser os de outrora como os de outrora podiam ser os de hoje) disponibilizam totalmente a sua dedicação, o seu esforço, a sua capacidade.

Por isso, o «Avante!» fala e critica o aumento do preço do pão. Por isso os outros o silenciam. É a diferença entre o pão e o joio.

■ José Casanova

Escândalo no Orçamento

Em entrevista ao *Público* no final de Dezembro, o ministro Ferro Rodrigues insurgia-se, justamente, com "o que aconteceu ao longo dos últimos anos (em) que o regime geral da Segurança Social tem financiado o Estado na ordem das centenas de milhões de contos". E prosseguiu: "fazendo contas, e considerando o regime contributivo, os não contributivos, ou fracamente contributivos e - aquilo de que muito pouca gente fala - os complementos sociais (que estão incluídos nas cerca de 400 mil pensões mínimas do regime geral das pessoas que não tiveram contribuições para esses valores) concluímos que há mais de 400 milhões de contos que anualmente deveriam ser financiados pela área das políticas sociais e não pelo regime geral da Segurança Social. Aquilo que se passou noutros anos foi que o Governo adoptou um conjunto de expedientes para que não hou-

vesse propriamente uma transferência".

Perguntado, na mesma entrevista, sobre qual deveria ser o esforço do Orçamento do Estado para cobrir, em 1996, as obrigações previstas na Lei de Bases da Segurança Social, o ministro da Solidariedade foi igualmente muito claro: "o ideal, que corresponderia a uma clara possibilidade de saber como estava a Segurança Social, e se se incluísse nesse esforço os complementos sociais das reformas mínimas, admito que pudesse estar próximo de um esforço de 500 milhões de contos".

A vive-se ainda a memória com os compromissos assumidos pelo PS nesta matéria nos últimos meses:

No "Contrato de Legislatura" dos "Estados Gerais" é explicitada a necessidade do "financiamento por via fiscal da despesa

de natureza assistencial (não contributiva), segundo o estabelecido pela Lei de Bases da Segurança Social".

No "Programa Eleitoral de Governo do PS e da Nova Maioria", reforça-se o propósito de "dar cumprimento ao estabelecido na Lei de Bases (da Segurança Social) devolvendo ao Orçamento do Estado as devidas responsabilidades no financiamento futuro".

No Programa do XIII Governo Constitucional, do PS, considera-se básico "salvaguardar os princípios, consagrados na Lei de Bases da Segurança Social, de que o financiamento dos regimes não contributivos é da responsabilidade do Orçamento do Estado e de que o financiamento da acção social é também fundamentalmente da responsabilidade deste".

Agora, o governo do PS acaba de apresentar na Assembleia da

República uma proposta de Orçamento do Estado em que está apenas prevista a transferência, para o Orçamento da Segurança Social, da verba de 320 milhões de contos... Menos do que o montante que o Governo de Cavaco Silva havia transferido há um ano, e que o próprio ministro Ferro Rodrigues estimara ter atingido os 332 milhões de contos!

Para que se visualize o efeito social da proposta orçamental do Governo, a verba que não quer transferir para a Segurança Social sobejaria, por exemplo, para elevar 5 contos por mês aos reformados e pensionistas, cuja grande maioria auferem, como se sabe, pensões de miséria.

Não revela isto a hipocrisia do "discurso social" do Governo?

■ Edgar Correia

COLÔMBIA

Círculo vicioso

Há meses que pesa sobre o presidente colombiano, Ernesto Samper, a acusação de a sua eleição ter contado com o apoio financeiro dos traficantes de droga do Cartel de Cali. As primeiras investigações realizadas a nada conduziram. Mas a recente confirmação de tão escandalosa corrupção - por parte de dois destacados elementos da sua campanha eleitoral (actualmente presos) - originou um 2º inquérito parlamentar. Entretanto, demitem-se 3 ministros, 6 embaixadores, 1 general e um dos "barões" de Cali "foge" duma prisão de alta segurança.

As conexões destes acontecimentos parecem evidentes e revelam a podridão do sistema e a amplitude da crise política que agora atravessa.

Crise estimulada pelo imperialismo norte-americano e aproveitada pela direita mais reaccionária que reclama a dissolução do parlamento, exalta o militarismo e apela para que o protesto popular seja sufocado. Samper, para se manter, cai de concessão em concessão. Sob a orientação da DEA (Agência norte-americana de combate ao narcotráfico), decreta a erradicação de "culturas ilícitas" e permite que o director da CIA reúna directamente com a hierarquia militar. O embaixador Frechette, dos EUA, contacta administrações de empresas cujos trabalhadores estão em luta, reúne com personalidades de outros sectores do poder, intervém em várias áreas da política interna colombiana. Em nome do superior objectivo de combater o narcotráfico, acentuam-se as chantagens e crescem as ameaças dos EUA que mais não visam que reforçar o controlo sobre a economia e dominar politicamente o país.

O clima de conspiração da ultra-direita perpassa vários sectores. Samper, cada vez mais isolado e desacreditado, responde com propostas autoritárias e medidas de excepção - reforma institucional, unificação dos poderes, estado de sítio. O Acordo Nacional contra a Violência que propôs, caso tivesse avançado, significaria um ainda maior endurecimento do regime e conduziria à guerra integral contra a guerrilha. Ficaria assim consumado o abandono total do seu programa eleitoral.

Perante os perigos e a confusão, cresce a consciência que a crise não se pode prolongar. Direita e esquerda propõem a renúncia do presidente. Mas, naturalmente, com soluções e objectivos diferentes - enquanto uns deixam ao Congresso a escolha do sucessor de Samper (solução no quadro do bipartidarismo característico da "democracia" colombiana, para ficar tudo na mesma), as forças de esquerda e populares propõem a realização de novas eleições, exigindo a sua democraticidade e condições de fiscalização. A União Patriótica e o PCC, entre outras, apelam à constituição dum amplo movimento contra o clientelismo e a corrupção, que se afirme como uma alternativa política e tenha como objectivo a paz, a soberania nacional e a justiça social.

Samper, que começou a admitir a renúncia, tem outra solução - uma "consulta" popular, formulada de tal modo que garanta a sua impunidade.

A situação na Colômbia é esclarecedora da hipocrisia da tão propalada necessidade de "cooperação internacional" no combate à droga, da violação dos direitos humanos, invocando os mesmos direitos humanos. É igualmente bem reveladora como a corrupção é um instrumento indispensável ao capitalismo na actual fase do seu desenvolvimento, constituindo um dos seus traços essenciais. E também põe em evidência como o imperialismo norte-americano está hoje muito mais à vontade para, às claras, se ingerir nos assuntos internos doutros países, procurando assim determinar os caminhos que mais facilmente permitam impor a sua hegemonia.

A crise actual só terá solução definitiva fora do círculo vicioso do bipartidarismo e da "economia de mercado". O povo colombiano saberá aproveitar as insanáveis contradições do sistema e do regime - agora tão à tona - para prosseguir a sua luta pela liberdade, a paz e a democracia a que tem direito e por que tanto anseia.

■ Manuela Bernardino

SEMANA



Com «o nosso amigo, o Governo»...

Numa entrevista ao «Diabo», o vice-presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Nogueira Simões, assinalou a semana passada a sua satisfação pelo Acordo de Concertação Social (ACS) afirmando que «embora este acordo não anule o anterior, inclui a flexibilidade de horário que era uma nossa exigência de há muito, e que só não foi feita antes porque a CGTP sempre se recusou aceitá-la. Como o PS prometeu em campanha que tal iria ser feito por lei, explicámos ao Governo que essa redução sem contrapartidas poderia ser muito desagradável para o País, e foi aí que o nosso amigo, o Governo, aceitou que a flexibilidade e a polivalência, que eram as nossas condições, fossem registadas em concertação».

... agora «não há recusas»!

Na mesma entrevista ao «Diabo», o líder do patronato, Nogueira Simões, fez questão em deixar claras as razões da sua satisfação pelo ACS conseguido com a ajuda do «amigo Governo». Respigamos a l g u m a s : sobre o que chama a «flexibilidade perfeita» (que, segundo o novo acordo, permitirá ao patronato descontar as pausas feitas pelos trabalhadores para lanchar ou ir à casa de banho), afirma que «dantes trabalhavam nove horas seguidas e não havia pausas a meio. Tomavam um bom pequeno-almoço, almoçavam bem e comiam depois quando saíssem. O lanche é um vício como outro qualquer»; quanto à polivalência (que permite ao patronato mudar discricionariamente o trabalhador de posto de trabalho e até de funções), «quisemos que a polivalência fosse implantada por lei, assim o trabalhador já não se pode negar»; em relação às promoções e ao respeito pelo tempo de serviço acha que «não tem lógica» porque «hoje em dia o incentivo ao trabalho passa pelos prémios de produtividade, porque o trabalho igual, salário igual, consignado na Constituição, acabou».



Os lucros da ANA

Segundo o Semanário Económico, a Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea — ANA, E.P. encerrou o exercício de 1995 com um resultado líquido de 6,193 milhões de contos, depois de impostos, o que representa um crescimento de 12,8% relativamente ao ano económico anterior (1994). O volume de negócios cresceu 10,9%, tendo atingido 40.909 milhões de contos. A contribuição da ANA para a economia nacional continua a ser apre-

ciável, verificando-se que o VAB produzido ascende a 34,6 milhões de contos, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 11,8% e, portanto, superior à do volume de negócios, representando uma significativa melhoria da produtividade.

Apesar de tão bons resultados (ou se calhar por isso mesmo...), a ANA é uma das empresas públicas que o Governo socialista decidiu entregar ao capital privado já neste ano de 1996.



TVI à venda

As crescentes dificuldades financeiras da TVI - já com um passivo de 15 milhões de contos e uma propalada dificuldade em pagar os próximos salários - estão a atrair os mais diversos candidatos à compra desta estação televisiva, obtida com grande empenho pela Igreja Católica. Entre os candidatos mais sonantes a sócios/compradores fala-se da Igreja Universal do Reino de Deus, da Walt Disney e da TV 3, de Espanha, e de um grupo suíço, a par de uma suposta associação entre a SOCI, empresa proprietária do «Independente», e o trio Luís Nobre Guedes, José Eduardo Moniz e Paulo Portas, associação onde todos estão conotados com o PP de Manuel Monteiro. Ambicionando ser proprietário deste canal de televisão português está também o empresário Stanley Ho, de Macau. É caso para dizer: com tais candidatos à televisão da Igreja Católica, que venha o diabo e escolha.

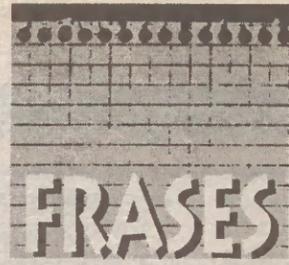
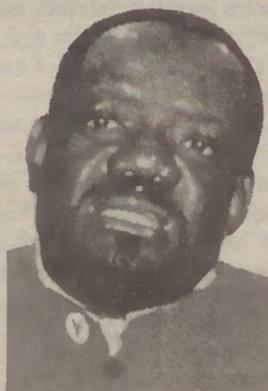
CP nos carris do capital

Entre a leva de privatizações anunciadas esta semana pelo Governo socialista pontificam, curiosamente, as empresas públicas ou os segmentos delas que estão de boa saúde e a dar lucros. No primeiro caso, temos o exemplo da ANA, citado nesta página, no segundo está a CP, que o Governo quer privatizar já a partir deste ano, mas apenas parcelarmente: até Julho, as linhas de Sintra, de Cascais e as suburbanas do Porto deixarão de pertencer a esta empresa pública e em 1998 toda a rede deverá pertencer a novas empresas públicas que, logicamente com o dinheiro dos contribuintes, arcarão com a responsabilidade de manter todas as linhas a funcionar, deixando a exploração para as empresas privadas de transportes. Ou seja: o Estado paga o funcionamento da rede ferroviária e o capital privado tira os lucros da sua exploração.

Para o ministro João Cravinho, este espantoso «negócio» está justificado na sua tese de que «a linha férrea moderna é uma auto-estrada».

ONU impaciente com Unita

Exprimindo desagrado pela lentidão do processo de paz em Angola, o Conselho de Segurança das Nações Unidas prorrogou por apenas mais três meses o mandato da Unavem, a força da ONU que se encontra no país para apoiar e garantir o processo de paz. O governo angolano já fez saber que está satisfeito com a decisão porque ela «representa um aviso à Unita». Na verdade, a implementação do acordo de paz calendarizado no Protocolo de Lusaca já vai com 10 meses de atraso devido à quase total ausência de acantonamento por parte das tropas da Unita, constatação que já começa a irritar a comunidade internacional e, particularmente os EUA, onde o presidente Bill Clinton, a braços este ano com a sua reeleição para a Casa Branca, necessita como nunca de triunfos na política externa.



“Para que a RTP possa ser um modelo e uma referência, o seu “sucesso” terá que ser avaliado, como se sabe, em termos de “audiência acumulada” e não de audiência massificada: a televisão pública é de todos, as televisões comerciais são apenas da maioria.”

(António Pedro Vasconcelos
- «Público», 12.02.96)

“O programa (de privatizações) será intenso, rápido e transparente.”

(Joaquim Pina Moura, Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro
- «Semanário», 10.02.96)

“O actual estado do PSD é uma consequência da vida partidária dos últimos anos, e como tal vivemos uma situação com uma enorme dificuldade de potenciação de líderes.”

(Ângelo Correia - «Semanário»,
10.02.96)

“Um líder não tem que ser empurrado, tem que se assumir.”

(do comunicado saído de uma reunião de Distritais do PSD
- «Público», 10.02.96)

“Saída do BFE deixa Cadilhe disponível.”

(manchete de primeira página
- «Semanário», 10.02.96)

“Não sou candidato, não me vejo como candidato, não equaciono a hipótese de ser candidato. Agora, não me venham pedir para nunca me comprometer a não me candidatar seja ao que for.”

(Ferreira do Amaral
- «TSF», 09.02.96)

“Não acreditem em nada daquilo que nós, que temos estado ao lado do poder, digamos nesta altura do pré-congresso.”

(Pedro Santana Lopes,
citado em «Público» - 11.02.96)

“Todo o cenário do crescimento do PP desapareceu e ele tem de criar a mesma força desse cenário. O PP não deverá prosseguir uma estratégia de crescimento num contexto que já morreu.”

(Maria José Nogueira Pinto
- «Diário de Notícias», 05.02.96)

“Quem quiser vir comigo vem, quem não quiser saia.”

(Manuel Monteiro, na apresentação pública da moção ao congresso
- «Expresso», 10.02.96)

“O Carnaval vai acabar.”

(idem)

“Vai acabar a bagunçada.”

(Gilberto Madail,
Presidente eleito da Direcção da FPF
- «Público», 11.02.96)

“O campeonato é competitivo, sim, mas por baixo...”

(Paulo Autuori
- «Semanário», 10.02.96)

ASSEMBLEIA DA RÉPUBLICA

Octávio Teixeira caracteriza
Orçamento do Estado para 1996

«A evolução na continuidade»



Segunda-feira última, no próprio dia em que o Governo formalizava a entrega, na Assembleia da República do Orçamento do Estado para 1996, Octávio Teixeira declarava em entrevista ao "Avante!", amadurecida a análise ao seu conteúdo, que o mesmo reflecte uma "evolução na continuidade" relativamente aos orçamentos do PSD, configurando simultaneamente a expressão de uma "política neoliberal enfeudada a Maastricht".

Na síntese proposta, o líder do Grupo parlamentar do PCP retrata com fidelidade aquilo que de mais essencial ressalta do documento que norteará no ano em curso as políticas do Governo na esfera económica e financeira: a continuidade, nas suas linhas fundamentais, do mesmo rumo adoptado anos a fio pelo PSD.

Defraudando as expectativas e esperanças dos que acreditaram numa mudança efectiva nas legislativas de Outubro, o Orçamento evidencia, com efeito, como observa Octávio Teixeira, que a sua elaboração continuou a ser pautada pela mesma obediência aos ditames de Bruxelas em detrimento da satisfação das necessidades da economia portuguesa, que nada mudou em matéria fiscal perdurando a mesma injustiça que penaliza as famílias e favorece o sector financeiro, que se repetem as mesmas promessas eleitorais no plano social que não passam disso mesmo: promessas. Tudo temas fortes a dar corpo à entrevista, já a seguir, em que Octávio Teixeira explica detalhadamente as discordâncias e críticas do PCP.

Numa primeira reacção ao Orçamento do Estado, logo que foram conhecidas na semana transacta as suas linhas gerais, referiste que as suas orientações pareciam não diferir das que pautaram os orçamentos dos governos do PSD. Confirma essa apreciação preliminar?

De facto, ao sair do encontro com os membros do Governo que nos fizeram (a mim e ao camarada Agostinho Lopes) a apresentação do Orçamento, declarei que essa apresentação nos suscitava grandes preocupações e algumas profundas discordâncias relativamente ao Orçamento, precisamente porque as linhas e orientações políticas essenciais que presidiram à sua elaboração não se demarcavam das que eram seguidas pelos Governos do PSD. Depois de uma primeira leitura do Orçamento do Estado, posso dizer-te que se aprofundaram essas preocupações sobre a grande similitude das grandes orientações políticas.

Queres especificar melhor em que aspectos concretos se traduzem essas semelhanças?

Desde logo o facto do Orçamento do Estado ter sido elaborado tendo, expressamente, como constrangimento aceite pelo Governo o nível do défice orçamental exigido por Bruxelas, independentemente das necessidades e realidades da sociedade portuguesa. Tal como o fazia o PSD. Por outro lado, também o actual Governo continua a apresentar a procura externa, as exportações, como o motor quase que exclusivo da desejável e necessária recuperação económica, olvidando ou minimizando o papel insubstituível que nessa recuperação deve ter a procura interna. Ainda o facto de no âmbito da fiscalidade este Orçamento não trazer alterações àquilo que era a política fiscal do PSD, reconhecida e injusta. Igualmente no que tem a ver com o chamado rigor orçamental, nomeadamente no aprofundamento da desorçamentação de efectiva despesa pública. Também porque este Governo do PS quer fazer novas "avaliações definitivas" (isto é, novos aumentos dos respectivos valores) das indemnizações pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária. Por último, mas não o

menos importante, porque o actual Governo alia ao Orçamento um volumoso, acelerado e gravoso pacote de privatização de empresas públicas. Diga-se que, neste âmbito, o Governo do PS não apenas segue o

beneficia suficientemente os rendimentos salariais, quer directamente em relação aos trabalhadores da função pública, quer indirectamente pela via da redução da carga fiscal sobre os salários. Mas também por-

mento público. É inquestionável que Portugal é um país fortemente carenciado em infra-estruturas económicas (estradas, linhas férreas, portos...) e sociais (escolas, centros de saúde, parques desportivos, centros

a manutenção da política do escudo caro significa que, por via cambial, se reduz o preço das produções estrangeiras no nosso mercado interno, assim reduzindo a capacidade concorrencial dos produtos nacionais, o que leva à diminuição da produção e ao aumento do desemprego. Tal como o não aumento adequado dos salários, do rendimento disponível dos trabalhadores e das pensões e reformas, para além de não permitir a melhoria das condições de vida dos portugueses não favorece o aumento da produção e do investimento produtivo.

Qualquer tentativa de compatibilizar o cumprimento a todo o custo dos critérios de Maastricht com as reais necessidades da economia portuguesa parece ser, pois, um exercício votado ao fracasso...

Sobre isso cada vez há menos dúvidas. A aplicação desses critérios não permite que se verifique em Portugal um crescimento económico acelerado como se exige, o que significa que também as estruturas produtivas se não modernizam para aumentar a produtividade. Do mesmo modo que com esses coletes de forças em torno dos portugueses não é possível melhorar significativamente os seus níveis de vida, o acesso aos cuidados de saúde e à educação, e reduzir o desemprego. A manta é curta de mais...

Promessas leva-as o vento

Vejamos algumas áreas em concreto. No domínio social, por

exemplo, o Orçamento reflecte as promessas do PS, isto é, cumpre o que foi apresentado eleitoralmente como sendo preocupações suas?

Como sabes, o Orçamento foi apresentado com atraso quer em relação ao compromisso público do Primeiro-Ministro ("antes de 20 de Janeiro", dizia ele) quer em relação aos prazos legais. Tenho para mim que esse atraso se ficou a dever, exactamente, às dificuldades que o Governo sentiu para elaborar um Orçamento que, sujeitando-se a Bruxelas, desse simultaneamente cumprimento às promessas eleitorais. Não o conseguiu, como é obvio e demonstrável...

O caso da Segurança Social parece ser aquele onde isso é mais evidente se atendermos a que as transferências orçamentais ficam aquém das verificadas em 1995...

Exactamente. A promessa de o Estado transferir para a Segurança Social aquilo a que a Lei o obriga (para cobrir os sistemas não contributivos e fracamente contributivos e a acção social) ficou-se por isso mesmo: por uma promessa. Recorde-se que há pouco tempo o próprio Ministro da Solidariedade e Segurança Social afirmou publicamente que isso exigia uma transferência da ordem dos 500 milhões de contos. A transferência orçamentada é de 320 milhões. Igualmente a promessa do Rendimento Mínimo Garantido. O PS dizia que essa medida custaria 0,3% do PIB, isto é, cerca de 50 milhões de contos por ano. Pois é, mas a dotação orçamental fica-se por 3,5 milhões!

E no que se refere à Educação, repetidamente apresentada - como aliás fez o PSD - como a prioridade das prioridades?

Parece-me ser aqui que a realidade orçamental mais se aproxima da promessa eleitoral no que respeita ao volume de recursos dotados. Mas mesmo assim com alguns amargos de boca. Por exemplo, no âmbito do investimento, na construção e melhoria de instalações escolares, a dotação orçamental do Ministério é inferior em 4,1 milhões de contos à orçamentada em 1995. No âmbito das infra-estruturas desportivas escolares o Governo parece consi-

Quadro I Algumas Dotações Orçamentais

(milhões de contos)

	1995 Estimativa	1996 Orçamento	Varição em %
Despesa orçamental total	4722,4	4994,8	5,8
Educação			
Total	824,4	911,0	10,5
Investimento	68,1	64,0	-6,0
Saúde			
Total	630,9	638,3	1,2
Investimento	43,8	40,5	-7,5
Transferências do OE para a Segurança Social	346,5	320,0	-7,6
Rendimento Mínimo Garantido	---	3,5	
Investimento público financiado por recursos próprios do OE	383,0	398,0	3,9

mesmo rumo do PSD como o agrava. Haverá certamente mais semelhanças, mas estarás certamente de acordo que estas são suficientes e substanciais para sustentar a apreciação que fizemos.

Corte nas despesas públicas

Em que medida é que se pode considerar que o Orçamento está condicionado pela aplicação dos critérios de Convergência de Maastricht?

Por um lado porque partindo do espantoso do défice orçamental de 4,3%, e não querendo o Governo cortar nos cerca de 140 milhões de contos de benefícios fiscais, o Governo corta nas despesas públicas. Nas desnecessárias e supérfluas mas também nas necessárias. Por outro lado porque, para não incentivar o consumo, a procura interna, com o objectivo de baixar a inflação a todo o custo, o Orçamento não

que para atingir o critério de convergência da dívida pública, o Governo lança-se pelo abismo da privatização rápida de tudo o que seja passível de privatização.

Mas podes explicitar, para se entender melhor, em que é que isso é negativo para os interesses nacionais?

Vejamos, por exemplo, o investi-

mento público. É inquestionável que Portugal é um país fortemente carenciado em infra-estruturas económicas (estradas, linhas férreas, portos...) e sociais (escolas, centros de saúde, parques desportivos, centros de dia e lares para idosos, habitação...). É pois preciso construir muito e tão rapidamente quanto possível. Mas este Orçamento não o faz tanto como o podia e devia fazer porque, como escreve o Governo, "a evolução do investimento está condicionada pelo quadro de constrangimento" do défice orçamental. E isso é mau para o País. Assim como

Quadro II Contribuição do SEE para o OE

(milhões de contos)

	1995 Estimativa	1996 Orçamento	Varição em %
IRC			
Montante	121,0	191,0	57,9
% do total do IRC	34,5%	42,8%	
Dividendos pagos ao Estado	42,2	87,1	106,4
IRS pago por esses dividendos	14,0	27,0	92,9
Soma	177,2	305,1	257,1

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«A evolução na continuidade»

derar que nada mais há para fazer. Inscreve apenas uma dotação de 500 mil contos para concluir o que veio do ano anterior. E quanto a novas instalações para o ensino pré-escolar, praticamente foram esquecidas.

Quanto aos agricultores: podem esperar dias melhores?

Se a proposta de Orçamento for aprovada os agricultores não podem esperar dias melhores. São reduzidas, e muito, as verbas para o investimento, nada aparece de significativo para o necessário processo de desendividamento de explorações agrícolas e agricultores. Não são cumpridas as promessas eleitorais de redução dos custos dos factores de produção - mesmo o gasóleo, não subindo, vai ficar com o mesmo preço de 1995. Entretanto prepara-se para rever (em alta) as indemnizações aos grandes agrários alentejanos, para além de lhes perdoar as dívidas do Crédito Agrícola de Emergência. De positivo, apenas a manutenção da isenção do IRS para pequenos agricultores e a descida (embora limitada) da taxa do IVA para os lacticínios, mel e batata.

As mesmas injustiças fiscais

Uma das matérias que melhor traduz a verdadeira natureza das

Recordo-me que, tal como o PCP, o PS criticou fortemente os Governos do PSD pela profunda injustiça fiscal que existia. Com este Orçamento a injustiça fiscal é exactamente a mesma! Nem mais um ponto, nem menos um ponto.

Privatizar tudo a todo o gás

O previsto volume de receitas das privatizações constitui outro aspecto que mereceu já as mais sérias reservas do PCP. Tu próprio chamaste a atenção para o assunto, dizendo, há dias, que "o Governo parece querer privatizar tudo o que resta, e já." Que significado atribuis a este objectivo e que consequências advirão para o País?

Aqui não se trata de reservas mas de clara e profunda crítica, discordância e oposição. O significado desta linha de rumo do Governo do PS é inequívoca: tal como o PSD, o PS defende e pratica nesta matéria uma política claramente de direita neoliberal, segundo a qual a actividade eco-



Governo e o mesmo Orçamento prevêem que em 1996 o SEE lhes entregue 114 milhões de contos de dividendos!

A continuação das privatizações e a sua aceleração só podem, pois, ser justificadas por uma opção político-ideológica de prosseguimento de uma política de direita. Aliás, há poucos dias o Primeiro-Ministro dizia na Assembleia da República que a presença do Estado na economia já não distinguia a esquerda da direita. Se olharmos para o recente

Quadro III Benefícios Fiscais (milhões de contos)

	1994	1995	1996
«Despesa fiscal identificada»	132,3	134,2	136,8

opções de um Governo é a fiscalidade. No Orçamento rectificativo de 1995, sem que a isso fosse obrigado, este Governo revelou já uma gritante disponibilidade para oferecer benefícios fiscais ao sector financeiro. Mantém-se essa tendência para favorecer o grande capital ou houve um arripiar de caminho?

Sobre matéria de fiscalidade posso dizer-te que não existem quaisquer alterações significativas em relação ao quadro fiscal do anterior Governo do PSD, mas apenas alguns ajustamentos normais de acordo com a inflação. Os escalões do IRS são actualizados de acordo com a evolução previsível da taxa de inflação, como o eram anteriormente. A taxa normal do IVA que em 1995 foi aumentada de 16 para 17% mantém nos 17%. Os benefícios fiscais para as grandes empresas e para as operações financeiras mantêm-se sem tirar nem pôr, apesar de haver alguns que, deveriam terminar no dia 31 de Dezembro de 1995. O imposto de selo (7%) sobre o crédito ao consumo que tinha sido suspenso em 1995, volta a estar em vigor. Vá lá... quociente conjugal para cálculo do IRS das famílias em que só um dos cônjuges trabalha passou de 1,9 para 1,95. Mas importa recordar que, tal como o PCP, o PS enquanto esteve na oposição sempre defendeu a passagem para 2, para dar tratamento igual às famílias com um ou com dois rendimentos salariais e acabar com esta profunda injustiça que lesa fundamentalmente as famílias de menores recursos.

Este não é, por conseguinte, um Orçamento com preocupações de justiça fiscal.

nómica é um direito exclusivo dos privados, dos capitalistas. Mas o PSD parece ir mais longe que o PSD. E não me refiro apenas ao volume de receitas com as privatizações. De facto o PS quer privatizar tudo! Por exemplo, quer privatizar o BFE a 100%, coisa em que o PSD parecia ter recuado. O PS já anunciou que quer repartir a CP em várias empresas para depois as privatizar. Coisa que o PSD nunca tinha, pelo menos, anunciado.

Para sustentar publicamente as suas opções ideológico-políticas, quer o PSD quer o PS sempre afirmaram que as empresas públicas não se adaptavam às novas condições da União Europeia, que era preciso transferi-las para os grupos económicos privados para que estes pudessem modernizar a economia portuguesa, etc., que as empresas públicas eram um saco enorme de prejuízos.

Pois bem, no relatório deste Orçamento (a páginas 276) este Governo afirma que "de elemento estabilizador dos ciclos conjunturais no passado, o SEE tem vindo a assumir cada vez mais um papel dinamizador de integração da economia nacional no espaço comunitário, reforçando a sua capacidade empresarial e de gerador de externalidades positivas na economia...". O SEE e não as privatizações. Mas esse mesmo Governo aumenta a fúria privatizadora em vez de reforçar esse factor gerador de externalidades positivas na economia. E quanto aos prejuízos tão proclamados, o Orçamento diz-nos que as empresas públicas que ainda restam contribuem com peso desproporcionado para as receitas do imposto sobre os lucros. Acresce, ainda, que o mesmo

acordo de "concertação social", não custa adivinhar que o sr. Primeiro-Ministro dirá igualmente que os direitos dos trabalhadores também já não são um factor distintivo entre a direita e a esquerda. Tal como a justiça fiscal. Mas que esquerda é essa a que o Primeiro-Ministro se refere? Será mesmo esquerda sociológica e política? Estou certo que não, e este é que é o busilis da questão...

Em síntese, como classifica este Orçamento do Estado?

É, fundamentalmente, um Orçamento de "evolução na continuidade"... relativamente aos Orçamentos do PSD. Um Orçamento que é expressão de uma política neoliberal enfeudada a Maastricht, que institui a "moderação" salarial e a "liberalização" das relações de trabalho como variável fulcral da competitividade e que não suporta a presença do sector público na economia porque isso contraria os interesses egoístas dos grupos económicos capitalistas.

Não é exagero concluir, pois, face ao que acabámos de constatar, que este Orçamento vai defraudar as expectativas e as esperanças de muitos que em Outubro último apostaram na mudança?

Estou convicto que a maioria dos eleitores esperava que houvesse significativas alterações de políticas, e que essas alterações se comessem a notar de forma visível já no primeiro Orçamento do novo Governo. E se assim é, certamente que se sentirão defraudados e profundamente descrentes das promessas eleitorais.

■ JC

Multas aos utentes da Ponte 25 de Abril



Aproximadamente um ano e meio depois dos protestos contra as portagens na

Ponte 25 de Abril, numa atitude no mínimo insólita, continuam a ser enviadas pela Junta Autónoma das Estradas notificações aos utentes que participaram nessa jornada cívica de contestação. O que mais surpreende nesta situação (ou talvez já não) é que o PS, que por altura desses acontecimentos questionou criticamente o comportamento do Governo de Cavaco Silva, venha agora, com responsabilidades governativas, ao que tudo indica, a prosseguir a mesma orientação do Governo anterior, ou seja, a querer punir quantos participaram nessas acções de protesto. Conhecedor deste facto, por informações que chegaram ao conhecimento do Grupo comunista, o deputado João Amaral de imediato manifestou interesse pelo assunto inquirindo concretamente o Governo, através de requerimento dirigido ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, sobre se é intenção deste arquivar os processos contra os utentes da Ponte 25 de Abril, ou, ao contrário, seguir na pegada do Executivo anterior.

Fraudes nos fundos para a agricultura



O Grupo Parlamentar do PCP lançou um repeto ao Governo no sentido de este proceder a uma

auditoria global aos diversos regulamento e fundos afectos aos sectores agrícola. O desafio foi deixado pelo deputado comunista Rodeia Machado no debate sobre o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo CDS/PP às irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas Europeu na aplicação de subsídios do FEOGA destinado aos agricultores portugueses. As irregularidades e fraudes que suscitaram este pedido de inquérito, que deverá ser aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, recorde-se, não são novas, tendo sido já objecto em várias ocasiões de denúncia por parte do Grupo comunista, que, inclusive, subscreveu várias propostas de inquérito que acabariam por ser inviabilizadas pelo PSD.

Citado por Rodeia Machado como exemplo de má aplicação de fundos foi o caso da Odefrutas, de Thierry Russel - que recebeu mais de um milhão de contos de apoios comunitários e foi apontada por Cavaco Silva como uma exploração-modelo -, e que hoje, depois de ter deixado um rasto de dívidas e centenas de desempregados, não passa de um conjunto de "ferros retorcidos, milhares de quilos de plástico abandonado, centenas de hectares improdutivos".

Conselhos Municipais de Segurança

Ideia do PCP obtém consenso alargado

A Assembleia da República aprovou na generalidade os projectos de lei da autoria do PCP e do PS que prevêem a criação de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos. Depois de ter lançado a ideia há cerca de quatro anos, dando-lhe corpo em projecto de lei que viria a ser inviabilizado por duas vezes pelo PSD, a formação comunista vê agora consagrada uma proposta, inovadora, que pretende intervir numa das áreas que mais preocupa os portugueses: a segurança de pessoas e bens.

Trata-se, aliás, da consagração legal de uma ideia, sobre a qual se gerou agora, finalmente, um consenso alargado, que, neste percurso, ganhou a adesão de inúmeras assembleias municipais que nela viram os méritos da aproximação entre as forças policiais e os cidadãos na resposta ao objectivo de garantir a segurança e tranquilidade das populações.

Partindo do princípio de que cabe às forças policiais a função de garantir a segurança e prevenir e reprimir a criminalidade, a proposta do PCP entende no entanto que o êxito dessa função, como salientou o deputado António Filipe, depende de factores múltiplos e designadamente dessa colaboração mútua entre a polícia e os cidadãos.

Daí que os conselhos municipi-

pais, de natureza estritamente consultiva, sem qualquer interferência na cadeia de comando das forças policiais, sejam privilegiadamente esse "espaço próprio", como lhe chamou o parlamentar comunista, capaz de "garantir a participação adequada das comunidades locais na solução das questões de segurança à escala municipal".

Um espaço próprio que promove a desejada aproximação entre as forças policiais e os cidadãos e que, como observou António Filipe, incentive a "articulação, a informação mútua e a cooperação entre as entidades que em cada município têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção da marginalidade e da delinquência e na salvaguarda da segurança e tranquilidade".

Zona ribeirinha do estuário do Tejo Acabar com os abusos da APL

A Assembleia da República deverá aprovar hoje, na generalidade, os diplomas que delimitam as competências e jurisdição sobre as zonas ribeirinhas em meio urbano. Debatidos na semana transacta, os projectos de lei da autoria do PCP, "Os Verdes" e PS baixarão depois à comissão especializada, onde haverá um importante trabalho a fazer, dadas as diferenças entre si, no sentido de clarificar as soluções mais adequadas.

Na génese do projecto elaborado pela bancada comunista esteve sobretudo a necessidade de corrigir a situação criada pelo Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha (POZOR), da responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa, o qual, como frisou Luís Sá no decorrer do debate, "veio evidenciar uma clara e abusiva interferência daquela entidade pública na esfera de competências próprias dos municípios".

Para o parlamentar do PCP não é aceitável que a Administração do Porto de Lisboa tenha poderes de intervenção no domínio do planeamento e da gestão urbanística, na medida em que, observou, "a ligação e abertura das cidades e zonas urbanas ao rio é um objectivo da competência própria dos municípios ribeirinhos", no âmbito da sua política urbanística, "tendo em vista a qualificação e valorização urbana, a melhoria do ambiente urbano e a fruição do rio pelas populações".

Nos seus objectivos, o projecto comunista visa, pois, como observou

Luís Sá, eliminar a sobreposição de competências, propondo nesse sentido que a área não afectada directamente à actividade portuária, ou que lhe seja desafectada, "passe para a jurisdição plena da Câmara, incluindo no que respeita ao planeamento e gestão urbanística".

No que se refere à área afectada directamente às actividades portuárias, por outro lado, o projecto advoga que em caso de obras ou utilizações estranhas a essas actividades, as mesmas só possam ter lugar "depois de licenciadas pelas câmaras municipais respectivas".

Mas o projecto do PCP vai ainda mais longe ao prever, quando se trate de obras e utilizações próprias das actividades portuárias, que estas "devem ter em conta e subordinar-se aos instrumentos de planeamento regional e municipal em vigor", preconizando simultaneamente que as câmaras tenham uma "competência de acompanhamento" consubstanciada, designadamente, na emissão prévia de parecer.

PCP no debate mensal no Parlamento

"Será esta uma política de esquerda?"

A adopção de novas atitudes e, fundamentalmente, de novas políticas - e não apenas a alternância partidária no Governo - como premissa para o virar efectivo de uma nova página na vida política nacional, constitui uma das questões mais interessantes com que o Primeiro Ministro foi confrontado, faz hoje oito dias, no debate mensal com o Parlamento.

Colocada pelo líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, esta questão veio a propósito de declarações de Guterres na sua recente deslocação à Suíça, incidindo, por um lado, no cumprimento dos Critérios de Convergência de Maastricht, e, por outro, na intenção governamental de privatizar o BFE.

Comentando as garantias na altura dadas pelo chefe do Governo de que o nosso País "será dos primeiros a chegar à União Monetária", bem como sobre as suas palavras, numa alusão aos critérios da UEM, de que estes "são para cumprir e o Bundesbank não vai ceder nesse ponto", Octávio Teixeira fez notar que Guterres, na sua qualidade de Primeiro-Ministro de Portugal, não devia ter sentido a necessidade de "ter de dar explicações ao Governador do Bundesbank ou de qualquer outro banco central", e, acrescentou, "muito menos, admitir e aceitar que seja este a ter a palavra decisiva sobre se os critérios de Maastricht têm ou não de ser cumpridos".

Quanto à declarada intenção do Governo de privatizar a cem

por cento o BFE, numa mudança de estratégia relativamente ao Executivo anterior, Octávio Teixeira, antes de interrogar se "será esta uma política de esquerda", inquiriu, sem que tivesse obtido resposta satisfatória, se o Governo do PS "vai ceder à OPA do BPI nos mesmo moldes em que o ministro Catroga cedeu à OPA de Champalimaud, isto é, contra a própria lei-quadro das privatizações".

Entrevista desumana

Também os deputados João Amaral e Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, trouxeram ao debate questões concretas sobre os problemas nacionais, conferindo-lhe um interesse e importância que o PSD, a pretexto da fórmula regimental definida para este debate mensal, tentou a todo o custo desvalorizar.

De tal modo que o Primeiro-Ministro acabou por ser levado a reconhecer a pertinência das questões que, apesar dos confrontos de ideias e de posições, foram levantadas pelas bancadas do PCP e do PP, separando-as

das suscitadas pelo PSD, que classificou de irrelevantes, e chegando mesmo a acusar os deputados laranja de serem um "conjunto de atiradores furtivos sem comando e sem estratégia".

João Amaral centrou a sua pergunta no chamado Acordo de Concertação Social de Curto Prazo, chamando à colação, concretamente, uma recente entrevista do vice-presidente da CIP, Nogueira Simões, na qual este não esconde a sua satisfação pelos termos daquele Acordo no que se refere, por exemplo, a questões decisivas como a "flexibilidade" ou a "polivalência".

Apelidando a entrevista de "desumana e brutal", João Amaral chamou especialmente a atenção para o facto de por trás daqueles conceitos, feitos à medida dos interesses do patronato, estar não o aumento do emprego mas sim a intensificação da exploração do trabalho.

E respondendo aos que têm questionado as críticas do PCP, alegando que elas criam dificuldades ao diálogo da esquerda, João Amaral lembrou que a "esquerda sempre se caracterizou pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores" e que a "flexibilização dos horários e a polivalência atingem direitos históricos dos trabalhadores" que nem Marcelo Caetano se atreveu a mexer. "Por isso - concluiu - a posição de esquerda, hoje, como sempre, é a de

combater e denunciar estes atentados. Fazê-lo em nome dos valores da esquerda, entre eles o valor sagrado do mundo do trabalho".

Violação da Constituição

Lino de Carvalho, por sua vez, introduziu no debate aquela que foi porventura a pergunta mais embaraçosa, deixando Guterres sem resposta e obrigando-o a dizer que não tinha informação e que iria providenciar no sentido de a recolher junto de outros membros do Executivo. Tratou-se, em síntese, do acordo de associação comercial entre a Comunidade Europeia e Marrocos (ver caixa), acordo esse que está já a ser incrementado sem prévia ratificação pelos parlamentos dos Estados-membros, numa frontal violação aos procedimentos previstos, no caso português em desrespeito pela Constituição e pelos poderes da Assembleia da República.

Considerando-o um "procedimento ilegal e abusivo da Comissão Europeia", Lino de Carvalho sublinhou que a aplicação do Acordo está a afectar de modo particular, no que se refere às produções nacionais, os casos do tomate, das laranjas, das flores e das conservas de sardinha.

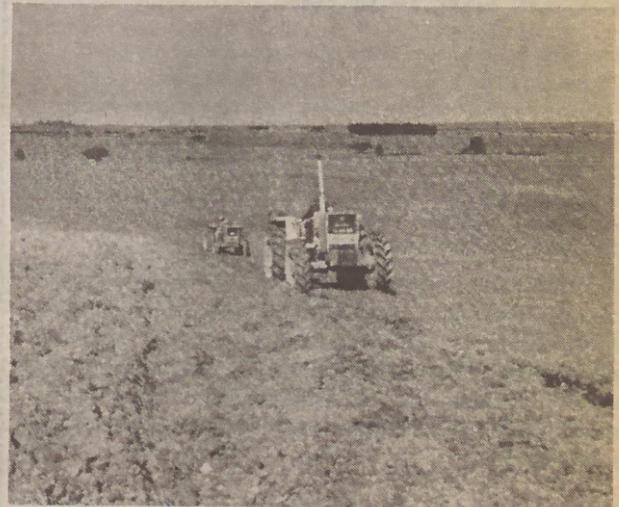
Acordo Comercial com Marrocos

Governo explica-se hoje no Parlamento

Os secretários de Estado das Pescas e dos Assuntos Europeus estarão hoje presente no Parlamento, na reunião da Comissão de Agricultura, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação antecipada do Acordo Comercial com Marrocos, sem a ratificação prévia pela Assembleia da República.

Esta presença do Governo foi solicitada pelo Grupo Parlamentar do PCP na sequência do debate realizado faz hoje oito dias com a presença do Primeiro-Ministro, durante o qual foi deixada sem resposta satisfatória uma pergunta formulada pelo deputado Lino de Carvalho em que este questionava um tal procedimento, por si considerado violador da Constituição e dos poderes da Assembleia da República.

Recorde-se que sobre esta mesma matéria foram já apresentados dois requerimentos subscritos pelos deputados comunistas Lino de Carvalho (na Assembleia da República) e Honório Novo (no Parlamento Europeu), tendo este último merecido resposta por parte da Comissão, que confirma, pelo punho do Comissário Marin, não só aquela antecipação, como revela que tal foi decidido com o voto favorável do Governo português.



O Banco de Portugal e o Governo devem saber o volume do crédito e os fins em que é aplicado

As ilegalidades da "secretaria" e as responsabilidades de Pedro Cardoso

A manutenção do general Pedro Cardoso nas funções de Secretário-Geral da Comissão Técnica do Sistema de Informações está a suscitar a reprovção de vários quadrantes democráticos, incluindo meios socialistas, que não escondem já algum mal-estar pela situação. Compartilhada é a incompreensão comum quanto à manutenção em funções naquele cargo de um homem que foi um dos principais responsáveis pelas perversões e pela acção antidemocrática dos Serviços de Informações durante o consulado cavaquista.

Uma questão para a qual não existem explicações minimamente satisfatórias e que levou já o Grupo Parlamentar do PCP, mais exactamente o seu deputado João Amaral, a inquirir o Governo sobre as razões que o levam a reiterar a confiança política numa pessoa que revelou não ter perfil adequado para as funções por si exercidas.

Recorde-se que o Secretário-Geral da Comissão Técnica dos Serviços de Informações desempenha um papel da maior importância no quadro da actuação dos diferentes Serviços de Informações, pelo que, nessa medida, é ele um dos principais responsáveis pela prática de contínuas ilegalidades cometidas pelos Serviços de Informações, particularmente o SIS.

Uma prática que no caso vertente não está dissociada da concepção dos Serviços de Informações defendida por Pedro Cardoso, a qual é "completamente inadequada às regras da Constituição e da Lei", como observa João Amaral no requerimento dirigido ao Governo a propósito deste assunto.

No texto, o deputado do PCP recorda a este respeito alguns escritos de Pedro Cardoso publicados em revistas oficiais, onde este defende, por exemplo, a legitimidade dos Serviços de Informações investigarem, entre outros aspectos, a "participação dos cidadãos, das organizações sindicais, das entidades representativas e das entidades administrativas nas

diversas actividades de natureza laboral, social e administrativa ou pública", o "grau de seriedade dos órgãos de comunicação social", as "influências partidárias nas associações sindicais, culturais, desportivas, recreativas e outras", a "doutrinação e propaganda política a fim de detectar as variações de orientações dos partidos políticos, os seus problemas internos, a sua relação com o eleitorado", a "vida interna dos sindicatos", ou o "respeito dos partidos políticos pela democracia política".

Neste contexto, por muito reputado que seja um «especialista em informações», como sublinha João Amaral, "não serve para as funções se, como se prova, tiver uma concepção que se opõe frontalmente às regras constitucionais e que potencia a ofensa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos".

Uma "situação tanto mais insustentável - as palavras são ainda de João Amaral - quanto é certo que o general Pedro Cardoso já passou a idade legal de reforma e só se mantém em funções por vontade explícita do Governo".

Caixas de Crédito Agrícola

PCP pede esclarecimentos

Adensam-se as preocupações nos meios agrícolas quanto à situação em que se encontram as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Depois de insistentes rumores sobre o assunto, notícias recentes vieram a lume dando conta, por um lado, de "rácios de solvabilidades muito abaixo do exigido por Lei", e, por outro, de alegadas irregularidades na gestão, designadamente com a aplicação de activos e empréstimos para actividades estranhas ao sector agrícola.

Situação esta que motivou já um pedido de esclarecimentos ao Governo por parte do deputado comunista Lino de Carvalho que, em requerimento, indaga sobre os rácios de solvabilidade e a situação líquida do Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo e da Caixa Central de Crédito.

Considerando que quer o

Banco de Portugal quer o Governo têm acrescidas responsabilidades no acompanhamento e esclarecimento da situação, Lino de Carvalho quer igualmente saber qual o volume de crédito concedido pelo sistema para a agricultura e quais os empréstimos para fins estranhos.

No requerimento, onde realça a enorme importância e implicações do crédito agrícola mútuo para a actividade do sector, o deputado comunista solicita ainda informações sobre o crédito mal parado, sobre o total de herdeiras hipotecadas às Caixas de Crédito Agrícola, bem como sobre as medidas que o Governo e o Banco de Portugal pensam adoptar para garantir a "solvabilidade do sistema, a regularidade da sua gestão e a sua reorientação para os fins específicos a que se destina".

TRABALHADORES

SIEMENS
DESESTABILIZA

Cerca de 40 trabalhadores efectivos da fábrica da Siemens em Évora estão há mais de 3 semanas sem que lhes seja confiado um posto de trabalho, denunciou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que considera esta uma atitude de *lock-out*. Em comunicado que enviaram à nossa Redacção, a direcção regional de Évora do SIESI e a comissão intersindical da empresa sublinham que «a situação de instabilidade gerada pela empresa é tanto mais grave, quanto é sabido que esta se propõe admitir mais trabalhadores contratados a prazo, a juntar aos cerca de 200 já existentes».

«A tentativa de anulação de postos de trabalho visa criar junto dos trabalhadores pressões para impor regras e condutas contrárias ao contrato colectivo de trabalho e viola os princípios constitucionais», acusa o SIESI, cuja direcção já solicitou a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho.

SEGUROS
ENCERRAM

Na reunião de dia 8 os três sindicatos de Seguros rejeitaram a proposta de aumentos salariais de 4,25 por cento, que a associação patronal do sector (APS) manteve inalterável. As negociações foram assim encerradas e vai ser requerida a conciliação no Ministério do Emprego, informa o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, que considera a posição das seguradoras «inconcebível e sob todos os pontos de vista reprovável».

CGD DEIXA
FALIR COPINAQUE

«Há situações um pouco estranhas» no processo de falência da Copinaque, afirma o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas, referindo que a empresa do Cacém «no ano de 1995 facturou um milhão de contos, em Janeiro de 1996 facturou cerca de cem mil contos, para 1996 já tem uma carteira de encomendas apreciável e o encargo com ordenados anda à volta de 18 mil contos por mês».

Na base da falência, que deixa sem trabalho 139 pessoas, está a abstenção da Caixa Geral de Depósitos, o terceiro maior credor, na assembleia realizada dia 2 no Tribunal Judicial de Sintra. Comentando a posição da CGD e estranhando a pressa com que esta nomeou um administrador liquidatário para a Copinaque, o sindicato afirma que, «se são as empresas ligadas ao Estado a contribuírem para a falência de outras, então não haverá qualquer moral ou eficiência no combate ao desemprego».

LEGISLAÇÃO
INSUFICIENTE

O despedimento colectivo no complexo turístico madeirense da Matur foi um dos temas em foco durante um encontro-debate sobre Direito de Trabalho, promovido sexta-feira pelo Sindicato da Hotelaria da Madeira.

A situação do complexo turístico da Matur foi debatida dentro do tema «a cessação de trabalho por causas objectivas respeitantes à empresa». Joaquim Dionísio, dirigente da CGTP-IN e responsável pelo Gabinete de Estudos da central, apontou o problema da Matur como um dos exemplos da insuficiência legislativa em matéria de despedimentos colectivos, e referiu que a *Inter* apresentou há cerca de um mês várias propostas de trabalho ao ministro da Justiça sobre o assunto, designadamente no que concerne à legislação sobre falências. Joaquim Dionísio revelou que, no âmbito de uma Comissão criada no Ministério da Justiça, está agendada para Março uma reunião para analisar a problemática da legislação dos despedimentos colectivos.

SOLIDÁRIOS
COM AS LUTAS

A União de Sindicatos do Porto manifestou na semana passada o seu apoio e solidariedade às lutas dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, da CP e do Casino da Póvoa de Varzim. Em comunicado enviado à Agência Lusa, a USP/CGTP refere que os trabalhadores da Siderurgia (Maia) efectuaram uma greve a 5 e 6 de Fevereiro «em defesa do Acordo de Empresa, contra a redução dos postos de trabalho e por uma gestão que potencie as suas capacidades produtivas». Segundo a União, os funcionários das estações e os guardas de passagem de nível da CP estão igualmente em greve desde 15 de Dezembro, pelo horário de trabalho de 40 horas semanais, paralisando diariamente a partir da oitava hora. No Casino da Póvoa, os trabalhadores «insurgem-se contra a suspensão ilegal e abusiva de 16 funcionários da sala de jogos tradicionais e contra o comportamento considerado ofensivo para a sua honra e dignidade». O apoio da USP a estas lutas foi aprovado em plenário distrital realizado quarta-feira.

Também o Grupo Parlamentar do PS manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores do Casino da Póvoa suspensos, informou o Sindicato da Hotelaria, Turismo e Restaurantes do Norte, que solicitou à Sopete, concessionária da Zona de Jogo da Póvoa de Varzim, uma reunião para amanhã.

Acções de pescadores em perspectiva

Acordo com Marrocos
e arrastão russo
recusados pelos sindicatos

Quadros da CGTP-IN ligados às pescas analisaram, no passado domingo, em Lisboa, a situação do sector e os problemas de 35 mil trabalhadores que ainda não são abrangidos por qualquer regulamentação jurídica na sua relação com as empresas, o que dá azo a uma desenfreada exploração.

Na conferência de imprensa onde foram dadas a conhecer as principais conclusões deste encontro, realizado no quadro da preparação dos congressos da federação das Pescas (a 10 de Março) e da central (a 31 de Maio e 1 de Junho), estiveram em foco duas questões que, por juntarem os problemas da pesca e da indústria conserveira, explicaram a necessidade de reunir na sede da CGTP, para além dos sindicatos representativos dos pescadores de todo o País, também as estruturas das indústrias alimentares e dos distritos do litoral.

A autorização concedida pelo Governo a um arrastão russo para que, durante seis meses, possa pescar sardinha ao largo da costa portuguesa para a associação dos industriais de conservas foi considerado «um grave precedente» para o acesso de estrangeiros aos nossos recursos. Baseando-se nas opiniões manifestadas por pescadores em dois plenários recentes, no Algarve e em Matosinhos, Américo Nunes disse que esta autorização está a gerar um forte descontentamento e a intenção de actuar para impedir que o arrastão possa efectuar descargas nos portos nacionais. Frederico Pereira e Joaquim Piló responsabilizaram os industriais das conservas pela actual escassez de sardinha nas fábricas, acusando-os de não armazenarem quantidades maiores para *jogarem* com o preço; ou seja, quando é capturada muita sardinha, os patrões conserveiros preferem que os pescadores a deem ao mar, para não fazer subir os preços na loja, e congelam apenas uma quantidade mínima, a que podem recorrer quando a captura é menor para assim resistir à tendência de aumento do preço.

A CGTP afirmou claramente a sua disposição de promover uma acção de protesto junto da Assembleia da República, na altura em que ali for chamado a ratificação o acordo firmado com Marrocos pela União Europeia. O «acordo global de associação comercial», alerta a *Inter*, põe em risco, a curto prazo, a sobrevivência da indústria de conservas portuguesa e a frota da pesca de cerco, devido às facilidades concedidas às conservas marroquinas.

Não há direitos

Especial atenção mereceram as duras condições de trabalho dos pescadores e demais profissionais

da pesca. A CGTP denunciou mais uma vez o facto de serem discriminados em relação a todos os outros assalariados: uma vez que as relações laborais a bordo não são abrangidas pela lei geral do trabalho e não existe qualquer regulamentação específica para o sector, a grande maioria deles não tem direito a uma remuneração mínima assegurada, nem a férias remuneradas, nem a subsídio de Natal, nem à proibição do despedimento sem justa causa.

A Segurança Social não contempla muitas das especificidades do sector, merecendo especial referência a forma como se procede hoje aos descontos:

- o regime especial de desconto, sobre 10 por cento da venda bruta de pescado, fica muito abaixo das remunerações reais (os rendimentos declarados para cálculo do IRS chegam a ser o dobro dos que servem de



Os pescadores não são abrangidos pela lei geral do trabalho nem por qualquer regulamentação específica (foto de arquivo)

base aos descontos para a Segurança Social);

- os barcos com bandeira estrangeira (marroquina ou de conveniência) estão proibidos de fazer descontos, mesmo com pescadores portugueses, a trabalhar para armadores portugueses que vendem o peixe em portos portugueses.

Foram ainda reclamadas medidas para melhorar as condições de segurança (no ano passado, a Mútua dos Pescadores contabilizou 31 acidentes mortais) e foi defendida a manutenção da Docapesca como empresa de capitais públicos, repudiando uma eventual privatização.

Professores anulam
discriminação

O adicional de 2 por cento vai ser integrado no índice 100 (salário mínimo) da grelha salarial dos professores e vão ser criados novos índices de topo para bacharéis e licenciados.

A palavra dada na passada sexta-feira pelo Ministério da Educação, em reunião com a Federação Nacional dos Professores, leva o secretariado nacional da Fenprof a afirmar que os docentes «têm motivos para se sentirem satisfeitos, uma vez que os compromissos agora assumidos correspondem às exigências que levaram a Fenprof a não subscrever o acordo salarial para a Administração Pública» no dia 17 de Janeiro.

No comunicado de imprensa que divulgou após a reunião, a Fenprof revela que «foram ainda adiadas propostas, que continuam em discussão, referentes ao pagamento de retroactivos aos docentes que se encontram retidos no 7º escalão devido à prova de candidatura».

A federação conclui que, com este resultado, «aumentam os motivos para que os professores, cada vez mais, se unam em torno das suas organizações sindicais representativas e osem reivindicar e lutar sempre que entendam justo e necessário».

A Plataforma Reivindicativa Comum do Ensino Superior reuniu, também dia 9, com a comissão negociadora do ME para debater a correcção de assimetrias salariais e o aumento extraordinário para as carreiras docentes universitárias. A PRC, que integra a Fenprof, o Sindep e o Snesup, apresentou uma alternativa ao texto proposto pelo Ministério no dia 7, afirmando que este «não clarifica suficientemente o compromisso do Governo relativo aos objectivos finais da

revalorização a atingir até 1999». Realçando que «demonstrou tecnicamente a exequibilidade financeira da sua proposta», o comunicado emitido após a reunião de dia 9 pela plataforma dos docentes e investigadores revela que, «surpreendentemente, na ausência de qualquer fundamentação técnica, a comissão negociadora do ME apenas revelou não haver vontade política do Governo para dar um sinal positivo relativamente aos assistentes, uma categoria que tem sido fortemente penalizada, facto que a PRC considera essencial para uma aceitação de uma proposta final».

«Cabe agora ao Governo dar um passo no sentido de concretizar a sua vontade expressa de assinar um acordo», conclui a Plataforma Reivindicativa Comum.

Enfermeiros

O Governo garantiu na semana passada que vai ser publicado o Estatuto Profissional dos Enfermeiros e que tudo fará para que na AR seja aprovada a criação do órgão de controlo daquele regulamento do exercício da profissão - revelou a comissão negociadora sindical dos enfermeiros.

Esta estrutura, que reúne os sindicatos dos enfermeiros Portugueses (SEP) e da Região Autónoma da Madeira (SERAM), refere também que a ministra da Saúde se comprometeu a que os trâmites legislativos para a aprovação do Estatuto e da Ordem decorram «o mais célere possível».

«A concretização destes importantes diplomas será um passo significativo para a profissão, para os enfermeiros e para os utentes», conclui a nota de imprensa da comissão negociadora sindical.

TRABALHADORES

Contra a flexibilidade e a polivalência, pelas 40 horas e por salários justos

Preparam-se acções de luta

A adopção de formas de luta para impedir que o conteúdo mais grave do acordo da Concertação ganhe forma de lei está a ser discutida nas estruturas regionais e sectoriais do movimento sindical, enquanto ao nível das empresas avança a marcação de acções para conseguir revisões salariais justas.

O plenário de representantes dos trabalhadores dos transportes, que reuniu na semana passada em Lisboa membros de CTs e sindicalistas de todo o País, decidiu realizar uma jornada de luta do sector no próximo dia 7 de Março. A resolução, aprovada no final do plenário de dia 6, refere que esta jornada é levada a cabo devido às «consequências altamente gravosas das medidas contidas no acordo, ofensivas da dignidade dos trabalhadores e condicionantes da sua vida profissional, familiar e social». Os contornos concretos desta luta vão agora ser discutidos com os trabalhadores.

Prosseguindo o trabalho de esclarecimento e mobilização para a luta contra os aspectos mais graves do «acordo de concertação social de curto prazo», várias uniões distritais de sindicatos tomam posições públicas e delineiam iniciativas.

Dirigentes e delegados sindicais de Viseu concluíram na passada sexta-feira que «o acordo que nos quer impor, por lei, a flexibilidade e a polivalência não é um acordo equilibrado, é um abuso e um bónus do Governo ao patronato». Na reunião, informa a USV/CGTP, foi decidido realizar «uma grande jornada de esclarecimento», nomeada-

mente através de um ampla distribuição do folheto da central sobre a matéria, a par de reuniões com trabalhadores.

Por unanimidade e aclamação, dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Braga resolveram desencadear «desde já, uma grande batalha de esclarecimento em todos os sectores, empresas e locais públicos, acerca do conteúdo do acordo e das suas consequências se fosse tornado lei». No plenário de dia 8, em que participou Manuel Carvalho da Silva, foi ainda decidido «mobilizar os trabalhadores, sob a forma de protestos, manifestações e greves sectoriais, para a luta pela contratação colectiva, contra o acordo, e contra a política de direita do Governo».

Foi manifestada solidariedade total aos trabalhadores que, a 17 de Janeiro, expressaram na AR «a sua indignação pela não aprovação do decreto-lei que reduzia o horário de trabalho para 40 horas». A resolução de Braga aponta ainda para a convergência das várias lutas laborais «de forma a que, a prosseguir a ofensiva do Governo e a sua política de direita, se criem as condições para formas de luta superiores, que enterrem definitivamente esta afronta».



Os contornos da acção decidida no plenário dos transportes vão ser definidos pelos trabalhadores do sector

A União dos Sindicatos do Algarve - num comunicado em que revela a sua preocupação face ao «crescimento acelerado» do número de desempregados ou com emprego precário na região - considera o acordo «profundamente lesivo dos interesses dos trabalhadores», cujos direitos sofreriam «um inadmissível recuo» se se concretizassem «as já conhecidas e gravosas cedências em matéria de flexibilização dos horários de trabalho e de polivalência de funções».

A USAL reafirma a sua intenção de desenvolver «todos os esforços» pela manutenção de tais direitos, inserindo-se nas acções de protesto e de luta que venham a ser consideradas necessárias.

Para ontem, estava marcada uma reunião de representantes dos trabalhadores da Siderurgia (Seixal e Maia), onde seriam analisadas novas formas de luta contra os ataques aos direitos e sucessivas reduções

de pessoal (estão ameaçados cerca de mil postos de trabalho, segundo os ORTs), sobretudo nas empresas de Serviços e Produtos Longos. Estas, como a empresa de Produtos Planos, ainda não responderam à proposta de revisão salarial entregue a 18 de Dezembro.

Também não respondeu ainda às propostas sindicais, apresentadas dia 30 de Novembro, a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Este «claro desrespeito pelas organizações sindicais e pelos trabalhadores» foi condenado em plenário no passado dia 7. Na moção ali aprovada, os trabalhadores da IN-CM repudiaram a actuação do CA; avançando com pedidos de uma audiência urgente com o secretário de Estado das Finanças e de intervenção do Ministério do Emprego, exprimiram «disponibilidade para lutar pela defesa dos seus direitos e das suas justas reivindicações».

Função Pública vai ver o OE

Os sindicatos da Função Pública, na sequência da demarcação feita quanto à matéria salarial por ocasião da assinatura do acordo com o Governo, lançaram um abaixo-assinado exigindo aumentos salariais superiores a 4,25 por cento, o qual será entregue na Assembleia da República quando esta discutir o Orçamento do Estado. Dirigentes sindicais do sector, entretanto, afirmam que os trabalhadores «estarão atentos à discussão» (Vitor Gonçalves, no último número do jornal do sindicato do Sul e Açores) e admitem mesmo que ocuparão as galerias do parlamento para acompanhar o debate do OE (Paulo Taborda, em conferência de imprensa, na semana passada, em Ponta Delgada).

Nas matérias ditas de regime, que vão ser negociadas com o Governo em 13 mesas parcelares, existem compromissos que se podem vir a traduzir em ganhos para os trabalhadores, admitem os sindicatos.

A matéria salarial, no entanto, é inaceitável, pois um aumento salarial de 4,25 por cento não garante o início da recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos.

O abaixo-assinado reivindica ainda a equiparação do salário mínimo da Administração Pública (índice 100) ao salário mínimo nacional e a garantia da estabilidade de emprego.

Apreensão nos mármorees em Pero Pinheiro

Algumas importantes empresas do sector dos mármorees, sediadas na zona de Pero Pinheiro (Sintra), defrontam-se presentemente com sérios problemas que têm reflexos negativos na vida dos trabalhadores - denunciou antontem o sindicato da Construção, Madeiras e Mármorees do Distrito de Lisboa.

Num comunicado que está em distribuição ao pessoal do sector e que fez chegar à nossa redacção, o sindicato diz que está a acompanhar «atenta e preocupadamente» a situação, adiantando que «os trabalhadores vêem-se forçados a rescindir ou a suspender os seus contratos de trabalho por força de salários em atraso, cessação ilegal de actividade e falências fraudulentas».

A título de exemplo, o sindicato aponta cinco empresas: Manuel Esteves Vitor, Silvério Possante d'Almeida, J. Duarte e Filhos, A. M. Santos e Mármorees do Condado. O comunicado salienta ser necessário salvaguardar os empregos e os direitos dos trabalhadores das empresas em dificuldades.

IGT vai investigar na Brisa

A Inspeção-Geral de Trabalho vai investigar o cumprimento das regras de higiene e segurança no trabalho nas portagens das auto-estradas e promover uma solução para os trabalhadores em regime de mão-de-obra alugada.

Em declarações à Agência Lusa na segunda-feira, após uma reunião com a IGT, Raul Pica Sinos, da direcção da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, adiantou que será realizada uma reunião tripartida (com a Brisa), em data ainda a marcar.

O número de trabalhadores em regime de mão-de-obra alugada (272 há três anos) ascende a 800 actualmente.

A federação expôs ainda outras reivindicações, relacionadas com as condições de higiene e segurança no trabalho, como a falta de controlo de ruído e concentração de poluentes. Exige também instalações sanitárias separadas por sexos, túneis de acesso entre todas as portagens e «guarda-corpos» para evitar os acidentes com os veículos que passam, em especial na via verde, com maior velocidade (e que em 1995 provocaram cinco acidentes envolvendo portageiros).

Livro Branco da Segurança Social CGTP «perplexa» com Comissão

António Guterres não nomeou para a Comissão do Livro Branco sobre a Reforma da Segurança Social um único representante dos trabalhadores, apesar de o sistema ser financiado quase exclusivamente com descontos sobre os salários.

Também não foi indicado nenhum dos técnicos do sistema de Segurança Social. «Este não é, seguramente, um bom início para um processo de reflexão, de debate e de adopção de orientações em matérias tão sensíveis», protesta a CGTP-IN.

Em carta enviada na semana passada ao primeiro-ministro, a Comissão Executiva da central manifestou-se «perplexa» com tal composição, considerando que as ausências são «motivo de mágoa e de surpresa». «Sempre considerámos» - afirma-se na missiva - «que era

intenção do Governo proceder a uma avaliação do sistema de Segurança Social e traçar orientações para a sua reforma, procurando obter um consenso o mais alargado possível, atendendo a que se trata de questões que são fundamentais para a vida dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.» Recordar-se ainda que, nas reuniões entre a CGTP e o Governo, este garantiu que na comissão do Livro Branco estariam representados todos os sectores de opinião mais relevantes.

Afinal, a comissão integra sobretudo representantes de

posições contrárias ao papel da Segurança Social pública, ainda que com diferentes pontos de vista. A central não discute a competência técnica dos nomes escolhidos pelo primeiro-ministro, mas critica as opções subjacentes à nomeação, apontando o peso que na comissão têm «visões assistencialistas do sistema» e «interesses privados, mesmo que alguns se reclamem de não ter fins lucrativos». O facto de estar representado na comissão o sector financeiro é visto como «surpreendente, se se pensa melhorar e aperfeiçoar o actual sistema».

Êxito na sindicalização

A campanha de sindicalização, levada a cabo no quadro

das comemorações do 25º aniversário da Intersindical Nacional, resultou em 54516 novas inscrições nos sindicatos e na eleição de 2641 delegados sindicais - de acordo com o balanço final global divulgado na passada segunda-feira.

«Vários sindicatos sustiveram a tendência de quebra na sindicalização de anos anteriores e outros inverteram mesmo essa tendência, crescendo significativamente no seu número de associados» - afirma o comunicado do Departamento de Informação da Inter, sublinhando que «este êxito, na adesão dos trabalhadores aos sindicatos da CGTP-IN e na disponibilidade, por parte de milhares deles, para aceitarem ser eleitos como delegados sindicais, demonstra sem dúvida alguma a credibilidade e importância dos sindicais».

para os trabalhadores portugueses».

A campanha decorreu de Outubro de 1994 a Dezembro de 1995, verificando-se o maior número de sindicalizações durante o primeiro semestre, nos distritos de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal, e nos sectores de Têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles, Administração Pública, Comércio, escritórios e serviços, Metalurgia, metalomecânica e minas, e Transportes rodoviários e urbanos.

Foi também no primeiro semestre da campanha que se registou maior incremento na eleição de delegados sindicais; no resultado global, destacam-se aqui os sectores da Administração Pública, dos Têxteis e dos Transportes rodoviários, e os distritos de Lisboa, Porto e Viseu.

SETÚBAL

Atacar os problemas na raiz

O secretariado do Organismo do Sul da ORS reuniu recentemente para analisar a situação social na região, concluindo que não basta o «diálogo», é necessário que o Governo ataque «os problemas na raiz».

O organismo chama a atenção para a crise no sector metalomecânico, onde destaca a situação nas empresas Metalsines, Italsines e Compelmada, onde estão ameaçados centenas de postos de trabalho. De forma a evitar mais encerramentos, como aconteceu na Sumate, em Alcácer do Sal, os comunistas querem a definição de uma estratégia para a Torralta, cujo futuro continua incerto.

As pescas são também motivo de preocupação, ressaltando as situações dos pescadores de Sines e da Carrasqueira. O estado actual da agricultura é igualmente referido, já que o sector enfrenta cada vez mais dificuldades em colocar os seus produtos no mercado. Recorde-se, a propósito, que o sul do distrito de Setúbal apresenta taxas de desemprego em algumas aldeias que vão dos 20 aos 26 por cento.

UISEU

Regionalização em debate

A Direcção Regional de Viseu promove no próximo sábado um debate subordinado ao tema «Regionalização - Distrito de Viseu - Presente e Futuro», que conta com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política e deputado na Assembleia da República.

A sessão terá início, pelas 15.30 horas, no Solar dos Peixotos (Salão da Assembleia Municipal de Viseu).

LOULÉ

Câmara despede

Reunida na passada sexta-feira, a Comissão Concelhia de Loulé do PCP chamou a atenção para a ameaça de desemprego que paira sobre 50 trabalhadores da Câmara Municipal. Outras questões sociais mereceram ainda a sua análise, designadamente a situação do porto de pesca de Quarteira. Na ocasião, a concelhia divulgou o seu calendário de iniciativas no âmbito do 75º aniversário do PCP, onde se destaca a reabertura de um Centro de Trabalho na sede do concelho.

LEIRIA

Encerra Companhia de Moagem

A Concelhia de Leiria do PCP condena a o encerramento da Companhia Leiriense de Moagem, uma empresa histórica da região, e expressa a sua solidariedade aos trabalhadores atirados para o desemprego. Mais uma vez, afirma a concelhia, «se fez sentir o silêncio cúmplice dos órgãos do poder político local - Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Leiria e Governo Civil - perante a morte criminosa de mais uma empresa do concelho».

Os comunistas responsabilizam ainda a Câmara pelo mau estado dos arruamentos e estradas municipais. «As chuvas intensas dos últimos meses apenas põem a nu a péssima qualidade da construção e da conservação dos pavimentos». As críticas à autarquia são também motivadas pelos recentes aumentos do preço da água, muito acima da taxa de inflação. Refira-se que nos últimos cinco anos o preço do líquido quase que duplicou no concelho.

OEIRAS

Escola Náutica favorece PSD

A Concelhia de Oeiras considera que a Escola Náutica praticou um acto discriminatório ao permitir que o PSD realizasse uma iniciativa nas suas instalações quando anteriormente as tinha vedado ao PCP.

A estrutura comunista recorda que um dia depois de o gabinete do Director da Escola lhe ter afirmado que «não cedem espaços a partidos», era anunciada, em cartazes, uma iniciativa do PSD nas referidas instalações.

O PCP insistiu e solicitou, então por escrito, uma sala para a segunda quinzena do corrente mês. Na ausência de resposta, foi efectuado um contacto telefónico com o Gabinete do Director, que reafirmou a posição anterior, argumentando que a iniciativa do PSD, realizada dias antes, tinha diferente interesse para a freguesia e que a sala tinha sido requisitada pela própria Junta de Freguesia, presidida por um social-democrata.

O PCP estranha que tal tenha acontecido, até porque o PSD está em minoria na Junta e, a ser verdade, o presidente terá evocado abusivamente a sua qualidade ao arripio do resto do executivo.

Faleceu Afonso Gregório

Realizou-se, na passada sexta-feira, o funeral de Afonso Gregório, que contava 78 anos de idade e foi destacado dirigente comunista, companheiro da camarada Teodósia Gregório, que trabalha actualmente na sede nacional do Partido.

Nascido na Marinha Grande, em 30 de Outubro de 1918, começou a trabalhar na indústria vidreira, com a tenra idade de 5 anos e aos 21 já era operário especializado.

Sete anos mais tarde passou a viver na clandestinidade como funcionário do Partido. Foi eleito para o Comité Central no 5º Congresso, realizado em Setembro de 1957.

Em 1959, após 13 anos de actividade clandestina, foi preso e condenado a nove anos de prisão e medidas de segurança. Os maus tratos recebidos durante a prisão, além de grande sofrimento, debilitaram-lhe gravemente a saúde.

É libertado, em 1969, na sequência de uma campanha de solidariedade.

Após o 25 de Abril, continuou a desenvolver uma actividade militante no âmbito da Organização Regional de Lisboa.

Uma vida dedicada à luta

No funeral, que seguiu para o cemitério de Caneças, usou da palavra o camarada Blanqui Teixeira, que descreveu o falecido como «um homem bom e são».

«A sua vida», disse, «é um exemplo que nos obriga a meditar sobre o homem na vida».

«Era uma criança de 5 anos quando se tornou operário na indústria do vidro. (É natural que os grandes exploradores do trabalho, que hoje estão satisfeitos porque pensam que vão para a frente a flexibilização dos horários e a polivalência dos trabalhadores, gostassem de voltar a esse tempo.) Muito novo era operário especializado.

«Em 1946, com 28 anos, torna-se funcionário do Partido Comunista Português passando a viver na clandestinidade.

«O seu espírito claro, a experiência que já tinha como operário numa terra de operários e de lutas contra o fascismo, e, possivelmente, também o exemplo de seu irmão mais velho, José Gregório, então destacado dirigente do Partido, tinham-lhe, naturalmente, feito compreender que a dedicação inteira à luta dos tra-



balhadores, nos lugares mais arriscados, era um forma bela de levar a vida.

«Em 1959, era então membro do Comité Central do Partido, foi torturado e maltratado durante 10 anos. Quando foi posto em liberdade, na sequência de uma campanha de solidariedade, a sua saúde estava muito enfraquecida.



O funeral de Afonso Gregório foi acompanhado por numerosos camaradas e amigos

Distritos de Castelo Branco e Guarda Juntos na Beira Interior

As Direcções Regionais de Castelo Branco e da Guarda do PCP estiveram reunidas no passado sábado, na Covilhã, para analisarem o processo de criação das regiões administrativas.

A reunião que contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e deputado à Assembleia da República, decidiu «saudar e apoiar» a proposta de projecto delei apresentada pelo grupo parlamentar comunista na AR que prevê a constituição da região da Beira Interior, a partir dos actuais distritos da Guarda e Castelo Branco.

Com a apresentação daquele diploma, «o PCP dá concretização a uma legítima aspiração das populações e confirma por actos que é um Partido que sabe honrar os seus compromissos com o eleitorado», sublinha o comunicado conjunto da DORG e da DORCB, realçando mais adiante «a importância da regionalização como meio para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental da Beira Interior e para o aprofundamento da democracia participativa».

Foi igualmente decidido estabelecer um intenso e estreito tra-

balho de esclarecimento por forma a que o processo de regionalização venha a ser assumido, apoiado e dinamizado pelas populações da Beira Interior. Para tanto está prevista a realização de debates, conferências e outras iniciativas.

Por outro lado, as duas direcções regionais reclamam que o poder central «ponha em marcha os projectos de desenvolvimento da região, em particular a construção das vias de comunicação», área em que são definidas várias prioridades.

Entre estas, surgem a modernização da linha da Beira Baixa

até à Guarda; a construção do IP-2, como via transeuropeia Lisboa-Valladolid; a construção do IC-7, como via que ligará o norte do distrito de Castelo Branco a Coimbra; a definição do traçado e construção do IC-12, que ligará o distrito de Castelo Branco a Seia e a Viseu, com a inclusão do túnel de Alvôco.

Para além destas importantes obras, o PCP exige uma política económica que defenda os sectores tradicionais e promova a revitalização e diversificação do aparelho produtivo.

Renault/Cacia receia despedimentos

A Célula do PCP na Fábrica da Renault de Cacia condena as alterações anunciadas pela administração que terão como consequência o despedimento de trabalhadores contratados a prazo, enquanto que sobre os efectivos paira a mesma ameaça caso não aceitem a flexibilização dos horários de trabalho.

Com efeito, a Renault prepara-se para efectuar profundas mudanças na produção da fábrica de Cacia, «sem que existam motivos que as justifiquem», para além do «interesse no superlucro», afirma a célula, sublinhando que as fábricas da marca em Portugal têm registado resultados altamente positivos.

A Renault pretende reduzir drasticamente a produção de motores, passando de cerca de 1500 para 450 no final do ano, medida que se

insere no plano desta multinacional de transferências para outros países de toda a produção mais especializada.

A célula recorda que em 1 de Outubro «muitos trabalhadores confiaram na alteração da política do Governo, (...) mas que a prática destes primeiros 100 dias nada indicia de bom, como ficou patente no Conselho de Concertação Social, onde defendeu velhas reivindicações do patronato como a flexibilização dos horários de trabalho e a polivalência dos trabalhadores».

Os comunistas consideram que esta política é profundamente lesiva e apelam aos trabalhadores para «reforçarem a sua unidade em torno das suas estruturas representativas, condição determinante para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos».

ÉVORA

Centro histórico em perigo

O centro histórico de Évora está a precisar de uma intervenção rápida e eficaz, de modo a evitar que novos desabamentos se verifiquem e que a degradação se acentue. Em nota à imprensa, a Concelhia do PCP propõe que, no ano em que se assinalam dez anos da classificação, pela UNESCO, de Évora como Património da Humanidade, se faça um «estudo urgente de medidas legislativas e apoio técnico que permitam uma intervenção mais eficaz da Câmara Municipal de Évora com o Governo central». Nomeadamente, os comunistas pedem, com carácter de urgência, um levantamento do estado de degradação das habitações e da situação socioeconómica dos ocupantes de todo o centro histórico, envolvendo técnicos da especialidade e as quatro juntas de freguesia daquela área. Estes dados, depois de tratados, permitiriam que a Câmara de Évora e os seus municípios discutissem com o Governo e a União Europeia propostas de apoios financeiros para revitalizar, recuperar e conservar o património. O PCP propõe ainda a realização de um fórum com os agentes daquela área da cidade com o objectivo de apelar à sua colaboração na defesa e conservação do centro histórico e definição do seu projecto cultural. Entretanto, a estrutura comunista solicita, com carácter de urgência, uma visita à cidade de uma delegação de deputados do PCP na AR e no Parlamento Europeu. Por outro lado, a concelhia apoia as exigências feitas pelo Município para que sejam atribuídas compensações financeiras para colmatar os mais de 260 mil contos de prejuízos causados pela intempérie. Trata-se de uma verba necessária para resolver situações de maior insegurança de algumas famílias que vivem em habitações mais antigas.

MADEIRA

Ciclo de debates

A série de debates denominada «Diálogos com a Madeira», que a organização do PCP está a promover no âmbito da realização das eleições para as Legislativas Regionais e do Congresso Regional, teve início no passado fim-de-semana com uma conferência sobre a Segurança Social, que contou com a participação de Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP.

Na sua intervenção, abordou o sistema em Portugal, caracterizado por inúmeras dificuldades na protecção social, reformas, pensões do regime geral, transferências do orçamento de Estado, dívidas à segurança social e tentativas de liberalização das reformas.

Na sessão, em que estiveram mais de meia centena de pessoas, com destaque para a presença de dirigentes do movimento sindical, foram ainda levantadas questões relacionadas com o rendimento mínimo, os critérios de atribuição e o valor do orçamento de Estado para esta rubrica, que fica manifestamente aquém das perspectivas criadas pelo PS na campanha eleitoral.

AMADORA

5ª Assembleia em Maio

É já no próximo dia 4 de Maio que terá lugar a 5ª Assembleia da Organização Concelhia da Amadora, onde, entre outros documentos, será apresentada uma proposta de divisão administrativa para o concelho. A decisão foi anunciada após a reunião da estrutura de direcção local, realizada no início deste mês, e que foi dedicada à análise dos aspectos mais relevantes da situação política e social do concelho.

A Concelhia manifestou a sua preocupação com o acordo de concertação social assinado entre o governo, patronato e UGT, destacando entre os aspectos mais gravosos a questão da polivalência e flexibilização dos horários laborais. Afirmando que, no essencial, «o PS mantém a política do PSD no que respeita às empresas», os comunistas observam que a viabilidade das empresas Sorefame e Hidrosorefame ficou seriamente posta em causa com a entrega, à FIAT, da construção dos comboios pendulares. Com esta decisão, afirmam, poderão ser lançados no desemprego mais de um milhão de trabalhadores.

A Concelhia assinala ainda o encerramento da SERPINTEX, na Brândoa, onde 179 trabalhadores foram para o desemprego, devido à sabotagem económica do patrão da empresa.

Por último, refira-se que o PCP continua a exigir que o Governo cumpra a promessa eleitoral de acabar com a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra e coloque a funcionar as urgências, a maternidade e outros serviços do Hospital.

75º aniversário do PCP
debatido no distrito de Setúbal«Olhamos o futuro
com confiança»

«Um dos aspectos centrais das comemorações do 75º aniversário do PCP é a nossa luta presente na defesa dos interesses e direitos vitais dos trabalhadores, do povo, do país, lutando pelas liberdades dos cidadãos, a democracia e a independência nacional», afirmou Álvaro Cunhal no Encontro Distrital de Quadros da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizado no passado sábado, na Sociedade Timbre Seixalense

A reunião, dirigida por Manuela Pinto Ângelo, da DORS do PCP, juntou cerca de 400 quadros do PCP e inseriu-se no conjunto de iniciativas que aquela estrutura regional vai levar a cabo para comemorar o 75º aniversário do PCP, que decorrerá sob o lema «Pela Democracia, pelo Socialismo, por Portugal».

Intervindo no Encontro, Álvaro Cunhal caracterizou o PCP «como um grande partido não só necessário mas indispensável e insubstituível na vida nacional», explicando que isso sucede «precisamente porque este partido que somos é um partido caldeado em 75 anos de luta, sempre com a classe operária, os trabalhadores, as massas populares. O património de 75 anos dá-nos forças para a luta presente e para olharmos o futuro com confiança».

O dirigente comunista realçou de seguida que «as referências a esse património são tanto mais necessárias quanto é certo que prossegue uma grande operação de falsificação da história: da ditadura fascista, da época marcelista, do poder económico e político efectivo, no tempo do fascismo, dos monopólios e latifundiários, do papel das diversas forças políticas na luta pela liberdade. É uma tentativa de branqueamento do fascismo, da reacção, da guerra colonial. O PCP teve um papel ímpar na luta contra a ditadura e pela liberdade, na revolução de Abril e nas suas grandes conquistas democráticas, na derrota de sucessivas tentativas de instaurar uma nova ditadura após o 25 de Abril. Falamos verdade ao povo e orgulhamo-nos do nosso passado. Tomamos a responsabilidade dos nossos actos e daí a confiança que os trabalhadores e vastos sectores da sociedade portuguesa têm no Partido Comunista».

Estamos mais fortes

Falando da situação actual, Álvaro Cunhal referiu que «ao comemorar o 75º aniversário, o fazemos numa situação melhor que o ano passado. No ano pas-



O Encontro Distrital de Quadros da ORS realizado, no sábado no Seixal, com a presença de Álvaro Cunhal

sado, ante as hesitações de outros sectores democráticos, o nosso partido encabeçou a luta para afastar Cavaco Silva e o PSD do Governo e retirar-lhe a maioria parlamentar, afirmou ter chegado a hora em que isso era possível e veio a ter um papel determinante para as sucessivas derrotas do PSD e da sua política de direita nas eleições legislativas e nas eleições presidenciais, com relevo nestas últimas, para a candidatura do PCP, de Jerónimo de Sousa, e a decisão do voto em Jorge Sampaio. Saímos destas batalhas mais fortes, mais prestigiados, com mais autoridade e mais larga influência».

Salientou então que se alcançou uma grande derrota da direita mas não se alcançou a mudança correspondente às profundas aspirações populares que os resultados eleitorais mostraram. «Tem-se sublinhado que com o Governo do PS, a esquerda não está no poder. Que prossegue em aspectos fundamentais da política de Cavaco Silva e do PSD, de que são exemplos a aceleração das privatizações, os termos da integração de Portugal na União Europeia com obediência aos «critérios de Maastricht» e o envio das tropas portuguesas para a intervenção imperialista comandada pelos Estados Unidos na Bósnia e o agravamento

da exploração dos trabalhadores de que são instrumento o Acordo de Concertação Social e o escândalo da burla das chamadas 40 horas semanais que o Governo, nesta matéria praticamente às ordens dos grandes grupos económicos, quer impor. Por isso, a luta continua tanto no plano institucional como na necessidade da dinamização da luta de massas, cuja intervenção, no exercício das liberdades e direitos constitucionalmente reconhecidos, é determinante. A este respeito, destacou ainda a necessidade de garantir simultaneamente firmeza e audácia e evitar por outro lado radicalismos que não tenham em conta a situação política globalmente considerada. «O Partido propôs e propõe ao país uma nova política capaz de resolver os grandes problemas nacionais tendo em conta cinco vertentes inseparáveis da democracia portuguesa - a económica, a social, a política, a cultural e ainda a independência e soberania nacionais».

Projecto de futuro

Na parte final da sua intervenção, Álvaro Cunhal afirmou que a «luta imediata é travada com uma perspectiva mais larga, considerando-se que os valores de Abril se projectam no futuro democrático de Portugal. Ao

comemorar o 75º aniversário é com grande alegria, e prestando homenagem às gerações e gerações de comunistas que construíram este nosso partido, que nos confirmamos como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, inteiramente independente dos interesses, pressões e ameaças das forças do capital; como um partido que afirma que o capitalismo não resolve antes agrava os grandes problemas humanos e que, aprendendo com a vida e as experiências positivas e negativas, com as vitórias e as derrotas continua a ter como objectivo a construção em Portugal de uma sociedade socialista; um partido com uma teoria revolucionária que é também um guia para a acção; um partido concebido como um grande colectivo de militantes com profunda democracia interna, larga iniciativa das organizações e militantes, uma direcção central e uma orientação geral em cuja concretização todos nos encontramos unidos e empenhados, um partido patriótico e internacionalista.

O Encontro foi preenchido por um vivo debate entre os presentes, sendo ainda divulgado o plano de objectivos organizativos do Partido para o distrito e o conjunto de acções a concretizar no âmbito do aniversário.

Beja

Urgente nova agricultura

Quadros comunistas, reunidos, no passado domingo, na Casa da Cultura de Beja, reclamaram uma nova agricultura para o Alentejo, ao mesmo tempo que consideram necessárias medidas urgentes que minimizem os prejuízos causados pelos temporais.

Salientando o imperativo de «pôr termo às benesses e privilégios dos latifundiários» para assegurar apoios à pequena e média lavoura e aos trabalhadores, o PCP defende a criação de novo perfil produtivo, através de um programa de orientação e fomento para determinadas culturas. Neste sentido, impõe-se a redução dos prazos na execução da Barragem do Alqueva, com todas as suas valias e dimensões projectadas e a concretização e aproveitamento do Plano de Rega do Alentejo. Entre outras medidas importantes nesta área, destaca-se a aplicação de uma política regionalizada

dos recursos, a elaboração de uma carta de aquíferos e a criação de um centro de investigação, experimentação e vulgarização para o regadio.

Pedindo uma nova política de comercialização, que aposte na construção de infra-estruturas e discipline a intervenção das grandes superfícies, o PCP vê ainda como condição indispensável o fim do latifúndio e o cumprimento da Constituição no que respeita à posse e uso da terra, ou seja, a realização de uma reforma agrária que garanta o acesso à terra a trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros e a unidades empresariais agrícolas.

Um outro aspecto salientado prende-se com a melhoria das condições sociais para os que trabalham a terra, garantindo-lhes melhores salários e regalias, valorização e formação profissional, bem como subsídios a todos os desempregados.

BRAGANÇA

Nordeste precisa de medidas de fundo

«No 100 dias de "sucesso" do Governo PS, o Nordeste transmontano continuou na mesma», observa a Direcção Regional de Bragança do PCP, que esteve reunida na passada sexta-feira, para analisar a situação política e social na região e aprovar o seu orçamento para 1996.

Os comunistas de Bragança recordam que as câmara PS no distrito (10 em 12) já não podem desculpar-se do mau trabalho com facto de o Poder Central lhes ser adverso.

«Agora que o PS também tem o Governo, não poderá adiar por mais tempo a apresentação de medidas de fundo que resolvam os principais estrangulamentos da região».

Nomeadamente, o PCP refere a situação na agricultura, onde, para além de uma política errada, as recentes intempéries causaram graves prejuízos que devem ser indemnizados. Na área da educação, a DORBA relata que numa visita ultimamente realizada ao distrito pelo secretário de Estado do Ensino Superior, foi praticamente afastada «a hipótese de criação da Universidade de Bragança», o que contradiz uma das promessas eleitorais do PS e denota «um comportamento duplice, em tudo semelhante à prática que era habitual na década de governação do PSD».

A Regional refere ainda o caso da empresa Grunig que reduziu os postos de trabalho de 160 para 80, continuando a registar-se salários em atraso e outras cláusulas contratuais por cumprir. Entretanto o cemitério de resíduos tóxicos mantém-se no mesmo local, sabendo-se que poderá contaminar os solos e os cursos de água em redor, tal como foi alertado pelos técnicos do Ministério do Ambiente.

Na reunião, foi ainda abordada a Regionalização e manifestado acordo com a criação da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, proposta avançada pelo PCP como ponto de partida de um processo de debate amplamente participado pelas assembleias municipais e pelas populações.

AÇORES

«Aulas práticas» e Formação

A Fábrica Conservas de peixe COFACO, na Ilha de S. Miguel, é um dos muitos casos em que os fundos para formação foram utilizados para pagar a trabalhadores em regime laboral. Com a máscara de «aulas práticas» os formandos geram relações de trabalho subordinado, em condições de total precariedade. A história poderia ser igual a tantas outras, não fosse um visita que terá sido efectuada por «alguém ligado à Comunidade Europeia» para alegadamente verificar o cumprimento das normas legais naquela empresa. Os resultados da visita, esses, suscitam as maiores dúvidas, até porque se sabe que a empresa pretende continuar a servir-se dos fundos de formação com outros objectivos.

Como refere o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, numa pergunta escrita à Comissão Europeia, a visita ter-se-á realizado «num curto período em que se deu prioridade à formação para que o visitante encontrasse menos irregularidades». O deputado quer assim saber se a Comissão confirma a ocorrência de tal visita, em que condições decorreu e que informação foi prestada.

MATOSINHOS

Obras arrastam-se

A Comissão de Freguesia da Senhora da Hora protesta, em comunicado, contra o arrastamento das obras de beneficiação da estrada nacional nº 208, que tem provocado vários cortes de estrada e desvios de trânsito no concelho de Matosinhos. O PCP considera imperioso que os autarca da freguesia e do concelho intervenham no sentido de superar os atrasos nas obras em curso.

CONDEIXA-A-NOVA

Propostas para PIDDAC

A Concelhia de Condeixa-a-Nova espera que os deputados na Assembleia da República votem favoravelmente as propostas do PCP para o concelho, a incluir no Orçamento de Estado. Entre elas, destaca-se a construção de instalações para a GNR, do Palácio da Justiça, a continuação da obra da EN 342, a corfecção do traçado da Estrada Condeixa-Figueiró, a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola C+S do concelho, bem como a construção de um novo Parque de Campismo junto às ruínas de Conimbriga.

LOURES

Campanha pelo eléctrico rápido

Com o objectivo de pressionar o Governo a cumprir a promessa de construir até 1998 uma solução de transporte de massas em ferro-carril entre Odivelas e Loures, a concelhia do PCP decidiu lançar uma campanha pública de esclarecimento e luta, que teve início na semana passada, com a colagem de jornais de parede e distribuição de documentos à população.

Aos 65 anos

«Avante!» na Internet

No momento em que se assinalam os 65 anos da sua publicação, o jornal «Avante!» adere às novas tecnologias da informação, contando, muito em breve, ter disponível uma edição electrónica semanal, na rede Internet.

O «Avante!» entrará na rede durante o próximo mês de Março, mês em que se comemora o 75º aniversário do PCP, e surgirá integrado no espaço cibernético que o Partido está a preparar já há alguns meses.

O órgão central do PCP passará assim a estar disponível para o grande universo de utilizadores da Internet (só em Portugal são mais de 100 mil) numa versão electrónica que será muito semelhante à edição normal com a reprodução da primeira página, editorial, comentários políticos, os diferentes noticiários partidário, nacional, trabalhadores, Assembleia da República, internacional, artigos, crónicas, TV/crítica, entre outros.

Com uma capacidade de 8 Mb's, a «página» do PCP irá oferecer ainda um diversificado e vasto conjunto de informação, em permanente renovação, sobre o pensamento, as actividades, análises e propostas dos comunistas portugueses.

Ali poderá ser consultado o Programa do PCP «Por uma democracia avançada, no limiar do Século XXI», as propostas «Para uma nova política», documento que constituiu o programa eleitoral do PCP nas últimas eleições legislativas. Para facilitar o acesso, foi elaborado um índice temático, onde através de

um simples clique, o utilizador poderá conhecer o que pensa o PCP sobre as diferentes áreas da vida política, económica, social, cultural e ambiental do País.

Com o objectivo de cobrir o mais amplamente possível a acção do Partido, o espaço na Internet integrará toda a informação sobre quem são os deputados do PCP, na AR e PE, qual a sua actividade nas comissões e quais os projectos de lei que apresentam no hemiciclo. Ainda no campo institucional, será disponibilizada informação sobre as autarquias geridas pela CDU.

A revista «Portugal e a CE», publicada pelo Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, terá também a sua edição electrónica, estando previsto que, em breve, o mesmo possa acontecer com a revista «O Militante». A «página» fornecerá também informações úteis sobre o PCP, tais como endereços de sedes, telefones e outras.

Significado simbólico

Concretizada no ano em que se comemora o 75º aniversário do PCP, a adesão à Internet «reveste-se de um significado simbólico», afirmou, ao «Avante!», Henrique de Sousa, membro do Comité Central e do Secretariado.

Insigne intelectual aveirense
Faleceu João Sarabando

Faleceu, no passado sábado, João Sarabando, insigne Aveirense, intelectual destacado, lutador antifascista e dedicado militante comunista. No seu funeral, que se realizou no domingo e em que estiveram presentes muitos camaradas e amigos, interveio Sérgio Teixeira, em nome da Comissão Política do PCP, para manifestar condolências à família de João Sarabando e expressar a homenagem a «um homem cuja dimensão humana, cívica, intelectual e política raramente se encontra».

Como recordou aquele dirigente do PCP, «João



no, de ideias, de coragem e de postura perante a vida e os problemas (...). A melhor homenagem que

CAMARADAS FALECIDOS

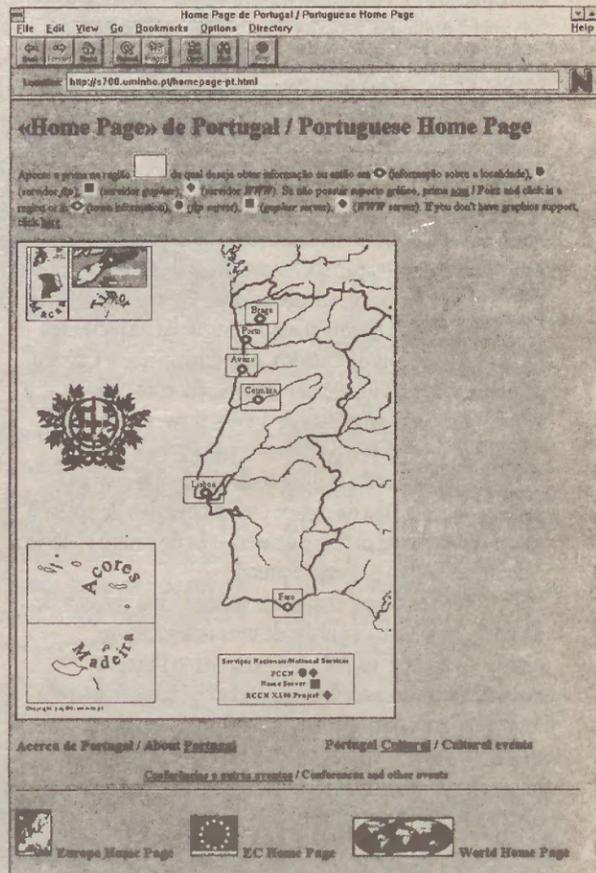
Vitor Rodrigues Moreira

Faleceu, no passado domingo, com 47 anos de idade, Vitor Manuel Rodrigues Moreira. Serralheiro de profissão, pertencia à sub-CT da estação da Carris, na Musgueira.

António Domingues de Melo

Faleceu, no passado dia 30 de Janeiro, António Domingues de Melo, que contava 70 anos de idade. Membro do Partido logo a seguir ao 25 de Abril, foi um dos obreiros da criação do CT de Estarreja e, mais tarde, na sua reconstrução, depois do incêndio ali ocorrido em 1975.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Na imagem, o exemplo da página electrónica sobre Portugal elaborada pela Universidade do Minho

«Sendo nós o mais antigo Partido político português, seremos provavelmente o primeiro que, como tal, estará disponível na Internet, o que prova que acompanhamos as novas tecnologias, seguimos de perto os progressos científicos da humanidade e estamos voltados para o futuro», referiu Henrique de Sousa.

Segundo revelou, «o 75º aniversário terá um lugar muito especial na «página». Pensa-

mos ali anunciar ao longo do ano as iniciativas calendarizadas, divulgar textos e bibliografia sobre o ideário e história do PCP».

Este dirigente destacou ainda o trabalho de preparação que há meses tem vindo a ser efectuado por um colectivo do Departamento de Propaganda, o qual continuará a coordenar esta tarefa, mas contará com a colaboração de diferentes áreas e sectores do Partido.

Aderir ao PCP
pela Internet

A interactividade é, por outro lado, um outro atractivo deste projecto, uma vez que quer o jornal «Avante!» quer o PCP irá divulgar em breve as respectivas moradas de correio electrónico, para onde poderão ser enviadas mensagens, sugestões, solicitações de informação e mesmo propostas de adesão ao Partido.

Esta possibilidade insere-se de resto na campanha de novas adesões ao Partido, que decorre sob o lema «Junta-te a nós, adere ao PCP!», podendo o primeiro contacto ser feito via Internet.

Contudo, como sublinhou Henrique de Sousa, «a adesão de facto ao PCP não dispensa o contacto pessoal directo com a organização. A Internet é por nós vista como um meio complementar de comunicação, mas não substitui o diálogo, a participação e o conhecimento pessoal».

A entrada em funcionamento pleno da «página», que será anunciada publicamente em conferência de imprensa, é precedida de um período experimental de 10 a 12 dias, em que um grupo de camaradas qualificados vão analisar o projecto, dando as suas opiniões e sugestões de aperfeiçoamento.

Lixos tóxicos da Grunig à espera de solução

O caso dos resíduos tóxicos descobertos em Bragança, na fábrica germânica "Grunig", há cerca de um ano, poderá vir a ter uma solução em breve, segundo o Ministério do Ambiente. Os lixos tóxicos, que se pensa serem provenientes de uma outra fábrica germânica propriedade do mesmo empresário alemão, Dieter Grunig, foram descobertos a 4 de Abril de 1995 por uma inspeção da Direcção-Geral do Ambiente, na sequência de uma denúncia do PCP na Assembleia da República. Funcionários da "fábrica do alemão", como é conhecida em Bragança, referem que as substâncias encontradas eram transportadas pelo camião da firma de cada vez que ia à Alemanha buscar matéria-prima. Em Novembro de 1995, um geólogo e dois químicos da polícia alemã estiveram em Bragança a efectuar pesquisas junto dos resíduos tóxicos na fábrica "Grunig", alegadamente provenientes da Alemanha. A fábrica "Grunig" (que produz máquinas automáticas de venda de tabaco e chocolates) tem salários em atraso e acumula dívidas, à Segurança Social e à banca, no valor das centenas de milhar de contos.

Duas crianças mortas nas obras da ponte do Tejo

A Câmara Municipal de Loures lamentou, em comunicado, o acidente que provocou a morte de duas crianças junto à obra relacionada com a nova ponte sobre o Tejo, afirmando que a mesma está a decorrer de "forma inadequada". A morte das duas crianças "numa vala técnica para a instalação de cabos de energia da EDP, obra ligada à construção da nova ponte sobre o Tejo, está seriamente relacionada com negligência na protecção e sinalização da referida obra", refere o comunicado, citando dados dos bombeiros de Sacavém e do serviço municipal de protecção civil.

A Câmara de Loures considera que o ocorrido vem confirmar as suas preocupações já expressas por diversas vezes, nomeadamente ao Gattel/Lusoponte e ao antigo Ministério das Obras Públicas, sobre a "forma inadequada" de como está a decorrer a obra, "não observando o estudo de impacte ambiental e a segurança das populações".

Junta Metropolitana de Lisboa participa em rede europeia

A Junta Metropolitana de Lisboa decidiu por unanimidade, em reunião realizada no passado dia 8, em Almada, que a Área Metropolitana de Lisboa deve corresponder a uma região do País. Foi ainda decidida a participação na Conferência das Regiões Metropolitanas da Europa, que se realiza em Glasgow nos dias 11 e 13 de Abril próximo, e integrar o núcleo inicial de uma rede europeia que está a ser criada, neste âmbito, com o objectivo de trocar experiências sobre planeamento estratégico a nível metropolitano.

Frente Anti-Racista pela regularização dos imigrantes

Realiza-se amanhã, sexta-feira, na Casa da Paz, em Lisboa, um debate sobre a necessidade de abertura de um novo processo de regularização dos imigrantes.

Participam nesta iniciativa, aberta a todos os interessados, diversas associações de imigrantes, sindicatos e movimentos anti-racistas. Participam também os deputados Celeste Correia, do PS, Isabel Castro, dos Verdes, e António Filipe, do PCP.

APA denuncia encerramento de Matadouro

A Associação dos Agricultores do Porto (APA) denuncia, em comunicado, o previsto encerramento do Matadouro Municipal do Baião, neste mês de Fevereiro. "O anúncio do encerramento do Matadouro do Baião, depois de encerrado o de Paços Ferreira, é mais uma decisão de quem, atrás dos gabinetes, não tem a mínima sensibilidade, desconhece totalmente as realidades locais e mostra o maior desprezo pelos Agricultores", afirma a APA. Esta Associação promoveu entretanto uma reunião com a Cooperativa Agrícola e a Câmara Municipal de Baião e solicitou audiências às autoridades competentes, sublinhando que "não deixará de continuar a mobilizar os agricultores para, através de outras acções, lutar pela defesa dos seus justos interesses".

Reestruturação da Câmara de Cascais à revelia dos trabalhadores

O vereador da CDU da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Sota, afirma, em comunicado divulgado à imprensa, que o Partido Socialista e o seu Presidente violaram o direito à privacidade do exercício democrático das suas funções, quando solicitou às chefias um parecer sobre as alterações à macro-estrutura dos serviços municipais, e um dos pareceres foi conhecido em primeira-mão pelo Presidente da Câmara. Este vereador lembrou que mais uma vez a reestruturação dos serviços foi feita à revelia das chefias e defendeu que nenhuma reestruturação será eficaz sem a participação dos trabalhadores do município.

CNA exige apoio ao mundo rural

"O orçamento de Estado para 1996 não deve continuar a sacrificar o Sector Agro-Alimentar na tentativa de controlar a inflação e deve, isso sim, apostar no reforço do investimento e do apoio estratégico, nomeadamente à Agricultura Familiar e ao Mundo Rural" - defende a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Em comunicação ao Encontro realizado em fins de Janeiro, em Almeirim, "Desendividar, hoje, a Lavoura, é investir no futuro", João Vieira, pela Direcção Nacional da CNA, traçou um breve quadro das dificuldades da agricultura.

Salientando o montante da dívida total dos agricultores e cooperativas agrícolas à banca, que se estima superiores a 500 milhões de contos, João Vieira sublinha que "o valor total de 500 milhões de contos representa quase a totalidade do valor da produção anual do sector e quase três vezes mais que o rendimento familiar dos Agricultores durante um ano".

Segundo especialistas, refere ainda, "de 1986 a 1993 a Lavoura pagou só em juros 412 milhões de contos enquanto o total recebido pelos Agricultores por ajudas e prémios ao rendimento foi de 346 milhões de contos em igual período!".

Como consequência desta política, os agricultores têm vindo a sofrer uma baixa no rendimento do trabalho. Facto confirmado pelas estatísticas oficiais. "Os dados estimados, recentemente publicados pelo Instituto Nacional

de Estatística, referentes ao ano de 1995, apontam para uma queda de rendimento real relativa ao ano anterior na ordem dos 2,4%."



A CNA exige indemnizações pelos prejuízos causados pelas recentes cheias

Uma situação que amplamente justifica as propostas e exigências avançadas pela CNA para o Sector Agrícola, num momento em que está em apreciação o Orçamento de Estado de 1996.

Como medida prioritária e essencial - a CNA propõe a dispo-

nilização de 100 milhões de contos para o desendividamento dos agricultores e cooperativas agrícolas.

A CNA coloca ainda uma série de outras exigências - a criação de linhas de crédito agrícola altamente bonificadas; o reforço da dotação financeira do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização da Agricultura e Floresta), enquanto for este o instrumento

recentes cheias; regulamentação, para o Seguro Agrícola e para as prestações para a Segurança Social, adequada à difícil situação da agricultura familiar; extensão das Indemnizações Compensatórias; condições financeiras especiais a cooperativas com função social a cumprir; diminuição da taxa do IVA para produtos agrícolas; manutenção de isenções e outros benefícios fiscais a pequenos e

de modernização da agricultura; revisão das medidas adoptadas para os apoios à seca e geadas/95 e dos critérios para os subsídios atribuídos pelos prejuízos devidos aos incêndios florestais de 1995, atribuição de indemnizações pelos prejuízos causados pelas

médios agricultores; pagamento, pelo Estado, de juros de mora por atrasos no pagamento de subsídios e ajudas; assegurar meios para criação e funcionamento de mecanismos eficazes de fiscalização e controlo das importações agro-alimentares.

JCP lança Campanha de Afirmação

"Viver e transformar a vida", é o apelo que a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) lançou a semana passada a todos os jovens, através de materiais a distribuir e a afixar um pouco por todo o país.

O objectivo da JCP é dar "o pontapé de saída" para a apresentação do seu V Congresso - que deverá realizar-se em

Congresso - "Sonhar, Viver, Intervir, Construir".

A JCP irá igualmente promover uma exposição de Artes Plásticas de Jovens artistas que estará patente, nos dias do Congresso, no Pavilhão Carlos Lopes.

Os documentos preparatórios e o regulamento da discussão preparatória são tema de

Os participantes no Concurso de Literatura deverão enviar os seus originais para a Sede da JCP até 15 de Abril.

O júri é constituído por João de Melo, José Manuel Mendes, Mário Castrim, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues e Bruno Dias.

Lisboa em 18 e 19 de Maio - com uma Campanha de Afirmação.

Com estas acções de propaganda, a JCP pretende ainda apelar à participação dos jovens em várias iniciativas, com destaque para um Concurso de Literatura, nas modalidades de poesia e narrativa, cujo espírito se insere no lema do

debate na reunião da Direcção Nacional da JCP, a realizar nos dias 2 e 3 de Março, em torno de quatro questões: intervenção dos jovens comunistas; clarificação das propostas do novo quadro político; aprofundamento das propostas e reivindicações da JCP para uma nova política; afirmação ideológica.

Bolsas ao rubro

A Organização do Ensino Superior de Évora da JCP, em nota à imprensa, manifesta a sua preocupação pela actual situação dos bolseiros da Universidade de Évora que, na grande maioria dos casos, viram reduzido, ou pura e simplesmente cortado, o montante das Bolsas.

Esta situação deve-se ao facto de o Secretário de Estado do Ensino Superior ainda não ter aprovado a tabela de atribuição de Bolsas para o ano de 1996, proposta pelo Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior (CNASES).

Acresce que o departamento do Ensino Superior orçamentou uma verba inferior ao montante atribuído para bolsas, em 1995, pelos Serviços de Acção Social da Universidade de Évora.

A JCP manifesta a sua solidariedade com os estudantes afectados e compromete-se a tudo fazer, através do grupo parlamentar do PCP, para resolver esta situação o mais brevemente possível.

Problemas ecológicos em debate

O Colectivo de Olhão da Juventude Comunista Portuguesa vai realizar sábado, dia 17, no Auditório Municipal de Olhão, um debate sobre problemas ecológicos.

Esta iniciativa insere-se no ciclo de debates preparatórios do V Congresso da JCP, sobre alguns dos principais problemas que preocupam os jovens.

Sublinhando que os problemas ecológicos são "um obstáculo ao desenvolvimento saudável e sustentado do nosso país", o Colectivo de Olhão da JCP pretende que este debate seja "um espaço de discussão aberta das causas, consequências e soluções deste problema".

Foram convidados para participar no debate o Director do Parque Natural da Ria Formosa, Nuno Lecoq, o Partido Ecológico "Os Verdes" e a QUERCUS.

INTERNACIONAL

Depois do atentado do IRA Irlanda do Norte manifesta-se pela paz

Manifestações em França

O «Plano Juppé» foi mais uma vez condenado por dezenas de milhares de pessoas, que, em diversas cidades francesas, participaram nas manifestações sindicais de sábado. Melhores salários, o aumento dos postos de trabalho e a redução do horário de trabalho foram as reivindicações dos manifestantes, provenientes sobretudo do sector público.

Peru e Equador

Com o objectivo de declarar a a zona fronteira entre o Peru e o Equador «área desmilitarizada», os comandantes-chefes dos exércitos destes dois países encontraram-se pela primeira vez este fim-de-semana, sob a mediação do Brasil, Chile e Estados Unidos. Recorde-se que em Fevereiro de 1995 foi assinada no Brasil a Declaração de Itamaraty, que prevê o cessar-fogo na zona de combate, a desmilitarização da região e o agendamento de reuniões ao mais alto nível para a resolução da questão.

Arafat com 87 por cento

Depois da divulgação dos resultados definitivos das eleições, Yasser Arafat tomou posse como primeiro presidente eleito da Palestina. Arafat venceu com 87,1 por cento, contra os 9,6 de Samiha Khalil. O atraso da publicação dos resultados deveu-se à repetição do acto eleitoral no campo de refugiados de Jabaliya, na Faixa de Gaza, em 31 de Janeiro, na sequência das denúncias de irregularidades feitas por alguns candidatos.

Bangladesh

Em Chittagong, no Bangladesh, um morto e mais de cem feridos foi o balanço dos confrontos entre estudantes e a polícia, no decorrer de uma manifestação, realizada no domingo. Os cerca de 500 manifestantes, que exigiam a demissão da primeira-ministra, provocaram estragos em viaturas e em edifícios onde funcionam repartições públicas. Também noutras localidades do país, onde foram organizadas manifestações, se registaram combates.

Médio Oriente

No âmbito do processo de paz sírio-israelita, uma delegação da «troika» da União Europeia realizou uma visita ao Médio Oriente. A parceria euro-mediterrânica foi uma das questões abordadas os responsáveis de Damasco, nomeadamente em relação a um possível acordo de associação entre a Síria e a UE, bem como as suas modalidades e aspectos legais.

Milhares de católicos e protestantes manifestaram-se em Belfast pela paz na Irlanda do Norte, na segunda-feira passada, reagindo ao atentado do IRA ocorrido na sexta-feira que provocou duas mortes e cerca de cem feridos. «O processo de paz não pertence aos políticos nem aos paramilitares, é de todos nós», afirmou Ann Carr, da associação «Mulheres Unidas». «Apelamos aos homens e mulheres implicados na violência a abandonarem as armas e as bombas para que possamos continuar a construir um futuro pacífico para os nossos filhos, netos e gerações futuras», concluiu.

Na ocasião, foi cumprido um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do atentado, com a destruição parcial de um edifício no bairro comercial de Canary Wharf, em Londres. Muitas empresas dispensaram por meia hora os empregados que quisessem participar nesta iniciativa, bem como o Governo.

Como resposta ao atentado, o Governo inglês banuiu o Sinn Fein - a ala política do IRA - das negociações de paz para a Irlanda do Norte, até que o movimento republicano reate o cessar-fogo proclamado em 31 de Agosto de 1994. Na Câmara dos Comuns, John Major afirmou que «o Sinn Fein deve decidir se é uma fachada do IRA ou é um partido democrático legitimado pelas urnas e não pelas balas», acrescentando que a sua «política não consiste em encer-

rar as portas, mas os povos britânico e irlandês precisam saber de que lado está agora o Sinn Fein». O primeiro-ministro inglês continua a apoiar a proposta de eleições «sem excluir outras opções».

Major concluiu que «o processo de paz sofreu um grave revés, mas não terminou, de modo algum».

Gerry Adams, o líder do Sinn Fein, declarou não ter tido conhecimento de que o atentado se iria realizar e defendeu que o Governo de Londres «deve aceitar a responsabilidade da ruptura do cessar-fogo», lembrando que a posição britânica era a de se iniciarem negociações três meses depois do seu início. Reconhecendo ser «inteiramente do IRA» a responsabilidade da explosão, afirmou que «o choque e a tristeza são enormes face aos mortos e aos feridos, mas

existe igualmente um profundo sentimento de incredulidade pelo facto de, em 17 meses, o governo britânico e os unionistas terem teimosamente recusado encetar negociações sérias».

Adams apelou a Major para que «honre os seus compromissos» e que «acorde com o governo irlandês a realização de encontros multipartidos e de negociações substanciais necessárias para restaurar o processo de paz».

Mitchell McLaughlin, outro

membro do Sinn Fein, afirmou entretanto que o seu partido pode «voltar a criar condições para um cessar-fogo» do IRA, mas «não pode fazer tudo sozinho».

Por seu lado, o presidente da Comissão Executiva da União Europeia, Jacques Santer, instou ao reatamento das negociações de paz, pois «o terrorismo não solucionará o conflito. As negociações são a única esperança de uma solução». A UE anunciou já que não irá suspender o auxílio económico à Irlanda do Norte,

que se destina fundamentalmente a projectos que promovam a reconciliação entre católicos e protestantes.

O fim do cessar-fogo foi anunciado por um comunicado divulgado em nome do IRA, alegando que o Governo britânico «agiu de má-fé» e «desperdiçou a oportunidade que lhe foi dada para resolver o conflito». Dez minutos antes da explosão, a polícia recebeu um telefonema de aviso, mandando de imediato evacuar a zona.

João Paulo II na América do Sul A teologia da libertação não terminou

Foi uma América do Sul profundamente marcada pela miséria, violência, corrupção e tráfico de droga que recebeu João Paulo II, na visita que o Papa realizou durante uma semana à Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Venezuela.

«Com a queda do comunismo, a teologia da libertação terminou», afirmou o chefe da Igreja católica. Um dos muitos críticos destas declarações, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, lamentou que «o Papa tenha dito isso, uma vez que favorece os poderosos», defendendo que a teologia da libertação perdura por todo o mundo. Também no seio da Igreja de Salvador a controvérsia está presente. Ainda há duas semanas, o arcebispo local demitiu o reitor do Grande Seminário e todo o corpo pedagógico, assumidamente defensores da Igreja ao serviço dos pobres, depois de ter afastado alguns sacerdotes e o director do jornal católico «Orientation», adeptos da mesma ideia.

Gregorio Rosa Chaves, o principal responsável pelos preparativos da visita papal naquele país, admitiu que existem «preocupações e uma doença no seio do clero» e que, face «aos grandes problemas nacionais», deve ser «repensado o papel da

teologia da libertação em El Salvador, um país onde as marcas de uma guerra civil de 12 anos ainda são bem visíveis e onde a referida teologia tem inúmeros adeptos.

Numa aparente crítica ao neoliberalismo económico, o Papa defendeu uma «economia de participação em vez de um sistema de acumulação de bens, que provoca um grande abismo» entre os cidadãos, sublinhando que as relações entre os trabalhadores e o patronato devem ter em conta «os próprios interesses com o espírito solidário e as exigências ecológicas das actuais e futuras gerações, permitindo manter um nível aceitável de qualidade de vida». A garantia da existência das necessidades básicas devem ser responsabilidade tanto dos assalariados como dos empresários.

Durante a visita de três dias à Venezuela, o sistema penitenciário foi alvo de críticas do Papa e o sector militar elogiado por participar na criação de «condições de segurança, estabilidade e fraternidade num mundo em que a paz seja bem real».

«Há que apresentar um ideal de santidade, pois o homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, crê mais na experiên-

cia do que na doutrina, mais nos factos do que na teoria», sustentou João Paulo II durante uma missa campal ao som de trechos de Vivaldi, Bach, Saint Saens, Handel, Haydn, Gounod, Mozart e Beethoven, a que assistiram 700 mil pessoas, menos milhão e meio do que era previsto. A «Nova Evangelização» foi explicada por João Paulo II, com o apelo à renúncia dos ídolos: «A missão evangelizadora leva o homem a sobrepujar as idolatrias concretas e a integrar-se plenamente no povo eleito de Deus. Os ídolos de hoje são, entre outros, o materialismo e o

egoísmo, com as suas sequelas de sensualidade e hedonismo, a violência e a corrupção.»

O fim do aborto e da eutanásia, bem como «a família fundada no sacramento indissolúvel do matrimónio» foram, mais uma vez, pedidos pelo Papa.

O ideal de santidade de João Paulo II parece ter pouco a ver com as preocupações da Igreja dos pobres. Um comunicado da conferência episcopal salvadorenha, divulgado por ocasião da visita, sublinhava que «não podemos ter paz quando a extrema pobreza, a insegurança e o desemprego atingem cruelmente tantas irmãs e irmãos». Em El Salvador, a pobreza afecta 60 por cento dos seus cinco milhões de habitantes.

Tchetchénia À espera da retirada russa

Depois de uma semana de protestos contra a presença de tropas russas na Tchetchénia, no passado domingo os manifestantes aceitaram abandonar a praça central de Grosni. Esta decisão foi tomada apenas quando lhes foi mostrada a ordem militar da retirada das forças russas nesse mesmo dia.

O exército russo tentou dispersar a concentração, numa operação que provocou dez mortos e 18 feridos, sem contudo conseguir abalar a convicção dos mil a quatro mil tchetchenos que ali permaneceram. Os ataques realizaram-se com blindados e unidades de tropas especiais com explosões, gás lacrimogénio e metralhadoras. O número dos manifestantes só não aumentou devido às detenções maciças feitas pelos russos nas ruas da capital daquela República. O triplo cordão que a pretendia isolar, composto pelas forças especiais do Ministério do Interior, pelas tropas russas e pela polícia tchetchena, foi violado

por uma dezena de pessoas que levaram alimentos aos manifestantes.

Na segunda-feira, os russos fizeram explodir a escadaria do palácio presidencial de Grosni, desocupado e praticamente destruído, mas que permanece como símbolo da independência. «Isto foi feito para que futuros manifestantes não possam içar a bandeira tchetchena no cimo do edifício», informou um soldado. Em jeito de resposta, um habitante local comentou que «podem destruir a escadaria da sede do governo, que da próxima vez será em Zavgaiev que eles içarão a bandeira», referindo-se a uma localidade no poder dos russos.

Quatro mortos e mais de dez feridos foi o saldo do ataque de dois helicópteros à aldeia de Novogrozni, no leste daquela República, a meio de domingo. As razões que motivaram o lançamento dos rockets contra civis na zona do mercado permanecem desconhecidas.



Pobreza continua a ser um flagelo na América do Sul

Igreja». Defendendo a necessidade de a instituição voltar a assumir o papel que tinha no tempo do arcebispo Oscar Romero, adepto da teologia da libertação assassinado em plena missa, em 1980, por um esquadrão de morte de extrema-direita, afirmou que é «partidário de uma Igreja na praça pública».

Com pobreza não há paz

Sob a mensagem «Desperta e reage - é o momento», slogan considerado por diversos analistas como «perfeitamente adequado às necessidades das camadas mais pobres», João Paulo II ape-

Itália Ex-PCI e fascistas fazem aliança

A crise político-institucional aberta em Itália com a demissão do Governo Dini está a ser resolvida no pior sentido. Aquilo que as forças de esquerda, antifascistas e democráticas italianas mais temiam está a concretizar-se: O Partido Democrático da Esquerda (PDS, ex-PCI) encetou o caminho da aliança governativa, tanto com o partido de Silvio Berlusconi (Forza Italia), como com o partido fascista de Gianfranco Fini (Alleanza Nazionale).

Fini, D'Alema (secretário do PDS) e Berlusconi, após semanas de cerrado debate, confirmaram ao Presidente da República, Oscar Luigi Scalfaro, a sua disponibilidade para rever a Constituição e as leis eleitorais. Scalfaro, posto que uma vasta maioria parlamentar se mostrava disposta a apoiar um governo de



Uma aliança contra natura entre ex-comunistas e fascistas é uma verdadeira ameaça à democracia

“largo consenso” com o objectivo de mudar as bases institucionais do país, encarregou Antonio Maccanico (homem de tendências políticas liberais e que sempre desenvolveu funções de mediação política entre poderes económicos fortes e instituições do Estado) de formar o novo governo italiano.

O novo presidente do conselho, Maccanico, não deverá

encontrar grandes dificuldades para levar a cabo a sua missão. Entre o PSD, Forza Italia e Alleanza Nazionale, o acordo político-institucional é já claro, e trata-se de um acordo perigosíssimo para a democracia italiana. Os três grandes partidos decidiram já que, em Itália, passar-se-á da República parlamentar nascida da Resistência antifascista para uma República

presidencial, com “um homem forte” - o Presidente - eleito directamente pelo povo, um “homem forte” que terá grandes poderes decisórios sobre o governo e o parlamento. Por outro lado, a grande aliança entre os ultraliberais de Berlusconi, os fascistas de Fini e os ex-comunistas de D'Alema deram início também a uma grande contra-reforma eleitoral antidemocrática introduzindo a segunda volta eleitoral, com a finalidade de afastar do parlamento todas as forças minoritárias e antagonistas.

A aceitação por parte de D'Alema do “presidencialismo” e do enfraquecimento do parlamento representa uma grande e clara vitória política dos fascistas de Fini, pois que o “presidencialismo” foi sempre o projecto institucional da extrema direita italiana, desde Almirante (ex-secretário do Movimento Social Italiano) ao próprio Fini.

O governo Maccanico, perfilou-se também, no campo económico e social, como um governo severamente antioperário e antipopular, o governo de uma Finança que reclamará aos trabalhadores 70 biliões como preço a pagar pelo Tratado de Maastricht, o governo da completa destruição do Estado providência e da privatização das maiores empresas públicas.

Claudio Grassi, do Secretariado Nacional da Refundação Comunista, escreveu no “Liberazione” de 3 de Fevereiro: “A Constituição, nascida da Resistência pode ser violada pelo mais incongruente golpe: o de uma aliança entre os fascistas e aqueles que ainda há poucos anos militavam nesse partido - o PCI - que pela luta antifascista pagou uma dívida de sangue que nenhuma outra força pagou, que pela luta antifascista sacrificou os seus melhores homens, sacrificou Antonio Gramsci... O governo que se perfila, chefiado por Maccanico e apoiado por Fini, Berlusconi e D'Alema poderá ser na verdade - desta

■ Fosco Giannini

Europa

«A Europa não tem a intenção de tentar impor um modelo social ao resto do mundo», afirmou Leon Brittan, o comissário europeu para a política comercial. Apesar de declarar que espera que, através da cooperação e da discussão, a UE possa ter um papel construtivo na melhoria das normas sociais dos países participantes na cimeira que irá manter com os membros da Asean no próximo mês, onde a Indonésia está incluída, o comissário parece não estar verdadeiramente preocupado com os baixos salários por eles praticados, as más condições laborais ou a exploração do trabalho infantil.

Seminário

Duzentos especialistas participam, hoje e amanhã, em Lisboa, no “Seminário sobre a Conferência Intergovernamental e Defesa Regional e Nacional”, no Instituto da Defesa Nacional. O encontro tem como tema central a Cimeira Intergovernamental/CIG/96, em especial os possíveis reflexos na segurança e defesa nacionais.

Os temas em foco abordam “A Política Externa e de Segurança Comum Europeia” e a “Integração Europeia e o Futuro da Identidade Europeia de Segurança e Defesa e Perspectivas da Nato e UEO”.

Serão oradores os generais Pedro Cardoso e Gonçalves Ribeiro, almirante Vieira Martins, André Gonçalves Pereira, Adriano Moreira, Ângelo Correia, embaixador Martins da Cruz e dois oficiais do Estado Maior de França e de Espanha. O Ministro da Defesa Nacional, António Vitorino, preside à sessão de encerramento do Seminário organizado pelo Instituto da Defesa Nacional.

TV sem fronteiras

Por iniciativa dos eurodeputados do PCP no Parlamento Europeu realizou-se na passada sexta-feira, no Centro Jean Monet, um debate sobre a televisão na União Europeia. Na iniciativa participaram Joaquim Miranda, deputado ao PE, António Filipe, deputado à AR, Elvira Nereu, membro do CC do PCP, Ana Serrano, do Gabinete do PE em Lisboa, e realizadores de cinema e TV, críticos de cinema, técnicos de som e imagem, e técnicos de cinema.

O fórum abordou temas relativos à actividade da radiodifusão televisiva, condições e apoios para o cinema e para os jovens cineastas, bem como as condições de produção cinematográfica em Portugal. A reunião visou preparar a discussão na sessão plenária do PE sobre a directiva TV sem fronteiras.

Crimes de guerra na Bósnia

Ninguém é inocente

A questão dos crimes de guerra continua a fazer subir a tensão na Bósnia, ameaçando as precárias condições para a aplicação dos acordos de paz. Depois da prisão de militares sérvios pelo exército bósnio, os sérvios da Bósnia decidem suspender todos os contactos com a Federação croato-muçulmana, considerando tais prisões «ilegais». Enquanto isso, as divergências entre croatas e muçulmanos tornam-se evidentes em Mostar, com os primeiros a rejeitarem o plano de partilha da cidade.

A relatora especial da ONU para os direitos do homem na ex-Jugoslávia, Elizabeth Rehn, confessou em entrevista recente ao jornal alemão «Maerkische Allgemeine» que a sua missão «é difícil de suportar» e que a deslocação às valas comuns lhe provoca pesadelos. Como se isto fora pouco, a representante da ONU debate-se ainda com um verdadeiro manancial de informações falsas, que nada contribuem para o trabalho que se propõe desenvolver.

«Começo a gritar de cólera quando regresso ao hotel, após ter passado um dia inteiro a ouvir mentiras» sobre presumíveis criminosos de guerra, diz Elizabeth Rehn. Acrescenta no entanto que está a chegar a uma conclusão: «juntando todas as mentiras, chego a uma forma de verdade, e essa é que ninguém é inocente nesta guerra, nem sequer os muçulmanos, que apesar de terem sofrido muito também têm crimes na consciência».

Quanto à situação no terreno, Elizabeth Rehn afirma que apesar dos acordos de Dayton «as casas continuam a arder, continua-se a roubar e a violar».

Foi a este cenário que o secretário-geral da NATO, Javier Solana, chegou segunda-feira para consultas com o administrador europeu da cidade de Mostar, Hans Koschnick. Solana, acompanhado do comandante-em-chefe das forças da NATO na Europa, general George Joulwan, reuniu-se com Koschnick no sector muçul-

mano da cidade, Mostar-leste. A reunião contou com a presença do presidente da Câmara de Mostar, Safet Oricevic, que aceitou o plano de Koschnick para a normalização entre croatas e muçulmanos, recentemente rejeitado pelos croatas.

Recorda-se que Koschnick propusera a semana passada um plano de partilha da cidade em três bairros muçulmanos, três bairros croatas e um bairro comum.

A comunidade croata rejeitou este plano acusando-o de favorecer os muçulmanos e de ser contrário aos acordos de Dayton, na sequência do que uma multidão em cólera isolou Koschnick e pilhou a entrada do hotel ERO onde está sediada a União Europeia.

Os ânimos não acalmaram, a não ser na aparência: na altura em que decorria a reunião de Mostar-leste, centenas de croatas aglomeravam-se no sector ocidental, em frente ao hotel ERO, para colocar a primeira pedra de uma catedral que vai ser construída no bairro.

Este bairro é suposto tornar-se o bairro comum segundo o plano de Koschnick e qualquer decisão que lhe diga respeito deve ter o consenso das duas comunidades.

Polícias croatas tomaram posição junto ao hotel ERO para o proteger.

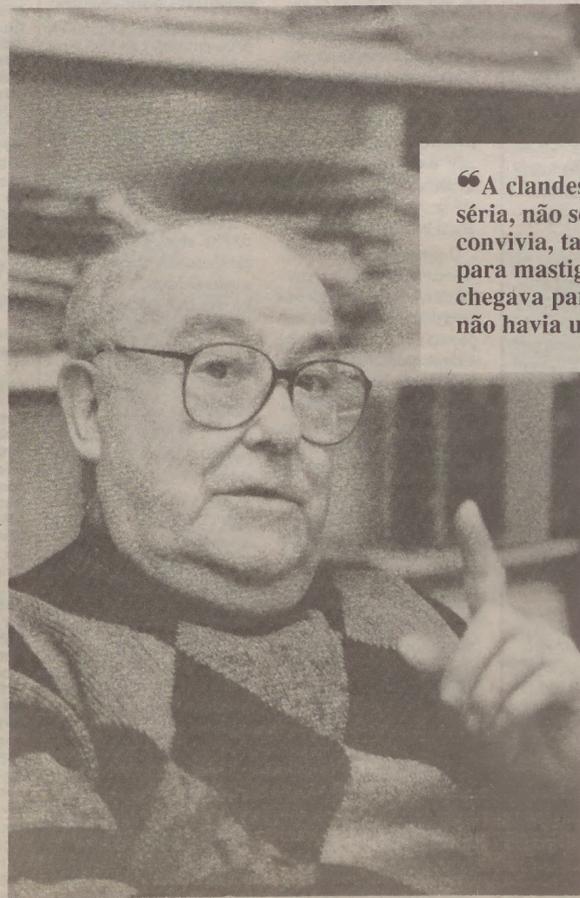
É a paz possível, e vigiada, que o plano Dayton levou à Bósnia.



“Fui para a esquadra e pimba... passadas umas horas estava na PVDE (Polícia de informações) e, como era normal, comecei a “comer” sem saber bem porquê, sem perguntas nem nada. Era uma roda deles, mesmo que um tipo tivesse desmaiado não tinha tempo de cair no chão, parecia uma bola”

Tem mais meia dúzia de anos do que o Partido, mais uns quantos do que o “Avante!” e uma jovialidade invejável. Do passado, com seis anos de prisão e trinta e dois passados na clandestinidade, guarda uma memória rica de histórias, amiúde hilariantes. Não porque a dor e o sofrimento não lhe tenham feito parte da vida, mas porque teve a sabedoria de conservar o espírito de humor e de aprender que a alegria era, também, uma forma de resistência à ditadura fascista.

Responsável pelo “Avante!” durante década e meia, confessa sem pejo que nunca gostou, nem gosta, de escrever. Mas é com um brilho nos olhos que afirma que as «escrivinhadelas» que foi capaz de fazer as deve ao Partido, esse Partido, garante, «que com a confiança e força que transmite aos seus militantes é capaz de operar milagres e mover montanhas, deixa lá passar o lirismo porque é verdade». Passou o lirismo. Segue-se a entrevista com Sérgio Vilarigues.



Quando é que viste o “Avante!” pela primeira vez? Oh! isso era menino e moço; talvez para aí em 1931, 1932... E como é que foi? Fiquei encantado da vida, mas nessa altura eu era apenas um rebelde, andava lá em volta do sindicato da minha profissão... Carnes verdes? Exacto. Andava por lá com outros rapazes e, como é evidente, o sindicato era frequentado por membros do Partido que falavam conosco. Quando mal me precatei, estava na juventude comunista. Não me demorei por lá muito tempo. Dois anos depois estava em Peniche. Tão depressa?

Claro, fiz coisas... andei a “brincar” às agitações e propagandas, e como não tínhamos experiência nenhuma fomos apanhados como coelhos na toca. Eu, não sei porquê, fui passear até ao fim pelas prisões fascistas.

“A clandestinidade era uma coisa séria, não se via a família, não se convivia, também não havia muito para mastigar, o dinheiro mal chegava para a actividade política, não havia um cinemazinho”

Peniche foi a tua primeira experiência? Não, não, onde comecei a “comer batata” foi na esquadra do Calvário, em Alcântara. Foi aí que fui preso pela Polícia de Segurança Pública quando andávamos a colar umas targetas nos muros, pela libertação de um jovem comunista condenado a vinte anos de prisão. E claro, iam colando e iam andando. A polícia não teve dificuldade nenhuma em ir atrás de nós... Foi só seguir os cartazes... Pois, não tínhamos experiência

nenhuma, quando dei por isso tinha uma pistola encostada à nuca. Fui para a esquadra e pimba... passadas umas horas estava na PVDE (Polícia de informações) e, como era normal, comecei a “comer” sem saber bem porquê, sem perguntas nem nada. Era uma roda deles, mesmo que um tipo tivesse desmaiado não tinha tempo de cair no chão, parecia uma bola. Eu ainda hoje sou miúdo, mas nessa altura era miúdo mesmo...

Depois fui comunicável para a esquadra de Benfica, quinze dias passados estava nos calabouços do Governo Civil. Seguindo a “via sacra”, fui até ao Aljube; algum tempo depois houve lá uma zaragata, deportaram uns camaradas para Angra do Heroísmo, para a Fortaleza de S. João Baptista, e eu fui mandado, por castigo, para Peniche. Por castigo conversa fiada, por aquilo ou por outra coisa, o resultado seria o mesmo.

Também não paraste muito tempo em Peniche...

Não. Em Peniche houve uma confusão qualquer, a que a brincar chamámos a «greve da vassoura»...

Explica lá isso...

Até aí a limpeza era feita pelo pessoal da prisão, mas depois quiseram que fossem os presos a fazê-la. Não houve muito entendimento entre os presos, se devíamos varrer ou se não devíamos varrer, mas a malta da minha caserna entendeu que não, que isso era atentatório da nossa dignidade de presos políticos. Varre, não varre, veio a guarda e tudo para a “casa mata”...

Casa mata?

Fala-se pouco nisso em Peniche, mas creio que ainda lá estão. Eram fresquinhas, eram. Fala-se pouco porque raramente lá metiam alguém; aquilo estava dividido em duas partes, uma mais seca e outra bastante húmida. Os nossos avoengos eram lixados para arranjar prisões! Felizmente deixaram-nos à vontade nas “casas mata”, porque aquilo não estava preparado para ter presos, eram ruínas. As do lado direito quando se entrava a porta eram só lama... Havia lá uma que era o “ferro de engomar”, baptizámo-la assim logo que chegámos...

Porquê ferro de engomar?

Porque tinha o mesmo feito e era baixinha. Fomos para a greve de fome, claro. Come, não come, ameaças com espingardas... não comemos. Passados dois dias, tiraram-nos de lá. E deram-nos, nunca mais me esqueci, batatas com bacalhau, uma coisa rara, pois em Peniche o que se comia todos os dias, com raras excepções, era sopa de repolho com feijão encarnado e o casqueiro da tropa.

A malta olhou uns para os outros - come, não come? -, comemos. Comemos mas nessa mesma noite eles trataram de nos preparar uma “viagem de recreio” para a Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo.

Um jantar de despedida...

Pois foi. Altas horas da madrugada aparecem vinte e dois guardas e um polícia de informação para levar vinte presos para Lisboa. Lá fomos sob ameaça, quem piasse apanhava. Piámos bastante, com *morras à ditadura*, cantámos a Internacional, a *Bandeira Vermelha*, o hino da *Batalha*... e toca a andar que se faz tarde.

Chegámos a Angra e devo dizer que quando se está cá em baixo, onde fundeu o barco que nos levou, aquilo é impressionante, mete respeito.

O homem dos 7 instrumentamentos

Entrevista com Sérgio Vilarigues

Texto
Anabela Fino
Fotos
Jorge Caria

E lá em cima?

Lá em cima aquilo até nem era feio, tinha umas vistas bonitas. E vocês conseguiam ver as vistas?

Conseguíamos. Saíamos quando havia limpeza das casernas, havia o passeio. Não te esqueças que a prisão era também uma frente de luta e que nós tínhamos as nossas reivindicações; uma era justamente o direito ao passeio. No verão era bonito; de inverno, as vagas e os ventos metiam respeito, as casernas chegavam a tremer com a ventania.

Não me importava nada de passar lá umas férias, bem instalado, é claro.

Fora isso, tinha a sua poterna, tinha o seu caleção, as suas fumas, os seus espancamentos... Terminada a pena em Angra, como aquilo era pertinho, toca a andar para o Tarrafal.

Fizeste logo o percurso todo...

E também viajei à borla... De Peniche para Angra, a 8 de Junho de 1935; de Angra para o Tarrafal a vinte e tal de Outubro de 36.

O mais bizarro aconteceu quatro anos depois de ter terminado a pena: fui amnistiado, imagina! Uma amnistia depois de cumprida e ultrapassada a pena, como se precisasse dela!

Assim voltei para o continente. Ainda fomos todos até a António Maria Cardoso, e alguns ficaram presos. Eu saí, com outros camaradas, e na própria rua marcámos logo um encontro. Passados dois anos estava na clandestinidade. Foram “só” 32 anos seguidos. E aqui me tens.

Trinta e dois anos de clandestinidade! Como é que foi?

A questão é a seguinte: não gostei da prisão e fiz tudo para lá não voltar. Mas se me perguntares o que é que custou mais, se os seis anos de prisão, tendo em conta que foram só seis anos, se a clandestinidade, digo-te já que foi a clandestinidade. É claro que para quem passou dezenas de anos na prisão, a questão é diferente.

A clandestinidade era uma coisa séria, não se via a família, não se convivia, também não havia muito para mastigar, o dinheiro mal chegava para a actividade política, não havia um cinemazinho... Hoje não me ralo muito com isso, só que nessa altura era um rapazinho jovem. Eu saí com 25 anos da prisão. Nem tive tempo de aprender a dar um passo de dança, fui para a clandestinidade e acabou-se.

Para quem não viveu essa experiência, é difícil perceber como era a vida na clandestinidade. Como eram os vossos dias?

Os nossos dias eram exaltantes e muitas vezes alegres. Dependia da situação. Por exemplo, vamos às greves de Julho/Agosto de 43: «é pá, a malta está aí!» A gente saía para a rua, não estávamos metidos em redomas de vidro. «A fábrica tal já foi, a fábrica tal já foi.» Menina, aquilo era alegria que não cabia um feijão frade no *avec cependant!*

Se havia uma derrota ficava a malta de monco caído.

Por exemplo, chegavam cartas das prisões, do Tarrafal; ficávamos contentes por ter informações. Se não conseguíamos furar a barreira das prisões ficávamos tristes.

Nas prisões também, receber uma carta era uma festa.

Lembro-me de um camarada, o Roussel, que escreveu

uma novela no Tarrafal chamada “A chegada da correspondência”. Foi das coisas que mais gostei, dessas escrevinhadelas que se fizeram por lá. Ele conseguiu dar uma imagem daquela ansiedade, mas também dos bons momentos que se passavam.

Cá fora, na clandestinidade, não era uma prisão, mas... Bom, depois tínhamos a alegria de quando estávamos a lutar e as coisas saíam bem.

Por exemplo, como quando faziam o “Avante!”. Uma responsabilidade que tiveste a cargo, se não estou enganada...

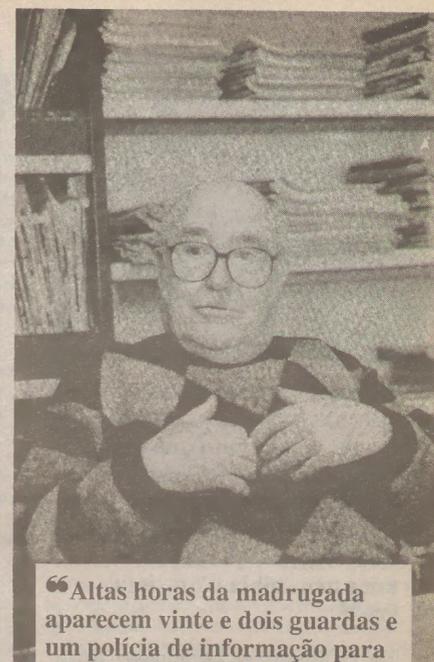
Não estás, não, enganado fui eu...

Conta lá essa história...

Primeiro tenho de confessar que não gostava - e não gosto - mesmo nada de escrever. O que é que se há-de fazer? Para mim, a ca-



“Informaram-me que o “Avante!” passava a ser uma das minhas tarefas. Fiquei furioso, aqui para nós que ninguém nos ouve, mas como não ganhava nada com isso, lá agarrei naquilo tudo e fui para casa”



“Altas horas da madrugada aparecem vinte e dois guardas e um polícia de informação para levar vinte presos para Lisboa. Lá fomos sob ameaça, quem piasse apanhava. Piámos bastante, com *morras à ditadura*, cantámos a Internacional, a *Bandeira Vermelha*, o hino da *Batalha*”

estava escrito, o que faltava e o que não faltava, quando dei conta estavam-me a passar tudo, toma lá...

Como que então apanhado à má fila!?

É! E eu, que ainda não tinha percebido: toma lá? Toma lá o quê? Materiais do “Avante!”, foi a resposta. E lá veio o arquivozinho do jornal, envelopes com artigos já feitos ou meio alinhavados, outros materiais para trabalhar, a maioria tinha de ser feita à última da hora para o jornal não ficar ainda mais desactualizado do que ficava pelas condições em que era feito.

Como era muito refilão - e ainda sou - bem perguntei que conversa era aquela. Informaram-me que o “Avante!” passava a ser uma das minhas tarefas. Fiquei furioso, aqui para nós que ninguém nos ouve, mas como não ganhava nada com isso, lá agarrei naquilo tudo e fui para casa.

Não sei se foram oito, se dez, se os próprios quinze dias - nessa altura o jornal era quinzenal - que faltavam para entregar o trabalho, mas a verdade é que durante esse tempo não dormi ou dormi muito mal.

Foi assim tão difícil?

Nem queiras saber o que sofri. Serei capaz? Não serei? É verdade que no dia X, às tantas horas, o jornal estava a ser entregue na tipografia, mas não te digo qual é o número.

Porquê?

Porque está uma grande porcaria... Pronto, lá se fez. Nem sempre cada um de nós realiza as tarefas de que mais gosta... enfim, a coisa acabou por singrar menos mal.

O mais difícil, senti depois, era aproveitar as ideias e achegas de todos, as opiniões e críticas dos camaradas sobre os acontecimentos, as informações colhidas na leitura da imprensa nacional - restrita, por falta de meios -, e um ou outro jornal estrangeiro, as notícias da rádio... A propósito, a certa altura, o único aparelho de rádio que havia no Partido estava na casa do responsável que tinha a imprensa. Já vês as dificuldades com que nos debatíamos.

E por falar em dificuldades... também aconteciam coisas engraçadas, que se calhar ainda acontecem com vocês. Imagina que tens apenas um espaço em que cabe um artigo de oitenta linhas e trinta e dois espaços; escolhia o tema mais actual, mais importante, e começava a escrever. Com a dificuldade toda que tenho, quando dava por isso ainda não tinha entrado no problema e já tinha o dobro das linhas. Bolas!, dizia, de facto escrever pouco e dizer muito é que é o difícil...

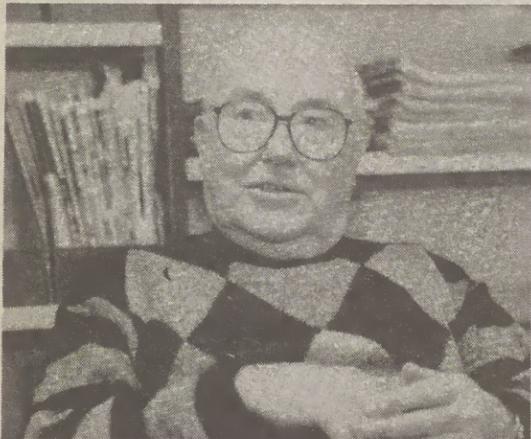
E quando era preciso cortar os artigos dos outros? Nem sabes o problema que era. O Manuel Guedes é que era bom nisso; uma vez, estava com ele e com o Militão, a fazer a revisão e os fatídicos cortes, quando o Manuel Guedes se correu a rir, a rir. Que foi? - perguntei-lhe. Este já está, respondeu, cortei-lhe as “démarches” todas!

É claro que a partir da altura em que fui obrigado a escrever as coisas começaram a sair com mais facilidade, ou com menos dificuldade, melhor dizendo.

neta foi sempre mais pesada do que a enxada, em sentido figurado, claro. Talvez por nunca ter ido além da 4ª classe e sentir não ter jeito para tal... Pelos vistos, outros pensaram o contrário.

Em 1947 fui chamado ao Secretariado do Partido. O “Avante!” era da responsabilidade do Secretariado, mas havia um camarada que era ainda o seu mais directo responsável. Daí se dizer, e é verdade, que eu fui o camarada que mais tempo teve essa responsabilidade. Parece bizarro, mas foi mesmo assim.

A tarefa foi-me entregue quase sem dar por isso. Numa daquelas reuniões para ultimar os materiais para o “Avante!”, ver o que



“Tenho que reconhecer que aprendi bastante com esta tarefa, a tal ponto que dei por mim a implicar com os complementos directos e indirectos quando estavam mal, logo eu, que durante anos nem sabia o que isso era”

Tenho que reconhecer que aprendi bastante com esta tarefa, a tal ponto que dei por mim a implicar com os complementos directos e indirectos quando estavam mal, logo eu, que durante anos nem sabia o que isso era...

Hoje, de vez em quando, releio alguns exemplares com prosa minha, que consigo identificar, e sinto um certo orgulho em não encontrar nada de que me possa desancar. Mas com a mesma sinceridade o digo, às vezes rio sozinho por certo fraseado altissonante, falhas, insuficiências, ingenuidades e falhas de gramática de bradar aos céus. Mesmo assim confesso sentir satisfação por tudo aquilo ressumar combatividade e confiança no resultado final da luta que o Partido conduzia.

Quanto tempo tiveste essa tarefa?

A primeira vez foi de 1947 a 54, com dois meses de folga.

Dois meses de folga?

Folga desta tarefa, porque tinha conseguido sair do Secretariado, mas não foi por muito tempo, nem tive tempo de respirar. Quando se dá a prisão do Álvaro Cunhal e do Militão tive de voltar e lá fiquei outra vez com a imprensa. No total, estive com essa tarefa um pouco mais de 15 anos.

Nessa altura havia uma grande luta - e se calhar hoje continua - para pôr os outros a escrever. Toda a gente botava discurso, mas escrever está quieto. Isso significava que às vezes tinha de escrever sobre tudo, tocar todos os instrumentos, o que era não só lixado como, modéstia à parte, exigia muita coragem e até audácia...

Há coisas que não mudam muito, na verdade...

Eu sei, é tramado. E ontem, como hoje, nem sempre se conseguia estar em cima dos principais acontecimentos, dos problemas mais actuais em cada momento.

Como se isso não bastasse, ainda havia os problemas técnicos: não podíamos mandar gravar o título do jornal em qualquer oficina de gravador, o corpo da letra (corpo 6) mal se via, os sublinhados eram um problema... o que nos valia é que apareciam sempre uns camaradas mais habilidosos, e lá fomos passando dos moldes de madeira para metal, enquanto o prelo - pesado, de ferro, se te caísse num pé nem imaginas... - passava para madeira (fórmica), e o rolo, o maldito rolo, também acabou por ficar levezinho quando passou a ser de madeira, oco, que se enchia com chumbo velho quando era preciso. Uma vez por outra lá aparecia um mamarracho, mas ala, para a frente é que é o caminho, e assim chegámos aos dias de hoje.

E hoje, como é que vês o jornal?

Sabes, 65 anos na vida de um jornal é obra, e tanto maior quando precisamente metade desta linda idade foi vivida em condições da mais estreita clandestinidade. E o “Avante!”, há que reconhecer, desempenhou sempre um papel de grande relevo na luta pela libertação do povo português da opressão fascista, pela democracia.

Hoje, como ontem, o jornal continua a cumprir o seu papel de órgão do PCP, mas acho que é preciso melhorar mais.

O “Avante!” continua a ser o “Avante!”. A situação mudou muito, depois do 25 de Abril, mas os problemas intrincados a resolver não serão menores; as dificuldades para lhes dar resposta a contento dos leitores, de todos nós, são certamente enormes mas, como então, o que é preciso é ir para a frente.

Revisão Constitucional

O PP

■ João Amaral



à la minute

O processo de revisão constitucional está já em curso na Assembleia da República, por força da iniciativa do CDS-PP de apresentação de um projecto de lei de revisão no fim do passado mês de Janeiro.

Este início do processo de revisão acontece num momento claramente inadequado. De facto, ele aparece no exacto momento em que a Assembleia inicia a apreciação da proposta de Orçamento de Estado para 1996. A atenção da Assembleia - e dos portugueses - está pois concentrada nas propostas de políticas económicas, sociais e culturais que o Orçamento consubstancia. É o primeiro Orçamento do novo Governo, e tudo impunha atenção redobrada.

Não entenderam assim os doutores Monteiro, Portas e Ferreira. Não consta que se trata de sujeitos distraídos, e por isso é óbvio concluir que lhes interessa desviar a atenção do Orçamento para a questão constitucional. Alguma boa razão há-de haver para esta necessidade de desviar a atenção. Não faltará quem diga que pretendem que passe mais despercebido o papel de nadador-salvador do Orçamento que gostariam de assumir... Quem diria, o radical dr. Monteiro a querer dar a mão a um Governo que usa o nome socialista!

Só que ao apresentar o seu projecto de revisão constitucional o PP pôs-se a jeito para a fotografia. Vamos todos ficar a saber com exactidão o que pensa o PP sobre o regime democrático-constitucional. Vamos ter o projecto político do PP de corpo inteiro. Não é que isso seja à partida do inteiro agrado do PP. Especialistas em técnicas de marketing, os dirigentes do PP venderam o seu projecto sob o signo de uma palavra de ordem: pôr os Deputados a trabalhar mais tempo, reduzindo-lhes as férias para um mês. Fizeram-se enormes títulos sobre essa proposta... esquecendo tudo o resto e que é o essencial para a caracterização do projecto e do próprio PP.

É positivo que essa caracterização possa ser feita neste momento. Os que nas bandas do Governo vêem no PP uma tábua de salvação, ficam a saber a que espécie de tábua se agarram. Para os que se preparam para negociações com o PP, aceitando cedências em troca de favores, ficam a saber o que é que o PP efectivamente quer e para onde caminha. Afinal, isso é importante mesmo para o Orçamento: uma política de mudança com o sentido que o eleitorado lhe deu não se faz certamente com um partido que tem um projecto como o do PP.

A realidade é que o PP não propõe propriamente uma revisão constitucional, antes propõe uma **nova Constituição** (é a expressão usada pelos autores, no preâmbulo do projecto) de subversão e ruptura com a Constituição emergente da Revolução de Abril. Por isto, e bem, o projecto de revisão do PP é realmente inconstitucional, por violar grosseiramente os limites materiais de revisão (isto é, o núcleo essencial caracterizado da actual Constituição) e por descaracterizar completamente o sentido profundo da nossa Constituição.

Apodando pejorativamente a Constituição de marxista, programática e marcada ideologicamente, o CDS-PP apresenta na sua proposta uma nova Constituição para todos os portugueses, mas que é realmente a **Constituição do grande patronato e do liberalismo selvagem**. A Constituição do PP marca uma tentativa de brutal retrocesso histórico, contrariando e apagando os avanços e conquistas do nosso tempo e da nossa História. De estado-dependente como o PP calunia a Constituição Portuguesa, passar-se-ia para uma Constituição patronato-servidora.

A **marca de classe** perpassa em todo o texto. Se se quer alguma coisa que o simbolize, veja-se a norma sobre o impostos: no projecto PP o imposto sobre o rendimento deixa de ser progressivo, isto é, de taxar mais os mais ricos; o imposto sobre sucessões e doações desaparece da Constituição, com a obrigatoriedade que tinha de ser também progressivo; e os consumos de luxo deixam de ser obrigatoriamente onerados. Quem assim escreve, não deixa a outras mãos o cuidado com os seus interesses...

É um **projecto marcadamente reaccionário**, em todas as questões e debates que tem marcado o nosso tempo em questões sociais significativas. Por exemplo: proíbe implicitamente o aborto; faz desaparecer a incumbência do Estado de promoção do planeamento familiar; elimina o direito do Estado de cooperar com os pais na educação dos filhos; limita a liberdade de ensinar, obrigando o ensino a ser orientado por valores ligados à «identidade nacional», à semelhança dos tempos passados.

Como é então o «mundo português» à moda do PP? Pode descobrir-se nestes dez traços significativos:

“**O PP apaga da Constituição todos as referências ao 25 de Abril e ao fascismo**. Argumentando que «quer remeter para a História o que já lhe pertence», de facto o que pretende é apagar Abril do nosso presente e do nosso futuro. Revoga o preâmbulo, que dá o sentido de progresso à Constituição, referindo a luta antifascista e a acção revolucionária do MFA como as bases da nossa democracia. Elimina as referências aos objectivos de construção de uma sociedade justa e solidária, de promover a igualdade real entre os portugueses. Elimina as palavras colonialismo, imperialismo, direito de insurreição. O incómodo é tanto que faz mesmo desaparecer a proibição das organizações que perfilhem a ideologia fascista.

“**Esconjura a democracia participativa**: deixaria de haver intervenção democrática dos trabalhadores, organizações de moradores, juízes sociais, etc., etc. O PP esconjura a participação.

“**Afirma o primado do patronato e acaba com todos os traços da democracia económica**. A primeira prioridade é defender a «economia de mercado». Desaparecem as referências às incumbências do Estado (incluindo contra os monopólios privados e os latifúndios). Desaparecem todos os mecanismos de intervenção dos trabalhadores. Acaba a própria exigência constitucional de subordinação do poder económico ao poder político. Acaba a autogestão e o sector social da propriedade privada. Até a possibilidade de lock-out é restabelecida, numa despuorida afirmação de submissão às reclamações do patronato!

“**Atinge duramente as organizações dos trabalhadores**, particularmente as CT's que ficam reduzidas a um «esboço» sem quaisquer direitos de intervenção garantidos.

“**Varre direitos fundamentais dos trabalhadores**, permitindo o despedimento sem justa causa, eliminando o princípio de a trabalho igual salário igual, apagando o objectivo do pleno emprego, etc., etc.

“**Varre os direitos sociais**: deixa de haver direito à segurança social, à saúde, à habitação. Os sistemas públicos passam a supletivos. É o campo aberto para o negociismo com elementares direitos das pessoas! Até o direito a um ambiente são é eliminado, não vão as empresas poluidoras sentirem-se lesadas...

“**Põe-se claramente contra a democracia cultural**. O Ensino deixa de visar o combate às desigualdades. Desaparece a referência à gratuidade, e a expressão «democratização do ensino» é eliminada. Acaba o direito de fruição e criação cultural.

“**As regras democráticas das eleições são subvertidas**, através da eliminação do princípio da representação proporcional.

“**É reforçado o poder do Governo e diminuído o poder do Presidente da República**. Por exemplo: a Assembleia passa a só poder ratificar os decretos-leis emitidos ao abrigo de autorizações legislativas; o Presidente vê limitados os poderes de dissolução para defesa da sobrevivência do Governo.

“**As regiões administrativas deixam de fazer parte da estrutura do Poder Local**, garantindo assim ao Governo o poder centralizador que hoje detém.”

Para além destes traços caracterizadores vale a pena assinalar quatro propostas, muito reveladoras. A primeira refere-se ao Orçamento. O PP introduz a limitação de a despesa corrente não ultrapassar 3% a receita corrente. **Não é exactamente a regra de Maastricht, mas para lá caminha...**

A segunda refere-se aos limites materiais. **Um dos que é eliminado é a forma republicana de governo**: até aqui, o PP mostra o seu carácter retrógrado!

A terceira refere-se às **indenizações aos agrários**. O PP volta à carga! Mesmo depois de devolvidas as terras e de pagas várias indenizações, o PP acha que o maná é ainda pouco.

A quarta proposta merece ser bem assinalada: **o PP propõe a eliminação da referência ao direito do povo de Timor à independência**. Diga que disse o PP, uma proposta como esta tem a leitura possível de que o PP não quer que Portugal defenda a independência de Timor. Não se pode ser ambíguo numa questão como esta, para mais quando o contexto é o da saudade do Império... **É uma proposta chocante!**

Este é o retrato que o PP oferece publicamente com o seu projecto de revisão. É um bom motivo de reflexão, sobre o que virá a estar em jogo na revisão constitucional. **E um bom alerta para os que querem facilitar a vida ao PP.**

A palha e o grão

PODENDO tratar-se de um mero acaso, não deixa entretanto de assumir um certo significado que tenha sido precisamente de algumas personalidades geralmente consideradas como mais à esquerda dentro do PS ou como tendo um relacionamento menos crispado com os comunistas que tenham partido declarações mais críticas, mais irritadas ou mais contundentes em relação ao posicionamento do PCP face ao novo Governo do PS.

Essas declarações não chegam obviamente para constituir um «caso político» efectivamente relevante mas, pelos equívocos e erróneas concepções que desvendam, acabam por oferecer uma bem-vinda oportunidade para alguns esclarecimentos e clarificações, cuja importância e validade se projectam para além do momento político actual.

Estamos a referir-nos designadamente a recentes declarações ou observações de Manuel Alegre, Helena Roseta e César Oliveira.

De facto, em entrevista à «Visão» (de 1/2), repetindo aliás quase *ipsis verbis* a declaração que havia feito no plenário da AR na discussão do projecto de lei do PCP das 40 horas, Manuel Alegre veio afirmar que «às vezes dá a impressão de que alguns sectores do PCP praticam uma oposição mais radical ao PS do que ao PSD. Preocupa-os a eventualidade de o PS fazer um bom Governo, temendo que lhes retire a base de apoio. Por razões de sobrevivência, preferem um Governo de direita a um Governo do PS».

Por sua vez, na mesma edição daquela revista, em artigo intitulado «Governar à esquerda», Helena Roseta, depois de aviar umas frechadas no PP e no PSD, acrescentava que «resta o PCP e a sua desesperada tentativa de "encostar" o PS à "direita", com a cena das 40 horas. Das duas uma: ou o PS é sincero no Governo, e a

Embora o nosso intuito principal não seja o da polémica personalizada nem o da resposta detalhada a cada uma destas declarações, não podemos esconder que apetece responder a Manuel Alegre que enquanto ele não conseguirá seriamente docu-

mentar que o PCP tenha praticado no passado ou pratique hoje «uma oposição mais radical ao PS que ao PSD», já nós não teremos qualquer dificuldade em recapitular as provas de como, tantas vezes, o PS combateu muito mais o PCP do que combateu a direita; de como, nas matérias e nos níveis mais decisivos, o PS sempre esteve mais voltado e disponível para alianças com a direita do que para o diálogo e o entendimento com o PCP. Assim como apetece responder-lhe que, sendo um insulto atribuir-nos uma preferência por um governo de direita, bem faria entretanto em levar a sério, e compreender em todas as suas consequências, a nossa clara afirmação de que não fazemos política nem por rótulos nem contra rótulos e a nossa inabalável determinação de fazermos a vida cara a todos os que, dentro ou fora do PS, vejam na sua renovada legitimidade eleitoral e no crédito de esperança que recebeu nas urnas a grande oportunidade e os valiosos instrumentos, não apenas para manter, mas até para agravar linhas determinantes da política de direita e realizar os seus objectivos até aqui não alcançados.

Assim como apetece lembrar serenamente a Helena Roseta que, em boa verdade, o PS nunca precisou de alguém o «encostasse» ou «empurrasse» para a direita, pela simples razão de que sempre foi por opção própria e pelos seus próprios pés que para lá caminhou. E lembrar-lhe também que a semana das 40

Estimados Manuel Alegre, Helena Roseta e César Oliveira: tenham santa paciência, mas nunca nos verão a dizer que aquilo que ontem achávamos péssimo feito pelo PSD passou agora a ser óptimo só porque é feito pelo PS

pela cabeça de César Oliveira. É que, em Dezembro de 1977, o que se passou foi muitíssimo mais e muito diferente do que C.O. resolveu recordar. O que se passou foi que, depois de, durante ano e meio, ter governado aliado de facto à direita, depois de ter feito aprovar, com o apoio do PSD e do CDS, as leis da «contra-revolução legislativa», e num quadro de grave crise económica e financeira e de patente fracasso da sua política, o Governo do PS tomou a iniciativa de apresentar uma moção de confiança que veio a ser rejeitada com votos do PCP (que lutava por uma rectificação da política seguida, o que tinha sido sempre negado pelo PS nas negociações antes realizadas com o PCP e continuou a ser rejeitada até último minuto) e com os votos do PSD e do CDS (que, depois de se terem aproveitado do PS entendiam chegado o momento de lhe tirar o tapete e ir ainda mais longe). A César o que é de César, e por isso a César Oliveira o dever de explicar se é o

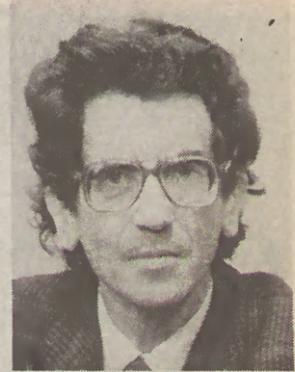
mesmo «filme», nesta parte realmente verdadeira, que tem na cabeça para os dias de hoje, ou seja o PS a prosseguir eixos essenciais da política de direita, a nisso ter o apoio do PSD, do CDS e do grande capital, cabendo entretanto ao PCP a «obrigação» de salvar o PS de apuros ou dificuldades parlamentares.

É em torno desta pretensa «obrigação» que se desvendam as mais graves concepções que parecem estar por detrás das afirmações (de diversa natureza e alcance) de Manuel Alegre, Helena Roseta e César Oliveira.

A saber: a ideia de que o PS, só por assim se chamar, estaria automaticamente investido da representação da «esquerda» e merecedor de todos os seguidismos e apoios; a ideia de que o dever democrático do PCP seria, não o de honrar os seus compromissos com os portugueses que nele confiam, não o de se bater pelas suas próprias ideias, propostas e projecto, mas o de se tornar num «satélite» do PS, numa lógica infernal que acabaria, no limite, por o levar à triste figura de passar a achar que, desde que feito pelo PS, passaria a ser óptimo, ou razoável ou pelo menos inevitável tudo aquilo que ontem, feito pelo PSD, considerava péssimo e desastroso.

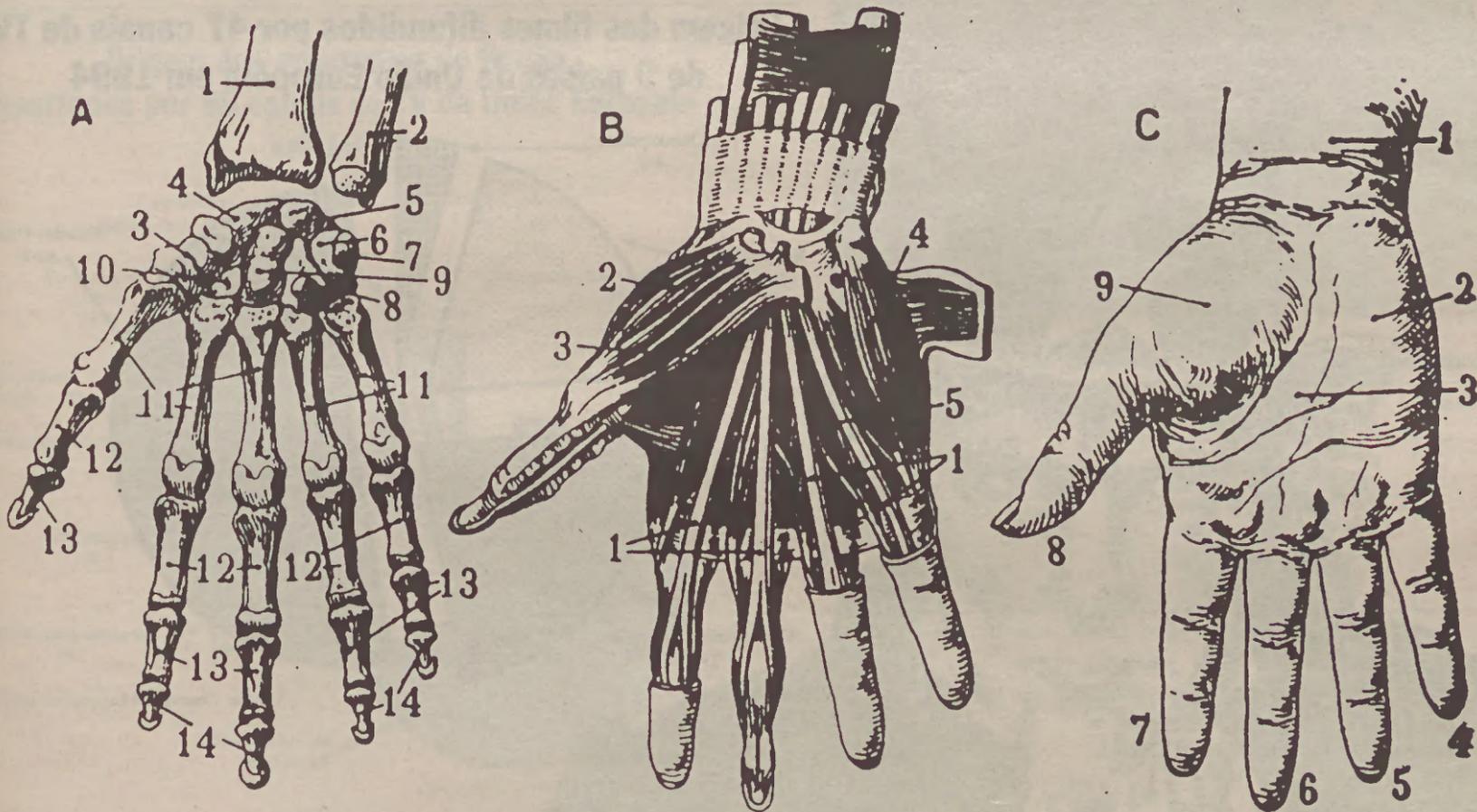
Sem nenhuma intenção de questionar as convicções democráticas dos socialistas atrás citados, é caso para dizer que se porventura há destacados socialistas que têm esta visão das coisas, então, além do mais, estariam a acantonar-se numa concepção e vivência terrivelmente pobres da democracia e do pluralismo que tanto invocam.

E, sobretudo, estariam a enganar-se a si próprios, cultivando esperanças e ilusões que a nossa aptidão para distinguir a «palha» do «grão», a nossa coerência, o sentido das nossas responsabilidades democráticas e nacionais e o nosso irreversível compromisso de luta por uma política realmente nova lhes deveriam liminarmente desaconselhar.



VÍTOR DIAS

Membro da Comissão Política



semana das 40 horas vem aí, negociada como compete; ou o PCP acorda para o final do século e entende que a questão decisiva para os trabalhadores, hoje, é a garantia do emprego. Por ela passam todas as reformas que a esquerda não pode deixar de fazer, ou pelo menos tentar».

Por fim, chegou a vez de César Oliveira que, em artigo em «A Capital» (de 3/2), absurdamente intitulado «Rui Mateus e o PCP - convergência casual?», arrancava dizendo que «todos nos recordamos de Dezembro de 1977. Nesse mês e nesse ano, o PCP juntou os votos dos seus deputados aos votos do PSD e do CDS e derrubou no Parlamento um governo minoritário do PS presidido por Mário Soares!», declarava a seguir que «o que me incomoda e deve deixar apreensivos muitos portugueses são alguns sinais de inflexibilidade perante o PS, que o PCP já deu no decurso dos primeiros 100 dias de governação socialista, num contexto pouco favorável à satisfação imediata das legítimas aspirações de muitos trabalhadores portugueses», e terminava perguntando «o que quer afinal o PCP: apoiar a natureza social e de solidariedade das propostas do PS e favorecer que o seu Governo actue cada vez mais em ruptura com o cavaquismo e o Estado laranja, ou ao invés, criar dificuldades crescentes ao Governo de António Guterres, inclusivamente proporcionando a sua queda na AR, para de novo haver possibilidades para a direita?».

horas, como diz, «vem aí» - mas só em Janeiro de 1998 -, como diz, «negociada como compete» - mas, como H.R. não se pode furtar a examinar, associada a um imenso reforço dos poderes do patronato e à profunda lesão de importantíssimos direitos dos trabalhadores que, a serem vertidos em lei da República, representariam que o PS, em curtos três ou quatro meses, tinha conseguido impor o que o PSD não conseguiu em dez anos. E porque não queremos fazer-lhe processos de intenções nem atribuir-lhe o que não disse explicitamente, só desejamos que H.R., quando fala das «reformas que a esquerda não pode deixar de fazer» com vista à «garantia do emprego» não se esqueça que tem sido cinicamente em nome da «defesa do emprego» (não defendido antes crescentemente golpeado) ou das promessas (não cumpridas) de mais emprego que há mais de década e meia está em curso em toda a Europa a mais violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores desde o fim da II Guerra Mundial.

Finalmente, em relação a César Oliveira, apetece dizer-lhe que não nos embaraça nem intimida com as suas referências - inexactas, truncadas e descontextualizadas - a Dezembro de 1977. Exactamente porque não vemos o curso da vida política como uma mera repetição, ainda que adaptada, de circunstâncias ou episódios passados, a nós não nos passaria pela cabeça evocar a queda do primeiro Governo do PS por referência à situação actual. Mas talvez tenha algum significado que isso tenha passado

Uma TV para a Eur

Sim ou não à revisão da directiva comunitária "Televisão sem Fronteiras"? Esta a questão em debate na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, e que coloca frente a frente os interesses dos grandes produtores norte-americanos e os que no espaço comunitário se batem pela defesa da identidade e da pluralidade cultural europeias.

Num momento em que a produção americana domina de forma esmagadora a programação das televisões europeias, com todas as suas consequências económicas, sociais e culturais, o que está em causa é saber se existe na União Europeia vontade política bastante para impor uma directiva que não se fique pelas meras declarações de intenção, antes crie as condições para que a produção europeia ocupe o espaço que lhe é devido enquanto factor essencial na formação dos cidadãos.

A Comissão de Cultura do PE, no seu relatório sobre a matéria, deu um passo decisivo para a criação de uma verdadeira televisão europeia. Resta saber o que o plenário do PE e a Comissão farão desse contributo.

A directiva comunitária sobre a "Televisão sem Fronteiras", ainda em vigor, data de 1989. O texto, tornado obsoleto pelo crescimento acelerado do sector, pecou sempre pelo facto de remeter um aspecto essencial - a questão das quotas - para o indefinido campo das "possibilidades". Com efeito, a directiva impunha (?) a existência na programação televisiva de uma maioria de obras europeias, mas salvaguardava o não cumprimento desta cláusula acrescentando que tal deveria ocorrer «sempre que possível». Como é por de mais evidente, a frase retirou desde o início qualquer sentido à directiva, que tem por definição um carácter impositivo para todos os Estados-membros. Isto não aconteceu certamente por acaso.

Esta primeira tentativa de criação de um espaço audiovisual europeu enfrentou desde o início a forte oposição dos lobbies norte-americanos e das cadeias comerciais europeias que lhes colocam os produtos, cujo peso conseguiu fazer adiar a questão durante os últimos seis anos. No entanto, a pressão dos sectores culturais europeus acabaria por dar resultados positivos ao conseguir, na batalha do GATT, a consagração do estatuto de «excepção cultural», que deixou aberta a porta para o reforço e melhoria da directiva em causa.

Preocupados com o que consideram «mercantilismo ultraliberal e desregulamentador da Comissão Europeia», alguns dos mais importantes sec-

tores culturais da Comunidade vieram a terreno, em diversas iniciativas, exigir a manutenção das quotas e a sua obrigatoriedade, o carácter intemporal da directiva, a proibição de deslocalizações, etc.

As críticas não escaparam igualmente os ministros da Cultura que, em Novembro último, recorreram o texto da directiva de 1989, deixando escapar, por isso mesmo, um autêntico viveiro de empregos.

Diferente foi a posição assumida pela Comissão de Cultura do Parlamento Europeu, que em Janeiro adoptou uma proposta tendo em conta o essencial das exigências dos artistas e intelectuais.

Um relatório polémico

É curioso assinalar que a presidente da Comissão de Cultura, a deputada Luciana Castellina, do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, em que se inserem os eurodeputados comunistas, foi particularmente saudada pelo trabalho realizado. A Federação Europeia dos Realizadores de Audiovisual, por exemplo, enviou-lhe uma carta sublinhando os «pontos muito positivos» introduzidos na revisão da directiva em causa.

A Federação destaca, em particular, os seguintes aspectos:

- extensão da definição da radiodifusão aos novos serviços;

- critérios precisos de relacionamento das televisões com os Estados-membros, a preocupação de prevenir os abusos de posição dominante e a aplicação de sanções e de recursos eficazes;

- reforço das quotas efectivas de difusão maioritária para as televisões generalistas, cuja base de cálculo exclui as emissões de estúdio;

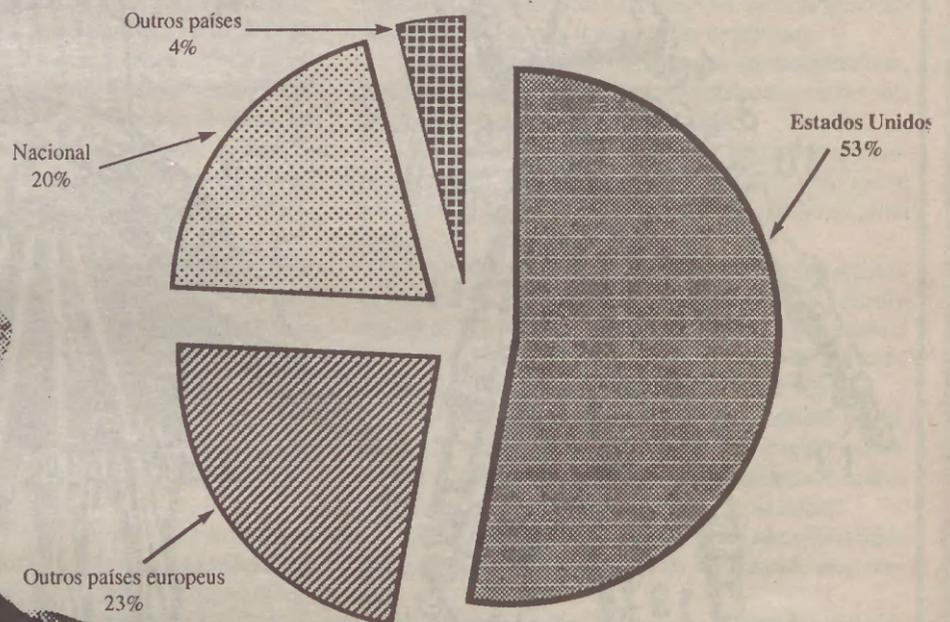
- uma definição mais restrita das televisões temáticas, tanto mais importante quanto as obrigações destas televisões continuam imprecisas;

- reforço da promoção da produção independente, estando esta claramente definida, expressa em percentagem do montante de negócios, único meio de exercer um controlo efectivo;

- um regime de interrupção publicitária preciso e comum para as obras cinematográficas e telefilmes.

O projecto de relatório apresentado no plenário do Parlamento Europeu, largamente emendado, foi aprovado na Comissão de Cultura por 27 votos contra 10 e uma abstenção. Esta confortável maioria não esconde a polémica travada (foram votadas 225 emendas) e a divisão de opiniões sobre a matéria, a ponto dos dois relatores - Gerardo Quecedo (do PPE, espanhol) e Karsten Hoppenstedt (do PPE, alemão) - se contarem entre os que votaram contra. Um facto que não impediu a presidente da Comissão, Luciana Cas-

Origem dos filmes difundidos por 47 canais de TV de 9 países da União Europeia em 1994



Fonte: Observatório Europeu do Audiovisu



EM FOCO

opa

tellina, de se congratular pela ampla maioria alcançada, sobretudo porque ela ultrapassa em muito as habituais clivagens entre esquerda e direita do PE. Com efeito, deputados de todos os grupos políticos pronunciaram-se pela clarificação e reforço coerentes do projecto de revisão da directiva da Comissão, sendo o resultado final o fruto de um ano e meio de trabalho da comissão das *medias* que, por três vezes, ouviu os operadores dos sectores interessados.

O que está em jogo

Para compreender a importância do que está em jogo com a directiva "Televisão sem Fronteiras", importa ter presente alguns aspectos:

- A importância do audiovisual para a coesão social, a memória histórica, a formação do cidadão, o seu efeito positivo ou negativo na educação das crianças;
- A importância económica do sector audiovisual, em crescimento acelerado;
- A prática inexistência de instrumentos comunitários (o principal, o programa Media para apoio ao cinema, conta com o montante irrisório de 300 milhões de ecus para um período de quatro anos, ou seja, o mesmo que a Comunidade gasta em ajuda aos produtores de tabaco em apenas um ano);

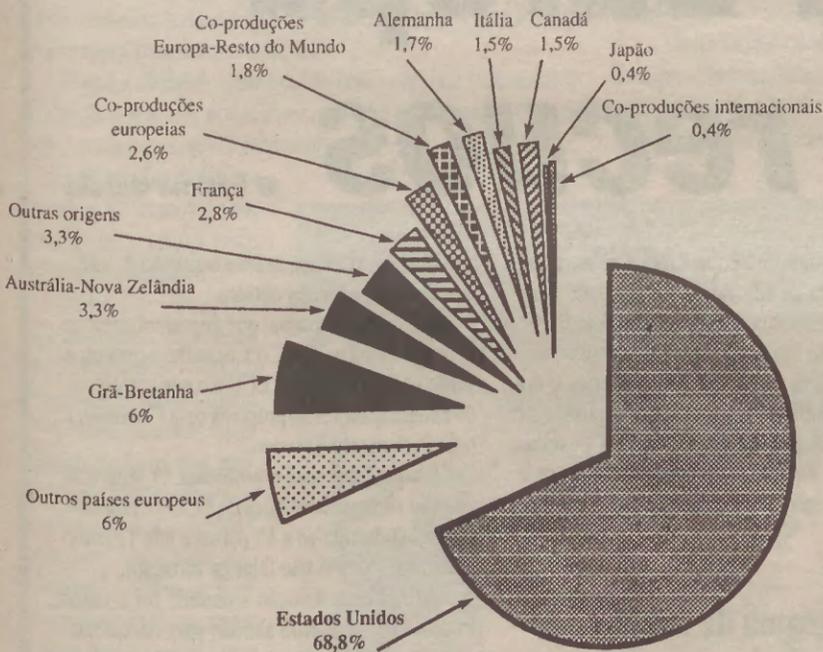
- O domínio absoluto do mercado pelo aparelho produtivo americano, que dispõe de enormes vantagens, designadamente o domínio da distribuição na Europa, reforçada pela construção de salas *multiplex* onde os filmes americanos têm naturalmente a prioridade; e o domínio ao nível da produção (graças ao enorme mercado anglófono, os filmes americanos são amortizados antes de chegar à Europa, pelo que existe uma espécie de *dumping* que permite que os filmes sejam vendidos a baixos preços às cadeias comerciais, o que explica a forte animosidade destas às quotas que impõem uma maioria de filmes europeus nos seus canais;

- Um inegável potencial de criação na Europa (há um bom número de excelentes filmes que nunca foram mostrados, ao mesmo tempo que os realizadores europeus são obrigados a trabalhar nas redes americanas para que os seus produtos sejam mostrados).

Os quadros que publicamos em anexo dão bem a imagem da situação do audiovisual existente no espaço comunitário. Defender a cultura e a identidade europeias, a diversidade cultural que caracteriza o velho continente, passa sem dúvida pelo repensar do audiovisual. Não se trata, certamente, de fechar fronteiras à "televisão sem fronteiras", mas tão só repor um equilíbrio que liberte os cidadãos europeus do domínio cultural (e económico) a que está sujeito por parte da produção norte-americana.



Origem dos programas de ficção importados por 88 canais de TV da União Europeia em 1994



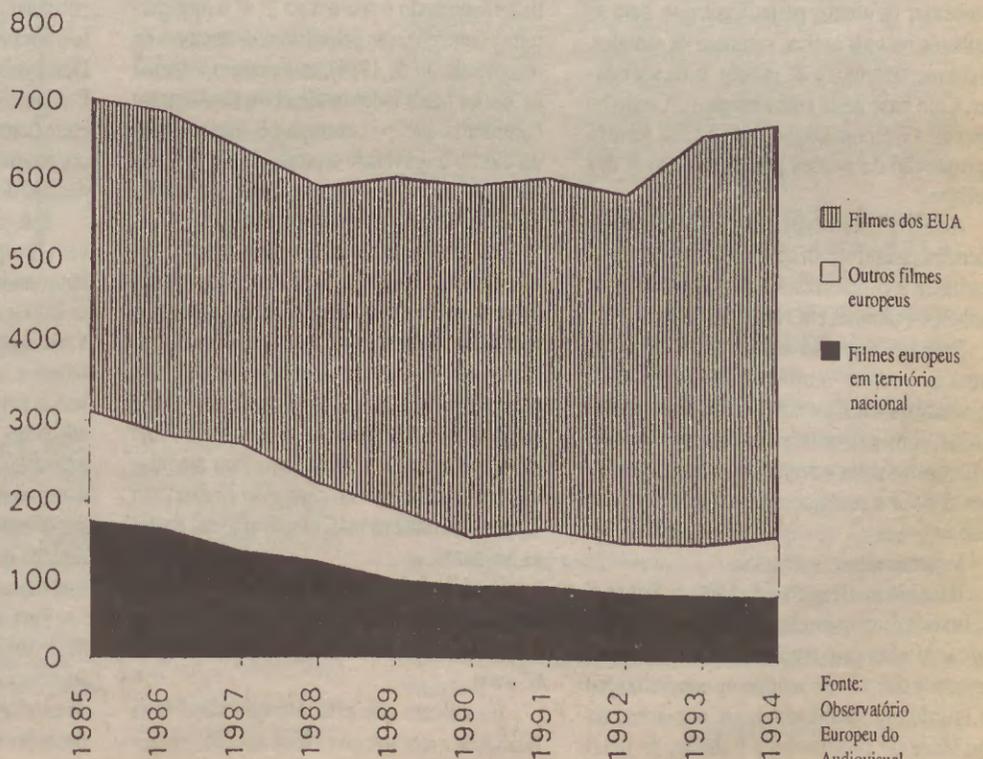
Fonte: ETS/Observatório Europeu do Audiovisual

"Shares" de Mercado segundo a origem geográfica dos filmes (1986-1994)

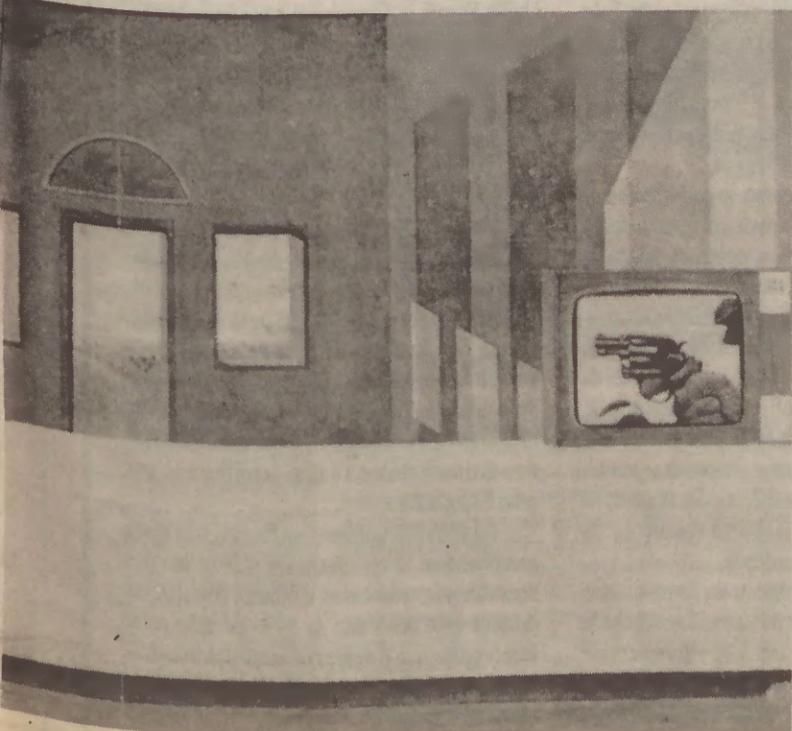
Ano	Nacional	D	FR	Europeu G.B.	IT	Oth.	Estados Unidos	Outros
PORTUGAL								
1989	1,2	3,6	3,6	6	8,2	n.a.	67,4	8,5
1990	2,2	2,6	11,2	7,3	5,8	n.a.	63,5	6,8
1991	2,1	1	6,6	11,5	4,5	n.a.	67,8	5,9
1992	2	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	68,4	29,6
1993	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	97	n.a.
1994	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	95	n.a.

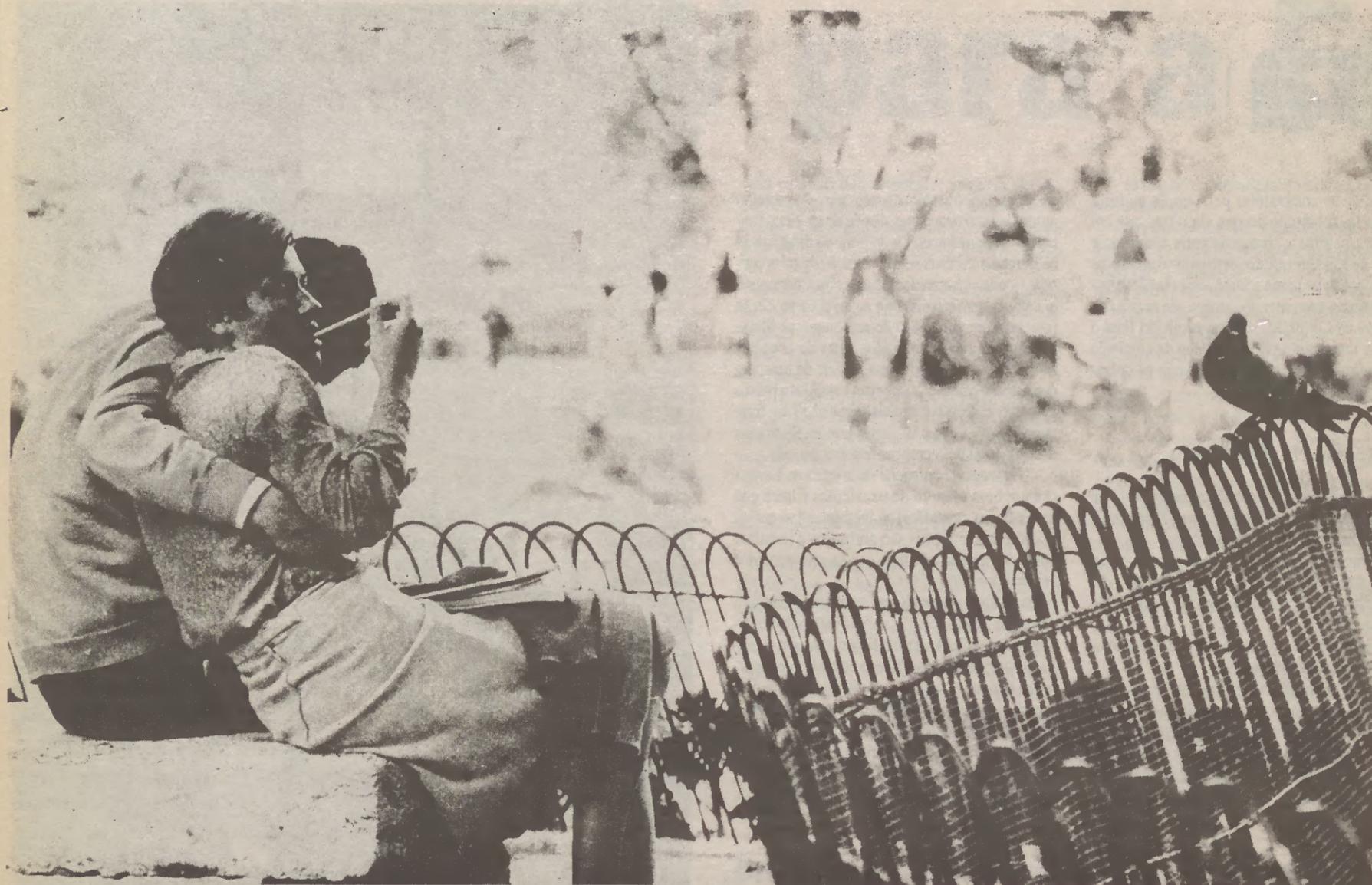
Legenda: D - Alemanha; FR - França; GB - Grã-Bretanha; IT - Itália; OTH - Outros

"Shares" de Mercado e entradas para os filmes nacionais e americanos na Europa (EUR 15 - 1985-1994)



Fonte: Observatório Europeu do Audiovisual





A igualdade na Europa

O direito à igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens

está consagrado na legislação de todos os países da União Europeia, quanto mais não seja por força da Directiva 76/207/CEE aprovada pelo Conselho em 1976.

No entanto, estando o ponto de partida muito aquém deste direito, que é o objectivo a atingir, o Conselho considerou em Dezembro de 1984 «que as normas jurídicas existentes sobre a igualdade do tratamento (...) são insuficientes para eliminar qualquer forma de desigualdade de facto, se simultaneamente não forem empreendidas (...) acções com vista a compensar os efeitos prejudiciais que, para as mulheres na vida activa, resultam de atitudes, de comportamentos e de estruturas da sociedade». Com base nesta consideração, o Conselho aprovou a Recomendação 84/635/CEE relativa à promoção de acções positivas a favor das mulheres.

Ao abrigo destas decisões, alguns Estados-membros mantiveram ou adoptaram legislação destinada à concretização da igualdade entre mulheres e homens em vários domínios.

Fazendo hoje uma análise sobre as consequências para as mulheres destas decisões comunitárias, verificamos que elas têm sido utilizadas, nomeadamente pelo Tribunal de Justiça Europeu e pelos governos dos Estados-membros, a favor e contra a concretização da igualdade.

Vejam alguns exemplos.

Baseado na Directiva de 1976, o Tribunal de Justiça Europeu, em resposta a queixas apresentadas por mulheres, tem exarado Acórdãos que vão no sentido da concretização da igualdade, nomeadamente nas áreas da igualdade de salários para trabalho de igual

valor, igualdade de tratamento na Segurança Social, inversão do ónus da prova. Estes Acórdãos, que fazem hoje parte da jurisprudência comunitária, poderão ser utilizados pelas mulheres nos respectivos países para fazerem valer os seus direitos.

Mas se este é o lado bom da situação, que não devemos de modo algum subestimar, temos também os aspectos negativos.

Esta mesma Directiva, interpretada de uma forma linear, tem levado a que alguns homens tenham vindo também a queixar-se de violação do direito à igualdade quando se vêem perante as «acções positivas».

É assim que, baseado nesta mesma Directiva e ignorando o seu Artigo 2º nº 4 (que permite a concretização pelos Estados-membros da recomendação de 1984), este mesmo Tribunal de Justiça (onde todos os membros são homens) considerou que, por exemplo, é uma violação do direito à igualdade a proibição do trabalho nocturno para as mulheres e a automaticidade na preferência às candidatas femininas.

É evidente que, com as costas quentes por este segundo leque de Acórdãos, há governos de países comunitários que, dando desculpas tortuosas para justificarem a sua política (lembremo-nos do governo Cavaco), aproveitam para tomar medidas de facto contrárias ao que seria de esperar e passando uma esponja sobre a Recomendação de 1984, aprovam medidas não pela igualização no progresso e neste caso a favor dos homens mas, efectivamente, contra as mulheres.

É assim que acabou em Portugal a proibição do trabalho nocturno na indústria e a idade da reforma das mulheres passou de 62 para 65 anos.

É evidente que esta situação não é uma fatalidade e tem solução. Neste sentido, o euro-

deputado comunista Sérgio Ribeiro subscreveu uma Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica em que se considera necessária a alteração da Directiva e do Tratado de forma a permitir as acções positivas.

A Comissão e a Presidência do Conselho (na altura a espanhola) comprometeram-se a estudar uma saída para o problema.

IV Programa de Acção

Finalmente, e vencendo o boicote do governo alemão, o Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais aprovou na sua reunião de 5 de Dezembro de 1995 o IV Programa de Acção Comunitária para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. É a primeira vez que um programa sobre este tema é objecto de uma decisão do Conselho.

Este programa tem como objectivos promover a integração da dimensão da igualdade de oportunidades em todas as políticas e acções; mobilizar os parceiros económicos e sociais para a realização da igualdade de oportunidades, promover a igualdade de oportunidades numa economia em mutação nomeadamente nas áreas da educação, formação profissional e mercado de trabalho; conciliar a vida familiar e profissional das mulheres e dos homens; promover a participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisão, reforçar as condições do exercício do direito à igualdade.

Para atingir estes objectivos, e no quadro deste programa, serão postas em andamento acções que permitam a troca de informações e de experiências, o seguimento das políticas pertinentes e a realização de estudos no domínio da

igualdade de oportunidades e a difusão de informação dos resultados obtidos.

Para este programa, que decorrerá entre os anos de 1996 e 2000, o Conselho aprovou a verba de 30 milhões de ECU's o que corresponde a metade da verba proposta pela Comissão e pelo Parlamento Europeu.

E aqui é que está o problema. O programa anterior custou 32 milhões de ECU's e hoje este programa destina-se a 15 países e não 12 como o anterior (para já não falar na inflação).

Afinal esta redução a metade foi o custo imposto pelo governo alemão para deixar passar este programa que tinha de ser adoptado por unanimidade.

E assim anda a política social por esta União Europeia. Como se já não nos bastasse a Inglaterra que entravava quase todas as decisões nesta área, juntou-se-lhe agora a Alemanha que, com o argumento da subsidiariedade, tem boicotado a adopção dos programas comunitários de luta contra a pobreza e de acções a favor das pessoas idosas.

Mas estas posições não são irreversíveis. Tal como as Organizações de Mulheres alemãs obrigaram o seu governo a recuar no boicote ao programa de acção pela igualdade, temos confiança que os povos dos países comunitários saberão mostrar a sua vontade de mudança. Temos a prova nas centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que nos últimos meses se têm manifestado por essa Europa fora.

Tal como as mulheres em França, que ainda recentemente se manifestaram pela defesa dos seus direitos, também as mulheres portuguesas durante este novo ano de 1996 deverão estar atentas para que o desejo de mudança manifestado em 1 de Outubro venha a transformar-se numa realidade.

■ Fátima Garcia



■ Ruben de Carvalho

Observar a Palestina (I)

Durante cerca de uma semana, mais concretamente entre 16 e 22 de Janeiro, vivi uma experiência com traços de fascinante novidade, não tanto pelo que de inteiramente novo nela se apresentasse, mas pela forma como nela se cruzaram outras experiências e vivências, profissionais, políticas e humanas, que dificilmente se poderia supor que de tal forma iriam coabitar.

Por indicação da Assembleia República, integrei durante aquele período a delegação de deputados portugueses que fizeram parte da equipa de quase seis centenas de observadores internacionais que acompanharam a realização das eleições na Palestina no dia 20 de Janeiro.

Observar...

A própria designação da função - ou antes, o facto de ser eu a desempenhá-la... - gerou-me uma série de sentimentos contraditórios.

Por um lado, não seria a primeira vez na minha vida que me deslocaria aqui ou ali para *observar* um acontecimento. Desde que num distante (ou tão próximo, afinal) Outubro de 1963 me indicaram a «minha» secretária na redacção de «O Século», ao serviço de «O Século», mais tarde da «Vida Mundial» ou depois do «Avante!», muitas vezes tenho deambulado de olhos abertos e bloco no bolso a *observar*.

Não falando da «tarimba» dos acontecimentos domésticos, das centenas e centenas de incêndios, desastres de viação, inaugurações, inundações, colóquios devidamente *observados*, lá andei por Aman - exactamente com a OLP - ou Alma Ata no Kazaquistão, de eleições em França (as últimas que Mitterrand perdeu, em 73...) ao Congresso em que o MPLA passou a Partido do Trabalho, passando por reuniões de fóruns internacionais de Partidos Comunistas e outros...

Só que a *observar*, com um fito bem concreto: o de transmitir depois o que vira aos leitores, o de fazer reportagem, entrevista, em suma, escrever para publicar.

Com tarefas políticas da mais diversa feição, igualmente andei pelo mundo - *observando*...

Andei pelas Festas do «L'Humanité», do «Neues Deutschland», do «Mundo Obrero» *observando* o que se fazia, vendo soluções e experiências, com a mesma atenção com que andei *observando* concertos em Wembley, festivais no Lancashire e aparelhagens no Carnegie Hall. Também *observei* congressos e reuniões de partidos e outras organizações, para saber como ia - e não ia - a política e o mundo, para depois, por cá, trocar impressões, discutir soluções, sugerir ideias, contribuir, fosse para os pavilhões do Alto da Ajuda ou da Quinta da Atalaia, fosse para os programas, as campanhas da luta e do projecto político a que pertencem.

Também aí, está bem de ver, a *observação* tinha um objectivo: havia que fixar experiências e factos, sensações ou impressões, reter leituras e respirar ambientes para enriquecer o trabalho de um grande e colectivo, do seu empenhamento de todos os dias.

Em resumo, *observar* é coisa que tenho feito bastante na vida...

Mas o papel que desta feita me estava reservado continha elementos novos e, em boa verdade, à partida de recorte pouco simpático.

A questão é que está muito perto a memória dos *observadores* americanos que no Vietnam antecederam os B52, a memória dos *observadores* da CIA em Santiago do Chile ou no Panamá. Mas, mesmo que a situação fosse diferente, este estatuto de *observador de eleições* tresanda a ingerência, a arrogância imperial e europeia, a fiscalizante postura de quem «ensina» a democracia a povos principiantes e vagamente selvagens, assentando-lhes depois umas palmatoadas mediáticas em relatórios sobre «irregularidades» e «inexperiências».

E depois, que faz um *observador* destes? Olha? Comenta? Interfere? Sugere? Cala-se?

Lá fui. Em rigor, lá fomos, pois incumbidos de semelhante tarefa seguiram também o deputado socialista Carlos Luís e a deputada de «Os Verdes» Isabel de Castro.

Incorrigível, acabei por achar que de tanta *observação* havia que dar contas... De que aqui ficam algumas parcelas.

... e observar

Naturalmente, a primeira coisa a *observar* era o que se passava. Linhas muito gerais, resume-se a situação da seguinte forma.

No papel que tem vindo a tentar desempenhar-se em todo o Mundo de tutora da solução de conflitos locais, a administração norte-americana promoveu, em Washington, um conjunto de encontros entre governantes israelitas e representantes da Organização de Libertação da Palestina no sentido de encontrar saída para um conflito para o qual a própria opinião pública israelita e dirigentes como Itzhak Rabin e Shimon Peres não vislumbravam alternativa no seguimento da política de guerra seguida até hoje.

Os encontros de Washington enfrentaram duas dificuldades maiores: por um lado, o interesse da própria administração americana no seu desenrolar fizeram deles uma operação mediática nada favorável à discussão de temas tão complexos quanto os que se encontravam sobre a mesa.

Por outro, a situação era manifestamente desequilibrada: o anfitrião americano é consabidamente e desde sempre o sustentáculo essencial do Estado israelita, tal como este é uma peça essencial da sua estratégia no Médio Oriente; o descalabro do campo socialista privou a luta do povo palestino - como tantas outras - de um determinante apoio político.

Nestas circunstâncias - e muito especialmente após a Guerra do Golfo - a OLP tentou encontrar na sua acção diplomática uma quarta presença que de certa forma atenuasse a dupla pressão que inevitavelmente sofria no quadro das negociações de Washington. Reflectindo as contradições do Mundo que vivemos, foi junto da União Europeia - com interesses no Médio Oriente nem sempre inteiramente coincidentes com os americanos - que os palestinos buscaram um quarto interlocutor e é no decorrer deste esforço que conseguem obter a aquiescência de america-

nos e israelitas para prosseguir as negociações discretamente e numa capital europeia.

Deste quadro nascem os acordos Oslo I e Oslo II, negociados na capital da Noruega, país que, à semelhança de outras nações escandinavas, há largos anos mantém relações humanitárias de apoio aos refugiados palestinos.

Os acordos de Oslo traduzem no essencial a aceitação por parte de Israel de entregar a administração palestina (como embrião portanto da constituição de um Estado palestino) os territórios da faixa de Gaza e da Cisjordânia ocupados militarmente durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Esta entrega fez-se mediante a criação inicial de uma Autoridade Nacional Palestina que foi progressivamente tomando conta daqueles territórios à medida que o exército israelita ia retirando; foi fixado um prazo para a realização de eleições para um Conselho Nacional Palestino e um presidente que consagraria esta entrega.

Olhar mais de perto

Os acordos de Oslo - e especialmente Oslo II - não foram bem aceites por todas as forças políticas palestinas que constituem a OLP, algumas das quais acusaram a maioritária, a Fatah de Yasser Arafat, de ter feito cedências excessivas.

Os elementos polémicos são numerosos e a sua importância não é igual para todos os críticos, mas, no essencial, podem alinhar-se dois.

- Em primeiro lugar, a questão do território.

A verdade é que nem mesmo depois das eleições as autoridades palestinas têm inteira autoridade sobre as áreas de Gaza e do West Bank. Oslo II traçou um complexo mapa em que o território palestino é dividido em três áreas (A, B e C), na primeira das quais a autoridade é exclusivamente palestina (as cidades e vilas especialmente), sendo na segunda conjunta de forças policiais israelitas e palestinas (no essencial, as grandes vias de comunicação) e, finalmente, aquelas em que, no interior do território palestino, a autoridade é exclusivamente israelita, correspondendo à cidade de Jerusalém (ver caixa no próximo número) e às áreas dos *colonatos*.

Os *colonatos* são verdadeiras herdades fortificadas que, desde 1967, Israel foi instalando nos territórios do West Bank, ocupando os melhores terrenos e os pontos altos estratégicos. Populações imigrantes (nomeadamente judeus provenientes da antiga União Soviética e de outros países socialistas) foram instaladas nos *colonatos*, dotados de grandes apoios económicos e técnicos e poderosamente armados. Fortemente apoiada pela direita israelita, a política dos *colonatos* gerou uma população característica, ideológica e religiosamente fundamentalista, profundamente fanatizada e contrária a qualquer negociação com os palestinos. Um dramático exemplo é o do assassino de Rabin, criado e educado num *colonato*.

Nestas circunstâncias, é fácil perceber que o «território» palestino parece assim - como o caracterizou um comentarista - um queijo Gruyère cheio de «buracos» (os *colonatos*) onde os palestinos não têm qualquer soberania ou autoridade.

- Em segundo lugar, o facto de nas previstas eleições só votarem os palestinos residentes em Gaza e no West Bank (cerca de 2 milhões de habitantes, dos quais 1,2 milhões de eleitores), deixando de fora os cerca de 4 milhões que a ocupação israelita expulsou, desde 1948 e especialmente depois de 67, das suas terras e que se dispersam hoje pelo Líbano, Síria, Jordânia, Egipto, Magreb e um pouco por todo o Mundo.

Ao longo da sua luta, os palestinos sempre afirmaram a sua identidade nacional e organicamente, para além da formação da frente unitária que é a OLP, criaram o Conselho Nacional Palestino, com representantes de todas as comunidades palestinas em todo o Mundo, e que foi internacionalmente reconhecido como o *parlamento palestino no exílio*.

Objectam os críticos que a aceitação do novo órgão saído das eleições de 20 de Janeiro contraria a própria existência do Conselho, com menor representatividade e ainda com a agravante de ter sido aceite que no prazo de dois meses venha a alterar a Carta Palestina aprovada pelo Conselho. Esclareça-se contudo que a questão essencial desta alteração é o ponto daquele documento em que é recusada a aceitação do direito de Israel à existência enquanto Estado, posição que sempre foi considerada irrealista e inconveniente por muitos apoiantes da causa palestina em todo o mundo.

(conclui no próximo número)



Um dos cartazes de promoção das eleições de 20 de Janeiro na Palestina. É significativo sublinhar que o cartaz visa, para além da divulgação das eleições, tornar claras quatro situações a que se referem os quatro desenhos e que são explicitadas nas legendas: em primeiro lugar, que qualquer pessoa pode ser candidato, independentemente da sua classe ou riqueza; o segundo, que o voto é secreto; o terceiro que a escolha do sentido do voto é uma questão inteiramente pessoal; e a quarta - e talvez a mais significativa, tratando-se de um país muçulmano - que qualquer pessoa pode ser eleita, homem ou mulher. No dia seguinte às eleições, era difícil encontrar um cartaz nas paredes, pois, sendo raros os danificados nos dias anteriores, durante a noite houve em toda a parte uma verdadeira busca de membros das mesas, delegados locais dos candidatos, eleitores em geral para os conservar como recordação



ANOS

«Corre o sangue do povo em Angola!» É a década da guerra colonial, e o «Avante!» dá voz às ideias e sentimentos profundamente anti-colonialistas dos comunistas portugueses.

60

Enfrentando a repressão, as multidões saem às ruas nas grandes cidades, nas fábricas e nos campos registam-se grandes greves vitoriosas, nas escolas e universidades o movimento estudantil cresce e consolida-se.

ANOS

Culminando um longo e heróico período de resistência e de luta antifascista, a Revolução de Abril chega em 1974. O «Avante!» publica o seu primeiro número na legalidade.

70

ANOS

São os anos da contra-revolução e, de novo, da resistência, desta vez em defesa das conquistas de Abril. Pela mão do PS, a política de direita instala-se e parte ao ataque frontal dessas conquistas e dos direitos dos trabalhadores.

80

Grandes greves em Espanha

A grande greve de vários milhões de Andaltes há um mês...



AS LUTAS DE 1 E 8 DE MAIO

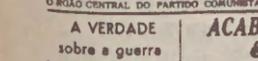
1º de Maio de 1968, mais conhecido como 1º de Maio, foi um dia de grandes manifestações...

O 8 de Maio em Lisboa

A grande manifestação de Lisboa desenvolveu-se sob um clima de grande entusiasmo...

Agitação nota à frente dos partidos esquerdas

Notas de agitação foram publicadas em Lisboa, em 1968, por vários partidos esquerdas...



A VERDADE sobre a guerra

A guerra em Angola não é uma guerra de libertação, como se diz, mas uma guerra colonial...

ACABAR COM A GUERRA DE ANGOLA é um imperativo nacional

O povo não pode continuar a guerra em Angola, que se tornou uma verdadeira catástrofe...

A ciência soviética vai conquistando o espaço

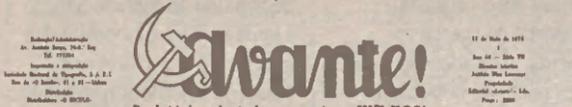
A ciência da União Soviética tem alcançado grandes sucessos no domínio da exploração espacial...

LISBOA AMEAÇADA!

A cidade de Lisboa está ameaçada por ataques aéreos e submarinos da OTAN...

Aproxima-se o 5 DE OUTUBRO

Aproximando-se o 5 de Outubro, o povo português deve preparar-se para a luta...



O «AVANTE!» LEGAL!

O «Avante!» tornou-se um jornal legalizado em Portugal, o que representa um grande avanço...

OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO

A entrada dos comunistas no governo provisório é uma vitória para o povo português...



A Festa que Portugal nunca tinha visto!

A festa do «Avante!» foi uma grande manifestação de capacidade de organização e iniciativa...



PROCLAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SAIR DA CRISE É POSSÍVEL!

Existente uma saída para as dificuldades económicas e financeiras. Existe uma alternativa democrática actual.



GRANDE DEFEITO GERAL

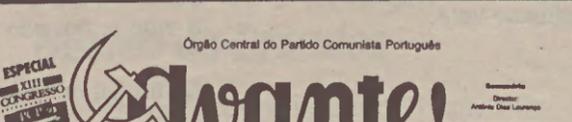
A preparação do greve geral de amanhã constitui já um poderoso movimento de massas...

ANOS

O comunismo morreu? É certo que os regimes socialistas desabam a Leste e que a própria União Soviética, após as esperanças da perestroika, entra em derrocada.

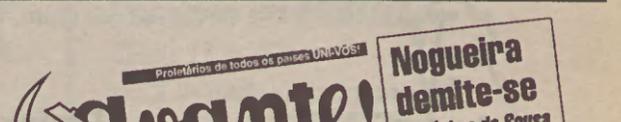
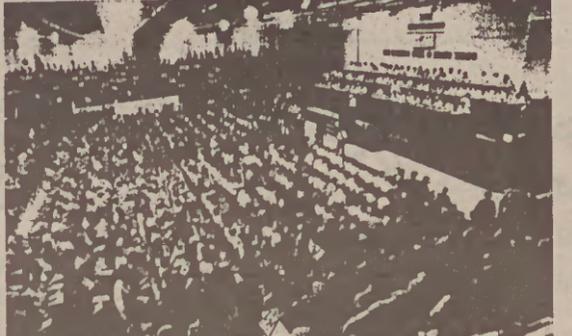
90

Mas certo é também que os valores e ideais do comunismo não se apagam. Há quem, com coragem, determinação e firmeza, resista.



A maior conclusão do XIII Congresso:

Um grande Partido!



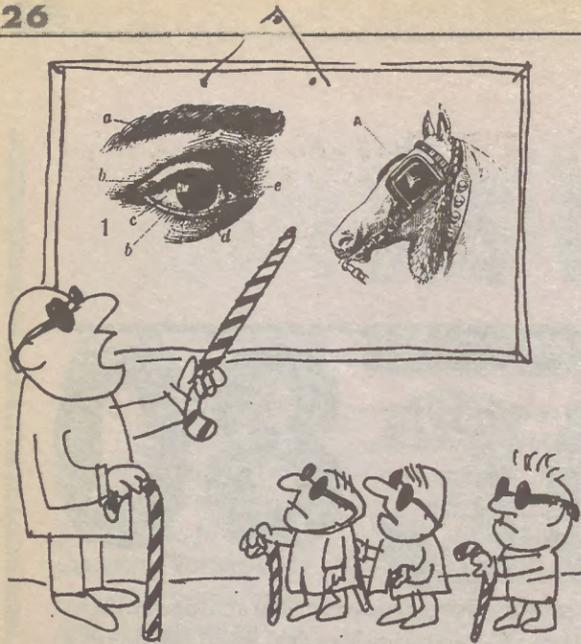
Clara derrota da direita nas Presidenciais

VITÓRIA DEMOCRÁTICA



PONTOS

CARDEAIS



A eterna dúvida

Lá diz o povo que o mais cego é aquele que não quer ver. Isto vem a propósito daqueles bem intencionados socialistas que ficam muito chocados com as justas críticas do PCP ao governo do PS e que acusam os comunistas de estarem a empurrar o Governo para a direita.

Pois aí têm, no «Público» de domingo, o correligionário António Barreto a reconhecer, a propósito do Orçamento de Estado para 1996 que o governo PS acaba de apresentar, que «este orçamento podia ter sido feito pelo PSD.» (sic).

Há dias, na «Prova Oral», foi o Jardim da Madeira a proclamar-se a esquerda do governo PS em matéria de política social e a reconhecer que o recente «acordo de concertação social», especialmente as normas sobre a «flexibilidade» e a «polivalência» vão gerar mais desemprego (o que é, aliás, evidente) e a dizer que esperem pela resposta dos trabalhadores.

Um pouco antes, foi um vice-presidente da CIP que apareceu, numa entrevista ao «Diabo», a propósito do mesmo «acordo de concertação», a tratar o Governo por «nosso amigo».

Reajam, ó bem intencionados socialistas, se não à substância da política que está a ser feita, ao menos a estas ilustrativas tiradas.

Ou quererão continuar na eterna dúvida?...

O contentamento dos patrões

Falando em nome da Associação Industrial Portuense (AIP), de que é presidente, o sr. Ludgero Marques confessou à saída de uma reunião de trabalho com o Secretário de Estado da Indústria, Augusto Mateus, que «gostaria muito que este Orçamento fosse aprovado», acrescentando que a AIP faz uma «análise moderadamente positiva» desta proposta orçamental do executivo socialista, especificando o que, no seu ponto de vista, são os aspectos negativos - a cobrança antecipada do IVA - e os positivos - o plano das privatizações. Questionado pelos jornalistas sobre o «aspecto negativo» apontado pelo sr. Ludgero, o Secretário de Estado apressou-se a tranquilizar o patronato lembrando que, até à conclusão do texto orçamental, «pequenos acertos podem ainda ser feitos», designadamente em

matéria «fiscal». É comovente, esta alvorçada solicitude dos novos governantes para com os gostos e exigências do patronato. E é significativo o apoio entusiasmado deste às decisões governamentais. Com o patronato tão satisfeito, quem irá ficar triste com as medidas governamentais em curso?!...

«Serviço público» e Desporto

Quem por acaso tenha visto o programa «Atlanta 96», transmitido no passado Sábado à tarde na TV2 a propósito dos próximos Jogos Olímpicos de Verão, terá ficado surpreendido com as perspectivas animadoras e mesmo o optimismo que alguns responsáveis nacionais alimentam, baseados aliás em excelentes resultados ultimamente alcançados pelos nossos jovens desportistas (perante o generalizado silêncio dos mass media) em disciplinas que até agora se julgava estarem fora do nosso alcance. E a surpresa é tanto maior



quanto, a julgar pelo que habitualmente as várias TVs nos dão a ver, até parece que o único desporto que se pratica no nosso país é o futebol. Ainda neste último fim-de-semana, por exemplo, não apenas o «Domingo Desportivo» como também o chamado «Segunda Parte» (ambos ocupando muito mais de duas horas cada, na mesma TV2) preencheram a esmagadora maioria do seu tempo com os resumos, os golos e os prolongados discorreres sobre as várias incidências das partidas de futebol. A coisa foi ao ponto de o editor do primeiro daqueles programas ter deixado para o fim pouco mais de minuto e meio (!) para «despachar»

algumas rápidas imagens de outros acontecimentos desportivos («à margem do futebol», segundo a reveladora expressão do apresentador), como o basquetebol, o andebol e... um torneio de natação na Alemanha onde jovens nadadores portugueses tiveram o descaramento de, não dando um pontapé na bola, arrancar algumas medalhas de bronze!

Bandidos à luz do dia

A revista do «Público» do passado domingo dedicava uma luxuosa e bem urdida reportagem à organização terrorista do MDLP, criada nos alvares da Revolução de Abril para a combater em nome do anticomunismo. Nela pontificavam dois antigos operacionais do MDLP que, posando a cores uma pachorrenta prosperidade, desfiavam alegremente as suas aventuras. Um tinha sido chefe de brigada da PIDE e o outro legionário. Gente ótima, como se vê - tão boa que os organizadores da contra-revolução, o general Spínola, fugido no Brasil, e Alpoim Calvão, escondido em Espanha, os arregimentaram para os crimes que iam seguir dentro de momentos. E lá contam eles, nostálgicos de si próprios, os banhos de sangue que congeminaram para incendiar o País de Norte a Sul numa guerra civil devastadora, bem como os crimes efectivos que praticaram. Bem pode esta gentalha impar agora na impunidade com que as vicissitudes da democracia portuguesa os deixou e aos seus crimes, afivelando máscaras de digna normalidade. Tanto para os seus contemporâneos como para a História, nunca passarão de bandidos, agora à luz do dia...

Michael Jackson e os traficantes

O cantor norte-americano Michael Jackson quis gravar um *video clip* numa favela do Rio de Janeiro para ilustrar o seu último álbum subordinado ao sugestivo título «Eles não se preocupam connosco». As autoridades brasileiras recusaram-lhe a autorização para o fazer, argumentando que se a andrógena «estrela» queria ilustrações de miséria podia muito bem ir procurá-las aos «guettos» do seu próprio país, os EUA. Vai daí Michael Jackson não esteve com meias medidas: pagou aos narcotraficantes que dominam a favela do Morro Dona Marta e estes trataram de tudo: a instalação no morro com direito a camarim numa das casas do chefe, a segurança do cantor, da sua equipa e das filmagens, os figurantes necessários, etc., e tudo correu com tal normalidade que nem a venda da droga foi interrompida... O que vale aos favelados do Brasil é haver norte-americanos como o Michael Jackson a «preocupar-se com eles»...

PONTOS NATURAIS

Vultos Sequeira

Voltaste novamente ao ácido muriático

voas com ele colado às asas (anda um calor a pão um sabor a planície)

e desenhas um passe de muleta perfeito na memória das nuvens

trespassa-te o touro mas tu já estás demasiado longe das pequenas coisas



Muito Pessoal

A.

Ainda não sorris quando alguém se aproxima. Lógico. Sabes lá com quem estás metida. Quando chegamos a um país [desconhecido] todo o cuidado é pouco.

De confiança é o seio e a grande mão pousada na tua cabeça.

O resto, depois se verá.

Elvira

Setenta anos os cabelos todos brancos.

— Olá, pequena — diz-lhe o futuro acenando da porta.

A formiga continua o seu trabalho como se tivesse mais em que pensar.

Carlos, Presidente da Vidigueira

Passaste há dias na televisão.

Encosto a vida às vezes ao ouvido e ouço o teu nome.

Este postal é só p'ra te dizer que o vento leva o pólen até onde, até quando a própria flor não sabe.

Como é que vai o sonho por aí?

Tu estás famoso. (É a opinião do meu televisor)



Uma caneta

Não sei quem era. Sei que se acercou de mim e disse: — Posso abraçá-lo? (Um abraço. Rua de Santa Catarina - Porto oito de Fevereiro)

Eu, custou-me a arrancar. Acabei por entrar numa papelaria comprei uma caneta.

(Por acaso esta como facilmente se nota).

Mário Castrius

AGENDA

Encontros e plenários de militantes

LISBOA

Reunião no CT Vitória das organizações das Freguesias da Zona Norte de Lisboa, dia 16 de Fevereiro, às 21 horas.

Plenário de militantes do Sector Ferroviário da ORL, dia 23 de Fevereiro, pelas 18 horas, no CT Vitória.

PORTO

Encontro de militantes no Centro de Trabalho de Paranhos para apresentação e debate do Plano de Trabalho/1996: dia 17, sábado, às 17h.

ODEMIRA

1ª Assembleia da Assembleia da Organização da Freguesia de Saboia do PCP, dia 16 de Fevereiro, sexta-feira, às 20h30, no salão da Casa do Povo.

1ª Assembleia da Organização da Freguesia de Santa Clara a Velha do PCP, dia 16 de Fevereiro, sexta-feira, pelas 20h, no salão da Casa do Povo.

1ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Martinho das Amoreiras do PCP, dia 17 de Fevereiro, sábado, pelas 17h, no salão da Sociedade Recreativa da Aldeia das Amoreiras.

1ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Luís do PCP, dia 17, sábado, pelas 17h, no salão da Junta de Freguesia de S. Luís.

SETÚBAL

Plenário de Quadros da Freguesia de S. Sebastião, dia 17 de Fevereiro, sábado, às 15h no Centro de Trabalho do Edifício Arrábida, em Setúbal.

SEIXAL

Plenário de Militantes em Fernão Ferro, dia 17 de Fevereiro, sábado, pelas 17 horas.

Plenário de militantes em Amora, dia 24 de Fevereiro, sábado, às 16 horas, no CT de Amora.

Plenário de militantes em Corroios, dia 24 de Fevereiro, sábado, pelas 15 horas, no CT de Corroios.

SINTRA

Reunião de militantes em Massamá, dia 21 de Fevereiro, quarta-feira, pelas 21.30, nas instalações da Junta de Freguesia (Parque Salgueiro Maia) em Massamá.

Reunião Plenária da Célula da Fábrica da Tabaqueira, dia 23 de Fevereiro, pelas 17.30, na garagem do camarada Lacerda.

JCP

Iniciativas no quadro da preparação do

V CONGRESSO DA JCP



Braga - Exposição sobre Timor Leste, com debate: entre 19 e 23 de Fevereiro. Reuniões preparatórias do Congresso em Braga e Famalicão, no dia 17

Lisboa - Debate sobre «Intervenção da JCP» no CT Vitória: sábado, dia 17

Olhão - Debate sobre «Problemas ecológicos» no Auditório Municipal: sábado, dia 17

Pias - Debate sobre «Tropas portuguesas para a Bósnia - porque?»: domingo, dia 18

Lisboa - Debate-convívio sobre «Política Educativa», preparatório do Plenário Nacional do Ensino Secundário: segunda-feira, dia 19, às 15h, na sede nacional da JCP.

Beja e Gaia - debates-convívios sobre o mesmo tema: dia 17

Lisboa

II ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA AJUDA DO PCP

17 de Fevereiro, sábado, às 15h, na Com. de Reformados da Ajuda (CURIFA), Calçada da Ajuda com a participação de JOSÉ CASANOVA.

Debate sobre

novo processo de regularização de imigrantes

Promovido pela Frente Anti-Racista, realiza-se no dia 15 de Fevereiro, a partir das 19.30, na Casa da Paz (Rua Rodrigo da Fonseca, nº 56 - 2º, em Lisboa) um debate sobre a necessidade de abertura de um novo processo de regularização dos imigrantes no nosso país, iniciativa promovida pela Frente Anti-Racista. Participam na iniciativa, aberta a todos os interessados, diversas associações de imigrantes, sindicatos e movimentos anti-racistas. Participam também os deputados António Filipe, do PCP, Isabel Castro, de Os Verdes, e Celeste Correia, do PS.

Debate em Setúbal promovido pela DORS

Setúbal

– Regionalização e Desenvolvimento, novos passos do Poder Local

Sexta-feira, 16, às 21h, no Salão Nobre da CM de Setúbal com a participação de Luís Sá

CDU

IV Encontro de Eleitos da CDU de Guimarães
Sábado, 17, a partir das 15h, na JF de Serzedelo

Pioneiros de Portugal Núcleo da Brandoa



Vamos comemorar o nosso 18º aniversário no dia 18 de Fevereiro.

Com uma festa-convívio com desfile de máscaras no Polivalente da Brandoa, das 15 às 17 horas e para as idades compreendidas entre os 3 e os 13 anos.

Os júris serão constituídos por crianças entre os 10 e os 15 anos.

Haverá lembranças para as primeiras 15 máscaras seleccionadas pelo júri.

No fim do desfile haverá um lanche na Casa do Pioneiro.

Dinis Miranda

A Comissão Concelhia de Évora do PCP convida os militantes e simpatizantes do PCP e outros democratas a participar na romagem que assinala o 6º aniversário da morte do camarada Dinis Miranda, sábado, às 12h, no Cemitério dos Remédios.

65.º Aniversário do "Avante!"

Iniciativas comemorativas promovidas pelas organizações do PCP

Debate em VENDAS NOVAS,

sexta-feira, 16, às 21h com a participação de Carlos Brito:

«A Imprensa partidária e a Comunicação Social»

Debate em ALPIARÇA,

sábado, 17, às 21h no CT do PCP com a participação de Aurélio Santos:

«"O Avante!" na luta do PCP»

Matança do porco em BORBA,

sábado, 17, às 13h no Centro de Trabalho com a participação de Anabela Fino

Debates no distrito de BRAGA,

com a participação de António Dias Lourenço:
«O "Avante!" na vida do Partido. Ontem e hoje»
- Braga - sexta-feira, às 21h30, na Casa dos Crivos
- V. N. Famalicão - sábado, às 15h, na Casa da Cultura
- Barcelos - sábado, às 21h30, na Academia de Música

Jantar-convívio

em CONDEIXA-A-NOVA,

sexta-feira, 16 no CT do PCP com a participação de Sérgio Teixeira

Debate

em MONTEMOR-O-NOVO,

sexta-feira, 16, às 20h30 no CT do PCP com a participação de Leandro Martins:
«A Imprensa do Partido»

Convívio no PORTO,

sábado, 17, às 17h no CT de Barão de S. Cosme, com a participação de Vidal Pinto.

Com discussão da situação política, entrega dos novos cartões do PCP, aniversário do "Avante!"

Almoço-convívio

em VILA FRANCA DE XIRA,

domingo, 18, às 13h no CT de A-dos-Loucos com a participação de Carlos Brito

Encontro-Debate

em VILA NOVA DE GAIA,

sábado, 17, às 15h no Salão Nobre da Assembleia Municipal, com a participação de Ruben de Carvalho:
«A Comunicação Social neste fim de século e a intervenção dos comunistas na Informação»

TELEVISÃO

Quinta, 15

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.30 Tudo pelos Outros
22.30 No Trilho do Nuclear
23.25 Murphy Brown
23.55 24 Horas
00.25 Remate
00.35 Critters 4: O Último Ataque

TV 2

16.30 Desporto de A a Z: Atletismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.15 Musical: «Beat Special» - VI
20.10 A Mulher do Sr. Reitor
21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Os Inocentes de Mãos Sujas

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Tralalhões
22.15 Táxi
23.15 A Noite da Má Língua
00.30 Último Jornal
00.50 Frankenstein Revisitado

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Círculo do Poder

Sexta, 16

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.15 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil/Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.30 Tudo pelos Outros
22.30 No Trilho do Nuclear
23.25 Murphy Brown
23.55 24 Horas
00.25 Remate
00.35 Critters 4: O Último Ataque

TV 2

16.30 Desporto de A a Z: Atletismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.15 Musical: «Beat Special» - VI
20.10 A Mulher do Sr. Reitor
21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Os Inocentes de Mãos Sujas

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Tralalhões
22.15 Táxi
23.15 A Noite da Má Língua
00.30 Último Jornal
00.50 Frankenstein Revisitado

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Justiciero
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Círculo do Poder

Sábado, 17

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
10.55 Clube Disney
12.25 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Jornal Jovem
15.00 Polícias do Futuro
15.50 Reencontros
16.35 Paul Mckenna
17.05 Olho Vivo
(Filme de Joel Zwick, EUA-1989. Comédia Policial)
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Benfica-Sporting
22.45 Parabéns
01.05 24 Horas
01.40 Loucuras de Uma Recruta

TV 2

12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Jornada Desportiva
18.00 Jogo Falado
18.30 Para Além do Ano 2000
19.15 O Grande Aldrabão
(Filme de David Butler, EUA-1942. Espionagem/Comédia)
20.55 Trio de Quatro
22.00 TV2 Jornal
22.35 Tribunal de Polícia
23.00 Jornada na 2
00.35 O Malandro Encantador

SIC

09.00 Buêrére
12.30 Portugal Radical
13.00 Primeiro Jornal
13.25 O Juiz Decide
14.25 Top Sic
16.00 Caça ao Tesouro
17.30 Luna Parque
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
00.35 Último Jornal
00.50 Quanto Mais, Melhor

TVI

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Tarde
22.15 Táxi
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.20 Doutores e Engenheiros
17.45 Gigantes da Floresta

Domingo, 18

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made in Portugal
14.10 86-60-86
14.50 A Lei de Burke
15.35 O Jogador
16.30 Os Jacksons - Um Sonho Americano
17.25 Emoções Fortes
17.55 Robocop
18.35 Mr. Bean
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.40 Quem É o Quê?
22.00 Gala «A Noite dos Travestis»

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 O Mar e a Terra
11.50 Regiões
12.50 Euronews
14.00 Para Além do Ano 2000
15.00 Golo Europa
15.30 Jornada Desportiva
18.30 O Homem e a Cidade - «Caseais»
19.00 Quero-te, Mas Deixa-me

SIC

09.00 Buêrére
13.00 Primeiro Jornal
13.25 Vida Selvagem
14.15 Internacional Sic
14.45 Dupla Traição
15.45 O Guarda-Costas
16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.40 007 - Ao Serviço de Sua Majestade

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 Missa
13.05 O 8º Dia
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular
17.40 O Estranho Misterioso

Segunda, 19

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.50 Gala «A Noite dos Travestis» (2ª parte)
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 Agente Jovem, Ordem para Matar

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Contos a Oleo
19.10 De Boa Saúde
19.25 Rotações
20.25 24 Horas para a Morte
21.30 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «The White Room» - 3

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.50 Ai, os Homens!

TVI

10.00 Clube da Manhã
10.50 O 8º Dia
11.20 Momentos de Glória
13.00 Quem Sai aos Seus...
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha É Sua
19.30 Novo Jornal
20.35 esquadrão Classe A
21.35 Fora de Jogo
21.50 Leonard, Grande Espião

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 Novos Ventos
11.30 Rumores
12.00 Fado, Fadinho
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha É Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Don Camilo

Terça, 20

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.50 Roberta Miranda Show
17.50 Pedra Sobre Pedra
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.25 Futebol: Portugal-Alemanha
22.30 Roseira Brava
23.20 A Mulher do Sr. Ministro
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.45 Oba-Oba
01.45 Balbúrdia no Leste

TV 2

16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Contos a Oleo
19.10 De Boa Saúde
19.25 Rotações
20.25 24 Horas para a Morte
21.30 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Ópera: «Les Trois Souhais»
00.35 Coleção Platinum

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.50 Ai, os Homens!

TVI

10.00 Clube da Manhã
10.50 O 8º Dia
11.20 Momentos de Glória
13.00 Quem Sai aos Seus...
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha É Sua
19.30 Novo Jornal
20.35 esquadrão Classe A
21.35 Fora de Jogo
21.50 Leonard, Grande Espião

Quarta, 21

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Um Rapaz e o Mundo
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Império de Cristal
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil/Juvenil
16.45 Dias Úteis
17.50 Pedra Sobre Pedra
19.20 Golo!
20.00 Telejornal
20.25 Futebol: Portugal-Alemanha
22.30 Roseira Brava
23.20 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.10 Remate
01.30 Morri Mil Vezes

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.10 Desafios
20.30 Uma Cidade, Dois Mundos
21.30 Universidade Aberta
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Mundo de Audubon
23.50 Musical - «Lou Reed e Lenny Kravitz»

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Barba e Cabelo
22.15 Casos de Polícia
23.20 Minas e Armadilhas
00.35 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade

TVI

10.00 Clube da Manhã
10.35 Documentário
11.05 Olho Popular!
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha É Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Picket Fences
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 TVI Jornal
00.40 Jornal do Mundo
01.10 Rua Jump, 21



Uma promissora nova série inglesa na TV2, à segunda-feira à noite, com Paul Scofield: «Martin Chuzzlewit».

«A Mulher do Sr. Reitor», em estreia, quinta-feira à noite na TV2

(Don Carlos) Paredes só passa, afinal, na sexta-feira à noite na TV2



«Uma Cidade, Dois Mundos», à quarta na TV2: mals uma «picket fences»?

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Caso Odessa

(Sexta, 22.00, TVI)

Sem ser um filme de superlativa qualidade, *O Caso Odessa* tem ao menos a virtude de se debruçar sobre um caso que faz pensar e que tem origem remota na II Guerra Mundial: em meados dos anos 60, um jornalista tem acesso ao diário de um cidadão judeu que se suicidara e decide investigar os tenebrosos casos de crime, tortura e assassinio relatados nesse diário e perpetrados por um ex-oficial nazi num campo de concentração da Letónia - até que chega à conclusão de que o torcionário é agora o responsável de um complexo industrial-militar internacional.

O Homem do Braço de Ouro

(Sexta, 23.45, TV 2)

Esta é a história terrível de um morfómano que, hesitando permanentemente entre o reconhecimento devido à sua mulher inválida que o



Spike Lee, realizador de «Quanto Mais Melhor», o seu quarto filme

tenta ajudar e a paixão impossível por outra mulher, é impotente para escapar ao círculo da droga. Sem dúvida que pela sua temática e pelo seu tratamento este filme, para além de extremamente poderoso na sua encenação, é uma acto de coragem por parte de Otto Preminger e mesmo que, aos olhos de hoje, possa parecer que ele não foi tão longe quanto desejável na denúncia da engrenagem traficante, não pode ignorar-se que o realizador teve de lutar contra essa outra sinistra máquina que era a Censura. Frank Sinatra, no principal papel, arranca uma das suas mais impressionantes interpretações no cinema, de que é exemplo toda a sequência da tentativa de desintoxicação. Boa partitura de Elmer Bernstein - embora continuemos à espera que apareça um compositor para o cinema com a coragem suficiente para associar aos temas da droga, por exemplo, a atmosfera da «música clássica» em vez do Jazz...

Petúlia

(Sexta, 01.15, TVI)

Shirley Knight e George C. Scott são os dois intérpretes exemplares desta história de triângulo amoroso que Richard Lester encenou com inegável brilhantismo e cuja acção decorre na S. Francisco dos anos 60.

O Malandro Encantador

(Sábado, 00.35, TV 2)

Um poeta anarquista, cada vez mais inadaptado à realidade da sua existência, é forçado pela mulher a entrar para uma clínica psiquiátrica onde, depois de se ter apaixonado pela mulher do seu médico, é vingativamente submetido por este a uma lobotomização. Parece a história de um filme de terror mas, em boa verdade, este filme de Irving Kershner é uma interessante sátira de certo modo inspirada nas comédias clássicas de Hollywood mas que não teve grande êxito junto do público da época, já que então Sean Connery estava irremediavelmente conotado com a sua personagem de James Bond.

Quanto Mais Melhor

(Sábado, 00.50, SIC)

Bastante menos empenhada e amarga do que o filme antecessor *Não Dês Bronca*, há pouco tempo também transmitido pela SIC, diz-se que esta quarta obra do realizador negro Spike Lee sofre da pres-

ção de ter de ser tão boa ou melhor do que a anterior - problema que afecta não poucos realizadores, sobretudo em início de carreira. Mesmo assim, trata-se de uma história interessante em que um músico de Jazz (Denzel Washington), da mesma forma que no fundo hesita sobre se deveria ter seguido esta profissão, acaba também por vaguear entre os amores por duas mulheres. Contado com grande descontração e assinalável conhecimento da paisagem social e física em que a história se desenrola, o filme falha entretanto pela sua longa duração e pela desajustada inclusão de um prólogo e um epílogo não completamente bem resolvidos pelo realizador.

Loucuras de Uma Recruta

(Sábado, 01.40, Canal 1)

Embora inspirado em ante-



Otto Preminger realizador de «O Homem do Braço de Ouro»



Goldie Hawn, Hal Williams e Eileen Brennan, intérpretes principais de «Loucuras de Uma Recruta», de Howard Zieff



Angie Dickenson e Michael Caine, numa cena de «Vestida para Matar», de Brian DePalma



Gary Cooper e John Miljan, dois dos principais intérpretes de «Uma Aventura de Buffalo Bill», de Cecil B. DeMille

riores comédias de tom semelhante em que os protagonistas principais são do sexo masculino, o realizador Howard Zieff consegue com pequenos toques reformular os clichés habituais de tais comédias e, apoiando-se no excelente desempenho de Goldie Hawn, dar corpo a um filme que as referências sublinham ser extremamente interessante. Acontece que já esteve previsto por duas vezes para o

mesmo canal - por exemplo, para a semana passada! Pode ser que seja desta...

Vestida Para Matar

(Domingo, 22.50, SIC)

De que serve a boa maestria oficial, se não somos tocados pelo sopro do génio? Já nos chegaria a simples demonstração do talento. Entretanto, *Vestida para Matar*, um filme apoiado na desenvoltura técnica de uma indústria altamente apetrechada, consegue ser pouco mais, afinal, do que um *pastiche* de Hitchcock realizado por um seu notório admirador (Brian De Palma) e em que a citação reverente dá lugar à cópia descarada - como é o caso da cena da tentativa de assassinio no duche (sacada a *Psico*) com banda sonora e tudo! Fica-nos a perturbação que, por motivos não necessariamente coincidentes, nos transmitem Michael Caine e... Angie Dickenson.

Os Fantasmas Divertem-se

(Domingo, 23.30, TV 2)

Considerado pelo seu realizador, Tim Burton, como «uma versão burlesca de O Exorcista, contada do ponto de vista de dois mortos», este filme ficou célebre, na época, pela desbragada invenção dos seus «efeitos especiais». Trata-se de uma sátira acerca de «a vida após a morte» - um tema caro aos filmes que marcaram o género nos anos 30, como foi o caso dos vários *Topper*: marido e mulher, vítimas de um acidente de automóvel, voltam a casa na sua qualidade de «fantasmas» e ambos ficam espantados com a confusão que por lá vai... Uma boa criação de Michael Keaton, bem acompanhado por Alec Baldwin e Geena Davis e uma série de excelentes secundários, num filme que demora a arrancar mas que se vê com agrado. O realizador, esse, está à vontade nesta atmosfera irracional e absurda. Quanto a si, divirta-se!

Uma Aventura de Buffalo Bill

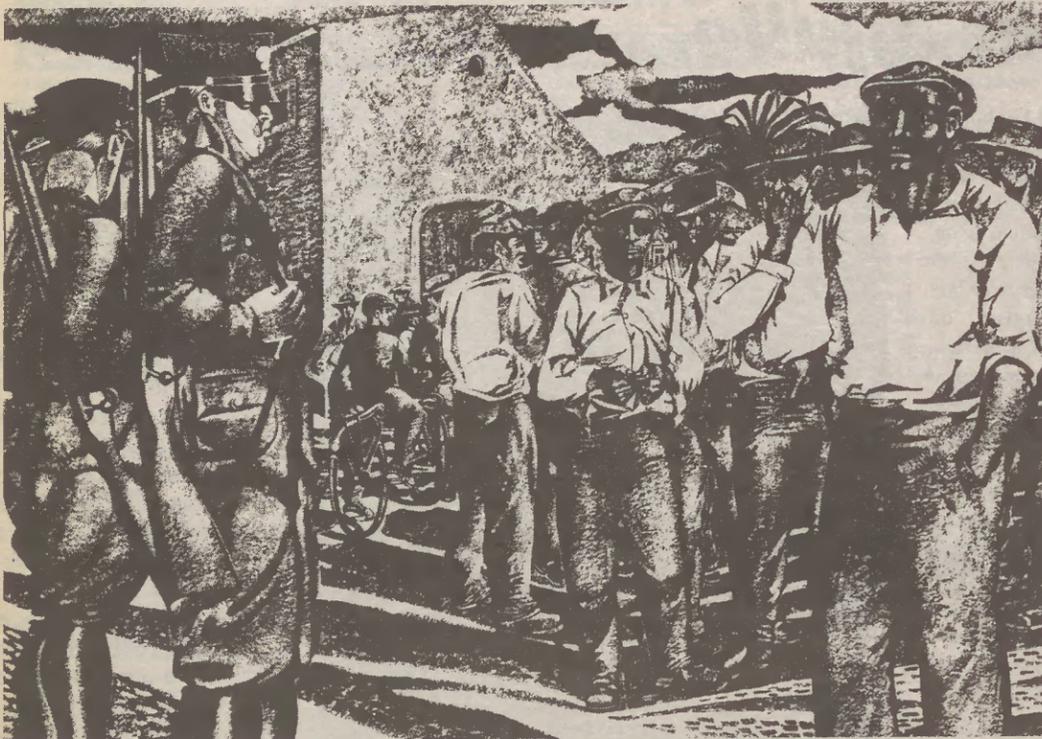
(Domingo, 01.00, SIC)

Após a Guerra Civil, os traficantes de armas, por intermédio de um tal Latimer, tentam vender espingardas de repetição aos índios. Estes atacam um forte e Bill Hickock avisa o general Custer que envia um destacamento em socorro dos sitiados, chefiado por Buffalo Bill. Ao pretender prestar socorro a Calamity Jane, caída em poder dos índios, Hickock é capturado e, para salvá-lo, Jane presta informações àqueles. Libertados, Bill e Jane esforçam-se por salvar o forte. Bill mata Latimer mas é por sua vez morto pelo capanga deste. Considerado um dos cumes do género, esta aventura de Buffalo Bill é um *western* magnífico, com um Gary Cooper em grande forma e espectaculares ajustes de contas em saloons. Mas, ao Domingo, a hora é imprópria para consumo, pelo que se impõe gravá-lo.

Balbúrdia no Leste

(Terça, 01.45, Canal 1)

Bem menos conhecido do que os restantes filmes de Mel Brooks, este *Balbúrdia no Leste* é considerado uma das suas melhores comédias e vai buscar a sua inspiração à clássica história da velha senhora que esconde as suas jóias no interior de uma cadeira da sua casa de jantar - um tesouro que é cobiçado por toda a espécie de gente. O realizador faz aqui uma paródia, por vezes irresistível, aos romances de Dostoievski e ao cinema clássico russo, com um Dom De Luise em grande forma.



«Praça dos homens». Serigrafia clandestina de António Domingues. 1954



«Lutai pela Paz». Desenho a tinta da china de António Domingues. 1952

■ Correia
da Fonseca

Resistências, «resistências»

Um dia destes, olhava eu um dos quatro episódios na mini-série «A Noite da Raposa» e perguntava-me por que diabo, salvo seja, as histórias acerca da Segunda Guerra Mundial, verdadeiras ou de ficção, têm de estar sempre na TV2 onde já se sabe, poucos as vêem. «A Noite da Raposa», que por sinal não tinha nada de particularmente notável, era apenas mais uma história de acção e suspense em doses moderadas, como qualquer outra, distinguindo-se apenas porque algumas das personagens envergavam uniformes das SS ou da Wehrmacht. Quer dizer: aparentemente tinha tudo o que é preciso para passar num canal generalista e culturalmente desambicioso. Contudo, lá estava ela na «2», que é suposto ser cultural.

Será que alguém na RTP imagina que a visão de uniformes nazis indispe os telespectadores? Ou que afugenta os anunciantes? Por mim, confesso, mais me indispe e afugenta o incomparável Marco Paulo, mesmo em traje de passeio, e ele lá continua em nobilíssimo horário do canal principal, mesmo com novas administração e direcção de programas. Por incontornáveis razões, decerto, e não apenas porque aquele job naquele horário convenha ao boy que, de resto, é boy publicamente afecto à comitiva artística do outro senhor, e ainda bem.

Porém, enquanto olhava «A Noite da Raposa» que, como é habitual nestes casos, ia contando um enredo inspirado pela realidade, com nazis e resistentes, clandestinos infiltrados e heroidades civis, ia eu pensando como o tema da resistência contra o nazifascismo continua a ser abordado, mesmo cinquenta anos depois, e recordando que mesmo só a minha acanhada experiência de espectador de Cinema e TV já me proporcionou assistir a obras inspiradas nas Resistências francesa, italiana, holandesa, belga e espanhola, isto para só falar no Ocidente europeu. Enquanto que por cá, nesta terra que

suportou mais que quarenta anos de repressão, que resistiu durante todo esse tempo, que teve vítimas e heróis, a notícia disso tudo parece não ter chegado ainda à Televisão e o Cinema, coitado, cronicamente debilitado, passou pelo tema muitíssimo pela rama, se é que por lá chegou a passar.

Um tesouro e um fastio

Admito que esta reflexão me sobrevinha mais vivamente agora, não apenas por causa de «A Noite da Raposa» mas também por ocorrer mais um aniversário do «Avante!». Nem sou capaz de imaginar, sequer, o que foi a publicação deste jornal ao longo de 43 anos de clandestinidade, com matilhas da polícia política a perseguir-lo com uma pertinácia decerto proporcional ao ódio que a sua corajosa sobrevivência suscitava no poder. Bem se sabe que a extraordinária aventura do «Avante!» é apenas uma das muitas que enformaram a resistência portuguesa ao fascismo, mas neste momento é a que mais se me impõe, por razões de calendário, entre todas as que integram um património de luta que é também um precioso tesouro de temas possíveis para a

TV e o Cinema portugueses. Como é natural, suspeito de que este já longo fastio perante um assunto que por diversos motivos se deveria encarar como imperativo radica na preocupação de não reconhecer aos comunistas, também por essa via, títulos de honra que de qualquer modo ninguém lhes pode tirar, pois bem se sabe que, sem terem sido os únicos resistentes, foram eles que sempre estiveram na primeira linha da resistência e foram os alvos da mais feroz repressão. Sendo assim, porém, mais vale que uma eventual produção da RTP acerca dos anos da Resistência, desde que nela a verdade histórica seja temperada por alguma ficção, inclua entre as figuras de primeiro plano alguma que mais tarde abandone o Partido e se passe para o PPD/PSD, por exemplo. Assim se pagaria o tributo ao pluralismo e, porventura, algum dividendo à deserção, sem se manter num esquecimento grave, quase ultrajante para o melhor da história portuguesa deste século, a gesta dos resistentes. Depois disto, não se diga que a minha sugestão não está eivada de uma boa vontade até excessiva que, receio-o, faz de mim um mãos-rotas nessa matéria.

Vantagens, meios e fins

Será, porém, que à Radiotelevisão Portuguesa repugna, por quaisquer motivos que tenham a ver com um profundo e visceral pacifismo, a abordagem de temas relacionados com lutas de um modo geral e, de uma foram particular, com resistências autênticas ou supostas? A mais superficial experiência como telespectador responde que não mas, no tocante a «resistências» prudentemente grafadas entre aspas (porque, no caso, mais adequadamente

se falaria em invasões ou ocupações coloniais travestidas), uma emissão recente veio confirmar que a RTP tem atenções e simpatias especiais, regulares e tenazes, por certos «resistentes». Estou a pensar na UNITA e em Jonas Savimbi, também conhecido pelo cognome de raiz académica de «Doutor Savimbi», recentemente entrevistado para a rubrica «Reportagem – Actual» de José Barata-Feyo.

Não é a primeira vez, longe disso, que o nome de José Manuel Barata-Feyo surge ligado a iniciativas jornalísticas tendo por tema a UNITA e o famigerado «doutor». Desta vez, a entrevista foi feita por Márcia Rodrigues, já conhecida pela condução por vezes polémica do «24 Horas». Márcia Rodrigues já estaria agora «no terreno», isto é, em Angola, e decerto por isso Barata-Feyo pôde fazer a economia de uma deslocação pessoal e mandar «homem por ele», neste caso mulher, com vantagem pelo menos para o entrevistado porque, não desfazendo, Márcia parece-me ter mais bonita aparência que José Manuel. Acho, de resto, que Márcia Rodrigues teve muita sorte em encontrar o líder da UNITA que, nestes últimos tempos, se tem mantido curiosamente «introuvable».

Contudo, as vantagens da intervenção da jornalista não se esgotaram uma questão de visual. Por várias vezes, Jonas Savimbi debitou flagrantes imposturas, e sempre Márcia lhes ficou indiferente, deixando-as passar sem objecção nem protesto. Vantagem óbvia para Savimbi, que assim viu facilitada a sua falsificação da verdade. Vantagem também para outro jornalista que estivesse no lugar de Márcia, por exemplo Barata-Feyo, que escapou a ter de escolher entre a contradição ao

senhor doutor, inconveniente a vários níveis incluindo talvez o da saúde, e o acatamento da aldrabice, com eventuais consequências negativas para a imagem profissional. Quanto a Márcia Rodrigues, sejamos bons: atribuamos o seu silêncio à conta de timidez ou de um compreensível desconhecimento dos «dossiers».

O que não lhe podemos atribuir, de qualquer modo, é responsabilidade pela escolha deste exacto momento para a transmissão pela RTP de uma entrevista com o patrão da UNITA. Vive-se um momento em que estão muito por baixo não só o prestígio internacional do movimento como também, pelo menos na aparência, as suas perspectivas futuras. Isto mesmo seria sensível, de resto, no próprio discurso de Savimbi, muito voltado para a revalorização de trunfos já caducos. Resta-lhe, talvez, a necessidade de se aguentar cultivando a esperança de uma reviravolta na política externa norte-americana para a África (as eleições presidenciais nos Estados Unidos começam a estar à vista) e, entretanto, ir salvando o possível. Uma entrevista «long size» na RTP não é uma tábuca de salvação mas pode ser, ao menos, reconfortante. Nesta quadro, «Reportagem – Actual» e José Manuel Barata-Feyo parecem ter tido um pleno sentido de oportunidade.

Resta notar que naquela rubrica têm sido incluídos trabalhos de grande mérito, que a credibilizam. Fosse eu muito desconfiado e diria que também neste caso os fins parecem ter justificado e diria que também neste caso os fins parecem ter justificado os meios. Só que, ao contrário do habitual, os meios foram muito bons. Quanto aos fins, se os houve, cada qual os avaliará segundo os seus padrões.

ESCAPARATE



FILMES

A Comédia de Deus

Real: João César Monteiro. (Portugal/1995). Int.: João César Monteiro, Cláudia Teixeira e Manuela de Freitas. Exibição: Lisboa - Condes, King 3, Monumental 1; Porto - Casa das Artes, Sala Bebé.

Um filme português que não pode queixar-se de falhas na divulgação: o Prémio Especial do Júri de Veneza 95 e o destaque dado às entrevistas concedidas pelo realizador/actor são argumentos que contam a favor da manutenção da obra durante várias semanas nas salas de Lisboa e Porto.

Pelo muito que foi dito a propósito deste filme do autor de Recordações da Casa Amarela, há uma coisa sobre a qual não teremos dúvidas: João César Monteiro ocupa já um lugar histórico no cinema nacional e corre todos os riscos de vir a figurar numa galeria de notáveis do cinema europeu. É quase obrigatório ir ver A Comédia de Deus e a história dos gelados Paraíso.

DISCOS

Por este rio acima

Autor: Fausto. CBS Portugal/1984. Reedição em CD/1995. Álbum Duplo.

Na história da indústria fonográfica, a vulgarização dos discos compactos, para além da inovação técnica, trouxe também a possibilidade de tornar disponíveis antigos títulos já desaparecidos do mercado depois de esgotados nas suas edições em vinil. «Por Este Rio Acima» está agora disponível em versão digital, num duplo CD que mantém o alinhamento e a separação de discos do duplo-álbum. Respeitada também, mas adaptada ao formato mais pequeno das caixas dos CDs, é a estrutura da capa do álbum, com as



longas listas dos músicos participantes, faixa a faixa, as letras e as fotografias que fizeram a capa do álbum original. Cuidados que nem sempre acontecem em circunstâncias semelhantes.

Um disco histórico da chamada MPP, tão definitivo que Fausto, quando o viu finalmente sair depois de anos de adiamento, quase «mata», involuntariamente, o género...



Clássicos num cinema

Uma remodelação, um investimento e uma reabertura dão lugar a concretização de uma ideia que é um gesto de ternura feito ao «velho» cinema: o Ávila a funcionar outra vez para exhibir grandes clássicos.

A abertura da nova sala (cuja estreia foi feita com a projecção do musical «Serenata a Chuva» de Stanley Donen e Gene Kelly) é também, na projecção deste segundo filme, uma boa oportunidade para dar uns passos em favor da reabilitação do preto-e-branco que a «cultura televisiva» tem assassinado: quantas vezes vimos alguém mudar o canal da TV quando está a passar um qualquer clássico cinematográfico sob o argumento «já não tenho paciência para filmes a preto e branco»? Trata-se, agora, de uma obra-prima de Charles Laughton - «A Sombra do Caçador», único filme realizado pelo grande actor britânico - que se insere no género clássico do «filme negro» e cuja história é uma das mais angustiantes jamais filmadas: a de um pregador, aparentemente salvador de almas, mas na realidade um obcecado criminoso com sinistros poderes hipnóticos de que a aterrorizada mulher (com um filho e uma filha de um anterior casamento) se torna fervorosa discípula. Último trabalho para o cinema do argumentista James Agee, o filme constituiu a oportunidade para o maior papel no cinema desempenhado por Robert Mitchum. ■ FC

VÍDEOS

O regresso do «matador»

Imperdoável / «Unforgiven» (EUA/1992). Real.: Clint Eastwood. Int.: Clint Eastwood, Gene Hackman. Cor, 127 min. Warner Bros.

Premiado em 92 com 4 Oscars (Filme, Realização, Montagem e Actor Secundário) e nomeado para mais 5 categorias, Imperdoável é o penúltimo filme realizado por Clint Eastwood - um excelente anti-western, embora por vezes padecendo de certa lentidão, em que um antigo e impiedoso «matador» regressa de um longo retiro para um último golpe, a fim de dar sustento à sua família. Diz-se que Clint comprou os direitos para filmar este argumento cinco anos antes da rodagem, tendo esperado atingir a idade que desse maior espessura à sua personagem. Mas se a sua interpretação é rigorosa e impressionante, Gene Hackman suplanta tudo e todos num dos seus mais poderosos papéis de sempre. Uma fotografia fabulosa numa edição videográfica cuidada, em venda directa.



LIVROS



Será Deus o Dr. Freud?

Não se trata de teologia, nem de um ensaio sobre psicanálise. É um divertido texto, apresentado na forma de peça de teatro, da autoria de Y. K. Centeno, publicado recentemente pela editorial «Escritor». Com anjos e serpentes e outras mitológicas personagens, mais ao gosto dos nossos dias - Mulher-Rádio, Mulher-Aranha... Uma peça que o autor chegou a imaginar como ópera-cómica, proposta, por enquanto, apenas à descoberta da leitura.

O Movimento Operário

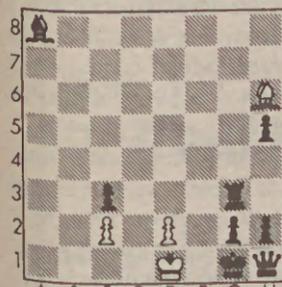
De José Antonio Piqueras, um precioso livrinho editado pela «Campo das Letras», na sua colecção «Campo da História». Uma viagem desde a formação da classe operária, atravessando um tempo de desigualdades. Com datas assinaladas e assinaláveis de uma História que não acabou. O autor é um professor universitário espanhol, especializado no estudo dos movimentos sociais.



XADREZ

DXLVIII - 15 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X009 Por: SAMUEL LOYD [SAM LOYD] Chess Monthly, Maio, 1886

Pr.: [8]: Ps. c3, g2, h2, h5 - Ba8 - Tg3 - Dh1 Br.: [4]: Ps. c2, e2 - Bh6 - Ré1



Mate em 5 lances

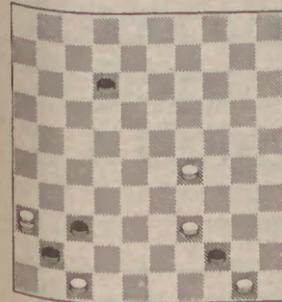
SOLUÇÕES DO Nº DXLVIII

Bg6/Bd5/Bc4, Bb8/B7/Bd6/Bc5, # A. de M. M.

DAMAS

DXLVII - 15 DE FEVEREIRO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D009 Por: HENRI CHILAND - França, 1968

Pr.: [4]: 12-37-41-44 Br.: [5]: 29-(36)-39-47-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXLVII

B. 48, 48, (47-41)-(D) 3, 47-41, (37-42) 4, 48-37, # A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Estrada de Santiago; exprime por gracejo. 2 - Marido de Fátima e genro de Moamet; aspecto; freg. do conc. de Oliveira de Azeméis; bondoso. 3 - Dinheiro (pop.); porto de Roma antiga, perto da foz do Tibre; banhe. 4 - Alcm; círculo; cavalo pequeno de pelo comprido. 5 - Ruténio (s.q.); nota musical; devoção; laço apertado (inv.). 6 - Vinhaço; estroinice; pron. refl. 7 - Receiam; filha de Júpiter rainha dos bosques. 8 - Meio erro; velha cidade universitária espanhola; deus dos rebanhos. 9 - Estás; nota musical; cont. prep. e art.; Cálcio (s.p.). 10 - Socorro; víscera dupla; messe. 11 - Feiticeiro; dinheiro alemão; ligar. 12 - Base aérea; com saúde; olha; mãe do pai. 13 - Célebre compositor italiano autor de «O Barbeiro de Sevilha»; municípios.

VERTICAIS: 1 - Enaltece; vencimento diário de um soldado; paixão. 2 - Entusiasmo; resguardo. 3 - Unio; chupas. 4 - Estão no bolo; animal de abate; pcna. 5 - Antigo soberano persa; famoso; nota musical. 6 - Enguia; apelação; ilha do mar da Irlanda. 7 - Apelido do fundador da cidade do Rio de Janeiro; patroa; Rádio (s.q.). 8 - Horrível; sarracena. 9 - Satélite de Júpiter; saída para fora; mil e cem romanos. 10 - Artéria ladeada de casas; lida; ovário de peixes. 11 - Art. árabe; bocados; prep. 12 - Pão doce; mulher de Henrique VIII, decapitada por adultério; art. espanhol. 13 - Madeira preta e pesada; branquear com cal. 14 - Moças; estacava. 15 - Idolatrei; aquela de que falamos; círculos.

SOLUÇÃO DO Nº ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Quadras; quadros. 2 - Tio; régua; aos. 3 - Vil; lie; fim. 4 - Atas; magro; sapo. 5 - Iró; mão; ora. 6 - Só; ali; ira; em. 7 - Varina; afagas. 8 - Marca; bar; muito. 9 - Adão; furor; adir. 10 - Nós; lesamos; ama. 11 - Cr.; pi; ora; aa; oi. 12 - Cego; coxa. 13 - Vazara; cosera.

VERTICAIS: 1 - Sais; manco. 2 - Ut; trovador. 3 - Aivão; aras; ca. 4 - Dois; arco; pez. 5 - Aliá; liga. 6 - Ar; in; fé; or. 7 - Selam; abuso. 8 - Gigas; arara. 9 - Quero; aroma. 10 - Ua; If; ró; Co. 11 - Oram; são; sãos. 12 - Dais; água; axe. 13 - Romão; Aida; ar. 14 - Os.; préstimo. 15 - Coam; orais.

TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Estreia hoje, 5ª feira: ENFERMEIRA AO DOMICÍLIO, de Miguel Milhura, encenação de Fernando Gomes. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30: COMO SE FOSSE ESSE AMOR, adaptado de uma obra de Marguerite Duras, encenação de Sofia Ferrão e David Dias, pela Comp. de Teatro Praga.

ESTRELA 60

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 17.00. MÃO CHEIA DE NADA, de Irene Lisboa, encenação de João Brites (até fim de Fevereiro).

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa).

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. SPLENDID'S, de Jean Genet, encenação de Luís Miguel Cintra.

TEATRO ESTÚDIO DE MASSARELOS

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30. NÃO MATEM O MANDARIM, adaptação do texto de Eça de Queiroz, encenação de José Leitão, pelo Teatro Art'Imagem.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olivai Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. UMA LIÇÃO

DOS ALOÉS, de Athol Fugard, encenação de José Peixoto, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 5ª a dom. às 22.00: SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, MARIA, de Maria do Céu Ricardo, encenação de Miguel Abreu (até 25 de Fevereiro). - Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo, R. Sá de Miranda. Tel 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. A ILUSTRE CASA, de António Torrado, inspirado no romance de Eça de Queiroz, encenação de Jorge Castro Guedes, pelo Teatro do Nordeste (até sábado).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Estreia, hoje, às 21.30: AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. SHIRLEY VALENTINE, de Willy Russell, encenação de Joaquim Benite, com Guida Maria. - De 3ª a 6ª às 18.30, sáb. 15.30. CARTA A UMA FILHA, de Arnold Webster, encenação de Manuel Cintra, com Guida Rainho.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. WOYSECK, de George Büchner, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez, pelo grupo Os Satyros (até domingo).

INTERNET



Uma enciclopédia na «rede»

Se o leitor já viaja à vontade no «ciberespaço», aconselhamos-lhe uma visita à Home Page da prestigiada Enciclopédia Britânica, agora «on line». O endereço é <http://www.eb.com/> e ali poderá colher informações preciosas sobre os custos dos serviços. Há condições para utilizadores individuais mas também para empresas, bibliotecas, estabelecimentos de ensino secundário e universidades. «De borla», é um período de experiência de 7 dias que quase nem chegam para experimentar e deixam a água a crescer na boca...

ATALHE DE FOICE

Os magníficos capitães

«Não é técnico da empresa responsável?», perguntava há dias a reportagem da TVI, junto à cratera aberta na zona de Sacavém pelos construtores da nova ponte sobre o estuário do Tejo que vitimou duas crianças no passado fim-de-semana.

«Não confirmo nem desminto», respondeu o técnico debaixo dum boné de pala tipo americano, desportivo à brava.

«Mas não veio aqui para avaliar as condições técnicas do local?», insistia a repórter, que momentos antes ouvira um afilto Secretário de Estado a decidir que as obras iam ser embargadas até se resolver o realojamento das famílias que habitam perto das obras.

«Não lhe presto declarações de qualquer tipo», cortou o técnico virando as costas e afastando-se, supomos que sobre uns ténis da mais sofisticada linha NBA, arrumando a questão com a frieza a que nos habituou o viveiro de yuppies tardios que o cavaquismo implantou no País. Mas apesar de chamado à colação, o significativo deste diálogo não assenta nos ombros do expedido técnico.

Afinal de contas, o homem não passa disso mesmo, e no capitalismo à vara larga as peças não falam, cumprem as tarefas para que foram adquiridas - sejam quadros técnicos ou operários, investigadores ou guindastes.

Vamos a ver é se o «não confirmo nem desminto» não lhe cai ainda em cima como reprimenda pela meia admissão duma identidade para que obviamente não estava mandatado...

E aí é que bate o ponto.

É concebível a Luso-Ponte, o consórcio internacional responsável pela construção desta controversa obra cavaquista, limitar-se a mandar um técnico para o local do drama acabado de ocorrer?

Prolongando a pergunta, é admissível os responsáveis da Luso-Ponte não terem sentido a obrigação de deslocar ao local - além do técnico necessário para uma primeira análise das causas físicas do acidente - alguém capaz de assumir responsabilidades, ao menos de dar a cara pelo consórcio e, nesse elementar acto, manifestar mágoa pela tragédia objectivamente decorrente das obras que dirigem?

As perguntas são retóricas, porque as respostas estão explícitas em todo o comportamento de quem manda na Luso-Ponte.

Um comportamento que começou pelas orelhas moucas que os responsáveis do consórcio dedicaram às advertências feitas desde há sete meses pela Câmara Municipal de Loures sobre os perigos daquelas profundas movimentações de terras junto a uma população numerosa e fragilizada, e que continuou na ausência do reforço da segurança ao mesmo tempo solicitado pela autarquia.

Bem pode a Luso-Ponte enviar agora batalhões de especialistas. Façam os inquéritos que fizerem, tirem as conclusões técnicas que entenderem, esta tragédia foi determinada, a prazo, pela inconcebível incuria do consórcio multinacional.

Uma incuria agravada por dupla expressão: a que resulta da desfaçatez da Luso-Ponte em realizar trabalhos sem garantir todas as medidas de segurança a que está moral e legalmente obrigada, e a que se acrescenta na arrogância com que não atendeu as advertências e solicitações duma entidade pública responsável como é uma Câmara Municipal.

Daí que seja lógico, por parte da Luso-Ponte, tanto o envio de um simples técnico como a ausência de um seu responsável no local do acidente.

Para a iniciativa privada, as coisas tratam-se «tecnicamente» - mesmo que sejam incompetentemente tratadas - e os acidentes mortais não são dramas humanos que se devem prevenir e acompanhar, mas contratemplos de produção com custos a minimizar.

Quanto a prestar contas, só no Tribunal dos Lucros. São estes magníficos capitães do desenvolvimento que a herança do consulado cavaquista nos deixou por aí à rédea solta, no imenso latifúndio das privatizações e da «livre iniciativa».

Infelizmente, o actual Governo não parece apostado em mudar este estado de coisas.

Com uma diferença.

Manifesta ter muita pena das vítimas.

■ HC

A uma semana da assembleia de credores Vidreiros da MP Roldão criticam silêncio do Governo

No final da marcha dos trabalhadores da Marinha Grande até Leiria, segunda-feira, o Governador Civil acabou por confirmar que não há vontade de aceder à criação de uma linha de crédito para a exportação.

«Só o nosso protesto, só a nossa viva recusa, poderão impedir o pior» - alerta o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, num comunicado que começou anteontem a distribuir à população da Marinha Grande e no qual apela «a todos os marinhenses para, mais uma vez, cerrarmos fileiras em defesa da nossa economia local e em defesa dos direitos dos trabalhadores».

Depois de reconhecer que a solidariedade do povo da Marinha tem sido importante «para a defesa do sector cristaleiro e particularmente da empresa Manuel Pereira Roldão, contra o seu encerramento e pelo pagamento dos salários em atraso», o sindicato diz ter «a sensação de que o Governo, depois das promessas eleitorais - que não devia



Um ano depois de terem levado o seu protesto até à residência oficial do primeiro-ministro (na foto), ocupada então por Cavaco Silva, os vidreiros vêm-se novamente forçados a retomar a luta nas ruas pelos salários e o emprego

ter esquecido tão depressa - se prepara agora para lavar as mãos como Pilatos».

Para o sindicato vidreiro «é inadmissível o silêncio governamental», quando está marcada para a próxima quinta-feira a decisiva assembleia de credores da MP Roldão.

Foi a «consciência do eminente e real perigo de os trabalhadores serem confrontados com a decisão do encerramento

da empresa», no dia 22, que suscitou o reinício da luta, com uma marcha a pé, na segunda-feira passada, até ao Governo Civil de Leiria, «onde foi confirmada mais uma vez a ausência de respostas face aos problemas e à situação dramática que já se vive».

Para amanhã de manhã, está convocado um plenário de trabalhadores, afirmando o comunicado que o sindicato e os tra-

balhadores «não podem ficar de braços cruzados face às negras expectativas que se apresentam», agravadas pelas «conhecidas intenções» de efectuar mais despedimentos na Ivima, outra importante unidade industrial marinhense.

Desacordo...

A delegação de Faro do sindicato da Função Pública acusou anteontem o Governo de tentar despedir trabalhadores com vínculo precário «à revelia do acordo celebrado» em Janeiro com a Frente Comum de Sindicatos.

Em comunicado citado pela Agência Lusa, afirma-se que, «pouco mais de 15 dias volvidos sobre o acordo, o Governo procede à sua violação, de forma unilateral, ao iniciar a tentativa de despedimento de trabalhadores contratados a termo certo e em regime de recibos verdes».

A direcção distrital do sindicato protesta veementemente contra esta grosseira violação do acordo e exige a cessação imediata das tentativas de despedimento em curso em alguns centros de saúde e na Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

Faleceu Manuel Sobral

Realizou-se, ontem, para o cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em Setúbal, o funeral de Manuel Sobral, membro do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

Falecido na passada segunda-feira, após prolongada doença, o seu corpo esteve em câmara ardente na casa mortuária da Capela da Av. Bento de Jesus Caraça, na Freguesia de S. Sebastião.

Manuel Sobral contava 51 anos, era natural de Grândola e residia em Setúbal há longos anos.

Membro Partido desde 1972, trabalhou na TAP como comissário de bordo e foi funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da Assembleia Municipal de Setúbal, tendo sido eleito para o Comité Central do PCP no 8º Congresso, realizado em 1976.

Entre 1988 e 1990 integrou a Comissão Políti-

ca do Partido, cargo que voltou a desempenhar entre 1992 e 1995, até que por força do agravamento do seu estado de saúde, manifestou o desejo de deixar de exercer aquelas funções.

Membro da DORS desde 1974, organização de que foi responsável durante vários anos, dedicou o melhor das suas capacidades ao trabalho do PCP, à defesa dos interesses dos trabalhadores, à concretização dos ideais da liberdade, da democracia, do socialismo.

Expressando profundo pesar pela sua morte, o Secretariado do CC do PCP e a DORS apelaram à participação nos actos fúnebres. Esteve presente uma delegação da direcção do Partido.

O camarada Manuel Sobral era companheiro de Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central, e pai de Joana Araújo Sobral, a quem o «Avante!» apresenta sinceras condolências, bem como à restante família.

Suspensa greve na Borealis

O administrador-delegado da Borealis comprometeu-se a apresentar dia 21 uma nova proposta de revisão salarial e demais matérias reivindicadas pelos trabalhadores, o que levou a comissão negociadora sindical a suspender as greves marcadas para ontem e amanhã.

Ao anunciar anteontem esta decisão, a federação da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás adianta que a nova proposta «consubstancia a aceitação de um conjunto de reivindicações, designadamente quanto a

um bónus complementar (mais 100 contos, a acrescer a outros 100 já anteriormente negociados), maior crescimento do subsídio de alimentação (de 1100 para 1200 escudos) e melhoria das regras de progressão salarial».

Os trabalhadores da petroquímica de Sines tinham decidido paralisar a sua actividade durante 48 horas em protesto contra um aumento de 4,5 por cento, fixado unilateralmente pela administração da multinacional à revelia das negociações em curso.

A Borealis é um grupo instalado em vários países europeus, cujo capital está repartido pela finlandesa Neste e pela norueguesa Statoil. Em 1995, obteve resultados record, que no primeiro semestre ultrapassaram os 60 milhões de contos de lucros. No início deste ano a Borealis comprou a Companhia Nacional de Petroquímica, cujas instalações estavam até agora alugadas.

Dados da administração, citados pela Fequifa/CGTP-IN, apontam ainda para a obtenção de um resultado de

mais de oito milhões de contos na Petroquímica de Sines em 1995. A federação refere que a Borealis em Portugal, nos últimos 3 anos, diminuiu os custos fixos em cerca de metade, baixou 22 por cento os custos salariais e aumentou a produtividade em mais de 30 por cento.



5603199000445